

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

Patrícia Carneiro Santos Moreira de Carvalho

**JURACY MAGALHÃES E A CONSTRUÇÃO DO JURACISISMO:
UM PERFIL DA POLÍTICA BAIANA**

Orientador: Professor Dr. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

Salvador

2005

Patrícia Carneiro Santos Moreira de Carvalho

**JURACY MAGALHÃES E A CONSTRUÇÃO DO JURACISISMO:
UM PERFIL DA POLÍTICA BAIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

Salvador
2005

O poder costumava ficar nas mãos de príncipes, oligarquias e elites dominantes; era definido como a capacidade de impor a vontade de um ou de alguns sobre os demais, alterando o comportamento destes. Essa imagem do poder não mais reflete nossa realidade. O poder está em toda a parte e em lugar nenhum: está na produção em série, nos fluxos financeiros, nos estilos de vida, nos hospitais, nas escolas, na televisão, nas imagens, nas mensagens, nas tecnologias...

*(Alain Touraine, Lettre à Lionel, Jacques, Martine, Bernard, Dominique... et vous
Paris: Fayard, 1995, p 36-38.)*

A Alexandre, meu filho, o meu projeto mais perfeito
À minha avó Hilda e à minha mãe Lene, meus referenciais, e a meu pai, pelo carinho

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é resultado de uma longa trajetória e, como disse o poeta João Cabral de Melo Neto “um galo sozinho não tece uma manhã”. Neste percurso que ora se encerra, enfrentei momentos difíceis, mas pude contar com mãos amigas, que não me deixaram cair; com os conselhos oportunos, que não me deixaram desanimar; com os ouvidos amigos, que estiveram sempre dispostos a me escutar: ora os lamentos, ora as alegrias e euforias. A sensação que tenho é de que a cada novo passo dado nunca estive só.

Por isso, faço inicialmente meus agradecimentos a todos aqueles que fazem parte da minha convivência diária e que representam o suporte que tive para seguir até o fim da jornada, partilhando minhas angústias e alegrias ao longo do caminho. Sem o apoio dos familiares, dos colegas de trabalho e de meus superiores, que entenderam a importância que este projeto representava para mim, eu não teria chegado ao estágio atual de dar a missão primeira por cumprida.

Também agradeço com especial carinho à minha família, minha grande família matriarcal, cujas mulheres fortes e determinadas servem de exemplo às novas gerações e mostram que sempre é possível recomeçar, sempre é possível abraçar um projeto novo. Ali, não há hora para derrotas: a vida sempre está começando.

No campo acadêmico, gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, que com sua valiosa orientação concorreu para que este trabalho ganhasse consistência e tivesse seu rumo ajustado. Meu agradecimento, ainda, a todos os professores que tive a oportunidade de conhecer ao longo do curso e que contribuíram para me revelar o magnífico universo da História. Um agradecimento especial à professora Lina Aras, pelo estímulo, apoio e sugestões, à professora Maria Hilda Paraíso, coordenadora do Mestrado, pelo interesse e pela preocupação em atender às nossas demandas.

Agradeço, ainda, aos funcionários dos arquivos e biblioteca públicos, do Instituto Geográfico e Histórico, da Biblioteca Central dos Barris, Arquivo Público do Estado, da biblioteca do CPDOC, no Rio de Janeiro, sempre solícitos e atenciosos.

Especial agradecimento também aos servidores da biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e, em especial a Marina Santos, da biblioteca do Mestrado em História.

Devo ainda agradecer à estudante Iara Canuto, pela sua valiosa colaboração no levantamento de dados das fontes primárias. Obrigada também aos colegas das disciplinas do mestrado, que colaboraram com indicações de bibliografias, com dicas, sugestões e por estarem ali a partilhar de momentos importantes nesta trajetória.

E para finalizar, um agradecimento especial à minha mãe, que esteve sempre por perto nas horas de maior aflição e a meu filho, Alexandre, que nem suspeita o quanto foi importante para me ajudar a chegar até aqui.

RESUMO

A proposta deste trabalho de pesquisa é mostrar como, com o advento da Revolução de 30, surge na Bahia a corrente política liderada por Juracy Montenegro Magalhães e que ficou conhecida popularmente como juracisismo, e que é reveladora do perfil da política baiana nos anos 1930. Adotou-se como baliza temporal o período compreendido entre os anos de 1931 e 1937 do século XX, por representar o momento em que Juracy Magalhães chega a Bahia e lança as bases da sua corrente política, até o seu afastamento do governo do estado, em 1937. A opção de centrar o estudo em torno de Juracy Magalhães se deve ao fato de ele ter sido um dos mais emblemáticos chefes políticos da Bahia do período, responsável pela formação política de toda uma geração de homens públicos representantes de um estilo peculiar de governo e atuação política. Buscou-se, ainda, analisar como um jovem tenente cearense, oriundo da Revolução de 1930, e totalmente alheio à realidade baiana se estabelece no poder e constrói os vínculos políticos que o manterão à frente da vida pública baiana por mais de 40 anos.

Palavras-chave: política, Bahia, partidos políticos, governo

RÉSUMÉ

Ce travail de recherche se propose de montrer comment, à partir de la Révolution de 1930 au Brésil, surgit, à Bahia le groupe politique dont le principal représentant était Juracy Montenegro Magalhães et qui s'appelait populairement *juracisismo*. Le but était de définir le profil de la politique de l'État de Bahia, dans les années 30. La recherche est centrée sur la période comprise entre les années 1931 et 1937 du 20^{ème} siècle, quand Juracy Magalhães arrive à Bahia e lance les bases de sa politique, jusqu'à son départ du gouvernement de l'État de Bahia, em 1937. Le choix de concentrer l'étude sur Juracy Magalhães se doit au fait qu'il a été l'un des plus emblématiques chefs politiques de Bahia dans la période étudiée, et aussi, le responsable de la formation de toute une génération d'hommes politiques détenteurs d'un style politique particulier. On a aussi cherché à analyser comment, un jeune lieutenant, originaire de l'État du Ceará, personnage de la Révolution de 30, et complètement inconnu dans le milieu politique de Bahia a réussi à s'établir et à construire des liens politiques qui lui ont garanti le devant de la vie politique de Bahia pendant plus de 40 ans.

Mots-clés: politique, Bahia, partis politiques, gouvernement

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 UMA PÁGINA DE SACRIFÍCIO PELA GRANDEZA DA BAHIA: UMA “MISSÃO PATRIÓTICA” PARA UM JOVEM TENENTE	16
1.1 O desembarque em terras baianas	22
1.2 Governando à margem das correntes políticas	28
1.3 Guerra de palavras contra o interventor	33
1.4 Uma oposição obstinada	37
2 ESTRUTURAÇÃO DO PSD: ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO E ACOMODAÇÃO	44
2.1 Organização partidária e cooptação política	53
2.2 O apoio dos poderosos da Associação Comercial e da magistratura	60
2.3 Organização e submissão dos coronéis	63
2.4 A consolidação do PSD	70
3 PSD NAS URNAS: UMA VITÓRIA CONSTRUÍDA	75
3.1 Uma liderança em ascensão	84
3.2 Defendendo seu governo	88
3.3 Uma análise do adesismo baiano	92
3.4 O autonomismo baiano	96
3.5 A suspensão de A Tarde	101
3.6 As surpresas da campanha eleitoral	105
4 NO VÁCUO DE IDEOLOGIA: DUAS CORRENTES ANTAGÔNICAS	113
4.1 Uma certa liberdade aos camaradas	126
4.1.1 A Aliança Nacional Libertadora na Bahia	131
4.2 A conversão do tenente em democrata liberal	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
FONTES DOCUMENTAIS	159
ANEXO	168

INTRODUÇÃO

A década de 1930 trouxe mudanças de impacto para a sociedade brasileira e representou para a Bahia, Estado da Federação que se encontrava em franco processo de decadência política e econômica, um rompimento ainda mais significativo dentro do contexto institucional que ora se desenhava no ambiente nacional. Alheio à mobilização política encampada pela Aliança Liberal, fortemente atrelada aos princípios que caracterizavam a República Velha, o maior Estado do Norte¹ sofreria um duro revés a partir do movimento revolucionário aliancista.

Com os seus personagens mais ilustres aliados do poder, a Bahia veria o comando do Estado ser sucessivamente entregue a nomes sem representatividade, sem passado político, sem uma história de combates e conquistas no campo eleitoral. A Bahia se sentiria traída, ocupada, humilhada. Esse sentimento se exacerbava com a entrega da administração do Estado a um jovem tenente inexperiente no trato de questões administrativas, alheio à política partidária, sem tradição ou sobrenome e, maior injúria, nascido no Ceará: Juracy Montenegro Magalhães. Em meio ao regime ditatorial, que se seguiu à implantação da revolução de 1930, a Bahia reagiu tornando as costas para o forasteiro que se arvorava a pretender governar a Terra *Mater* do Brasil.

O que poderia ter sido um grande fracasso, transformou-se num caso exemplar de sucesso. Pragmático, acessível, carismático, exímio estrategista político, este jovem militar de apenas 26 anos, deixaria a administração do Estado em 1937 não apenas como um simples administrador público bem sucedido, mas como uma das lideranças fortes da política estadual. A partir de 1945, quando o País entrou em um novo processo democrático, ele seria, ao lado de Octávio Mangabeira, o principal protagonista da retomada do processo político no Estado.

É sobre a transformação de um simples tenente revolucionário em uma das mais importantes lideranças políticas baianas do século XX que este estudo irá se debruçar. O objetivo é investigar como se deu a formação da corrente que ficou conhecida como juracisismo, a partir a consolidação da liderança de Juracy Magalhães, adotando-se

¹ O Norte, na década de 30, compreendia os estados situados entre a Bahia e o Amazonas

como baliza temporal o período que se inicia com a sua chegada à Bahia, como interventor federal, em 1931, e a sua renúncia ao governo constitucional, em 1937. Consideramos que foi neste espaço temporal que se estabeleceu o juracismo e o militar revolucionário se transformou em homem político.

Para atingir estes objetivos, buscou-se contextualizar historicamente o período em questão, reconstituindo o ambiente social e político da época, procurando retratar, o mais próximo possível, o clima de efervescência e combatividade do período. Também se buscou identificar na atuação política de Juracy Magalhães correspondências e dissonâncias em relação ao movimento de 30 e delinear o perfil da sua administração a partir do estilo peculiar que ele imprimiu na condução do governo.

O impacto da nomeação de Juracy Magalhães para a sociedade baiana concentrada na capital e no que sua juventude e seus ideais de tenente revolucionário e conspirador contribuíram para alterar, ou não, a realidade sócio-econômica da Bahia a partir dos anos 30, são outros pontos analisados no presente trabalho.

Do ponto de vista metodológico, adotou-se o uso de fontes primárias, como documentos oficiais e correspondências, mas também de fontes orais, a partir de depoimentos do próprio Juracy Magalhães e de personalidades políticas que foram contemporâneas dele e tiveram, ou não, participação no processo político durante suas gestões enquanto interventor e governador constitucional da Bahia. Ou ainda, que foram simples testemunhas históricas. Os depoimentos orais utilizados na pesquisa foram transcritos a partir dos arquivos do Núcleo de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, considerando que poucos estão datilografados e a maioria dos relatos de personalidades baianas se encontra disponível apenas na versão em áudio.

Convém ressaltar que o ponto de partida, enquanto documento de fonte oral utilizado nesta pesquisa, foi o depoimento de Juracy Magalhães. Considerando o uso de depoimentos orais, fez-se necessário atentar para a especificidade dessa fonte de pesquisa, sem perder de vista suas limitações e vantagens enquanto instrumento de investigação histórica.

Logo na introdução do seu livro-depoimento *Minhas Memórias Provisórias*, publicado pelo núcleo de história oral da Fundação Getúlio Vargas, Juracy Magalhães faz advertências a respeito do seu testemunho, advertências estas que poderiam até ser

formuladas por um historiador, sobre o cuidado que implica na utilização de uma fonte oral na pesquisa histórica:

Meu testemunho ainda não é a História, mas apenas um conjunto de achegas para que se faça o levantamento de toda uma época que à História já pertence. Matéria a ser posta em confronto com outros depoimentos, de meus contemporâneos, para que dessa *memorabilia* se obtenha a grande síntese - a que corrija as naturais distorções de cada depoente diante dos fatos, os seus equívocos de interpretação da realidade, e se consiga desenhar, então, com plena nitidez, o painel de um tempo tão repleto de inquietas conturbações.²

Ao observar que o seu depoimento é apenas parte de uma história que pressupõe inúmeros personagens e suas versões pessoais dos fatos, por vezes equivalentes, por vezes contraditórias, Juracy Magalhães nos remete à questão do caráter individual do discurso oral e à necessidade de se dar um tratamento adequado a esta fonte de pesquisa, que deve estar submetida às metodologias próprias.

Lançando um olhar mais atento sobre o texto do qual foi retirado o fragmento acima citado, observamos que se trata do discurso de um homem público que por mais de 40 anos participou ativamente da vida política brasileira. Se por um lado temos que lidar com as nuances do discurso oral por si só, por outro somos também obrigados a ressaltar a particularidade que encerra o discurso político em si, conforme nos adverte Alzira Alves de Abreu, pesquisadora do CPDOC, na introdução de *Minhas Memórias Provisórias*.

Destaca a pesquisadora que todo entrevistado tem uma explicação sobre sua participação no mundo, um discurso pronto sobre sua vida profissional e pessoal, independente do grupo ou categoria social a que pertença. Mas chama a atenção para uma peculiaridade do discurso político que, conforme observa, "parece" ser melhor estruturado: "a memória do ator político é mais organizada, mais estruturada, na medida em que ela é importante instrumento de trabalho - é fundamental que o político profissional armazene informações, detalhes e cada acontecimento de que participou, pois é sobre esse material que ele trabalha, manipula, trama e influencia"³.

Logo, utilizar como fonte oral numa pesquisa histórica personagens da vida pública, em especial políticos profissionais, à primeira mão, pode parecer uma missão

² MAGALHÃES, Juracy – *Minhas Memórias Provisórias – Depoimento prestado ao CPDOC*, Civilização Brasileira, 1982, p. 9

³ Idem, pp. 17-21

facilitada, por ser esta fonte, *a priori*, detentora de um discurso mais estruturado. No entanto, conforme a própria Alzira de Abreu adverte em seguida, é preciso adotar alguma cautela ao lidar com estas fontes pois:

Isso o leva (o político), assim como a toda personagem pública, do artista ao esportista, a ter um discurso já estruturado, a ter fixada uma imagem para a história. O papel do entrevistador/pesquisador é, nesse caso, o de tentar de alguma forma desorganizar essa memória para que aflorem outras lembranças que não fazem parte desse todo estruturado.⁴

Vê-se pelo exposto que trabalhar com a história política, vista aqui na sua concepção contemporânea e não com suas características tradicionais, utilizando fontes orais, requer do pesquisador uma certa perspicácia para burlar essa tendência de se dispor de um discurso já pronto e estruturado. Por estar devidamente burilado, de forma a atender aos interesses do entrevistado cioso de preservar a sua imagem, o discurso do personagem político, ainda que não se questione sua autenticidade, requer um tratamento especial. Como observa Juracy Magalhães, ele deve ser confrontado com outras fontes, outras documentações, de forma a se estabelecer um mínimo de parcialidade acerca do dito e do acontecido de fato.

Para elaboração deste estudo,. lançou-se mão também dos métodos tradicionais de investigação, com a utilização de fontes documentais escritas, tais como os documentos oficiais, publicações, documentos de arquivos pessoais e correspondências. Diante das limitações naturais à realização de uma pesquisa no âmbito de um programa de mestrado e considerando que o arquivo pessoal de Juracy Magalhães encontra-se depositado no CPDOC, no Rio de Janeiro, e contém um volume significativo de documentos, não foi possível a dedicação mais ampla no levantamento de documentos originais. Ainda assim, conseguiu-se algumas fontes valiosas que serviram para balizar a pesquisa.

A digitalização do arquivo pessoal de Getúlio Vargas e a disponibilização do acesso ao público por meio do site do CPDOC, também contribuiu em muito para enriquecer o presente estudo, ao permitir o acesso a correspondências entre os chefes de governo estaduais e federal, e mesmo a documentos confidenciais do período. Isos permitiu

⁴ I MAGALHÃES, Juracy – Minhas Memórias Provisórias..., p. 17-21

confirmar ou refutar informações sustentadas pelos agentes públicos no período pesquisado.

Outras fontes de pesquisa de valor inestimável ao longo da pesquisa foram os jornais do período em estudo, incluindo os que apoiavam Juracy Magalhães e aqueles que lhe faziam oposição. Cabe destacar que nem sempre é possível ter à disposição os documentos de que se necessita, em decorrência do péssimo estado de conservação destes, em especial, dada a precariedade das condições de conservação e preservação de documentação histórica nos arquivos baianos.

Avaliando do ponto de vista metodológico, o recurso aos jornais como fonte de investigação requer também uma postura crítica, a confrontação com outros documentos da época, inclusive outros jornais impressos, com vistas a não incorrer no risco de elaborar uma versão falsa dos fatos. A imprensa do período estudado era fortemente partidarizada, no sentido de estar intimamente ligada a grupos e partidos políticos com interesses particulares próprios, em que a isenção e a parcialidade eram prejudicados. Por outro lado, com base nestas fontes temos a oportunidade de retratar a efervescência de uma época, considerando que a imprensa é um produto de produção regular, com a missão de retratar o cotidiano.

Na elaboração do trabalho final optou-se pela subdivisão em quatro capítulos. No primeiro, aborda-se essencialmente o ambiente político que antecedeu a chegada de Juracy Magalhães para assumir a interventoria da Bahia, relatando o clima de hostilidade que marcou os primeiros passos do interventor e os primeiros contatos com vistas a garantir a sua inserção política.

No segundo capítulo, a proposta foi discutir como Juracy Magalhães empreendeu o domínio político do Estado, aliando-se aos representantes das forças produtivas, leia-se, Associação Comercial da Bahia, aos políticos remanescentes da República Velha e aos coronéis, principais controladores do principal capital político: a massa de eleitores inculta e manipulada do período em questão.

No terceiro capítulo, buscou-se mostrar como as antigas lideranças políticas se reorganizaram para enfrentar o domínio político do interventor, período que se caracteriza pelo surgimento da bandeira autonomista, ao mesmo tempo em que se verifica a consolidação das estratégias empreendidas por Juracy Magalhães. Também se procurou demonstrar as principais ações administrativas empreendidas pela administração de Juracy Magalhães, o que o consagrou como um administrador

eficiente, e a sua ascensão política no cenário nacional, atuando como um dos principais aliados, e dos mais fiéis, ao governo de Getúlio Vargas.

O quarto capítulo é dedicado à análise do momento que sucedeu à tomada do poder pela Aliança Liberal, quando o vácuo ideológico cedeu lugar ao surgimento de duas correntes políticas antagônicas: o integralismo e o comunismo. Procurou-se demonstrar como Juracy Magalhães atuou em relação aos dois movimentos e como este momento serviu para transformar o antigo tenente defensor da ditadura em um político, naquele momento, movido por aspirações democráticas. O quarto capítulo também reproduz o esforço de Juracy Magalhães, em articulação com alguns governadores, para evitar o golpe de estado que resultou na ditadura conhecida como o Estado Novo.

Temos plena convicção de que esta iniciativa representa apenas um pequeno apanhado do muito que ainda resta a ser pesquisado em relação ao período em questão e em relação aos personagens abordados nesta pesquisa, em especial, o político Juracy Magalhães. Os recentes estudos que vêm enriquecendo a historiografia baiana, relativos ao referido período, ainda não são suficientes para dar conta da riqueza da realidade regional no pós-1930.

Ao optar por estudar a construção do juracisismo na Bahia, procurou-se ainda fazer uma leitura crítica da participação deste político na construção da história baiana do século XX, da qual ele foi um dos mais expressivos personagens.

Considerando as limitações de tempo - de apenas dois anos - para elaboração do trabalho de pesquisa no âmbito do Mestrado em História, e a vastidão de documentos à disposição dos pesquisadores, pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, e plagiando Juracy Magalhães, que este estudo, é apenas "um conjunto de achegas", a respeito de uma época rica em nuances e significados históricos.

1 UMA PÁGINA DE SACRIFÍCIO PELA GRANDEZA DA BAHIA: UMA “MISSÃO PATRIÓTICA” PARA UM JOVEM TENENTE

Em 25 de agosto de 1931, os jornais baianos reproduziam informações da imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro, noticiando que o jovem tenente Juracy Montenegro Magalhães, um dos líderes da Revolução de 1930, havia aceitado assumir a interventoria da Bahia.

Durante a Revolução de 30 Juracy Magalhães teve papel importante na condução das tropas rebeldes, tendo chegado à Bahia pela região de Sauípe, alcançando o município de Alagoinhas, onde montou uma operação de ataque, sem contudo encontrar fortes resistências. Com a ajuda do tenente Joaquim Ribeiro Monteiro – que se tornaria seu secretário particular na interventoria, a partir de 1931 -, João Costa, Humberto Melo e Hanequim Dantas, as tropas baianas enviadas para combater os revolucionários aderiram ao movimento, dando vitória aos revolucionários¹.

O quinto de um total de 12 filhos de uma família de classe média, cujo pai, autodidata, exercia a função de guarda-livros (contador), Juracy teria optado por integrar a carreira militar com o intuito de desonerar a família dos custos com a sua educação. Seu pai, embora gozasse de boas relações e tivesse se aproximado do poder – chegou a exercer o cargo de Secretário da Fazenda – não alimentou grandes aspirações políticas, preferindo investir na carreira comercial, montando uma loja de representação, uma agência da Loteria Federal e uma cooperativa².

O jovem Juracy logo cedo demonstrou interesse pelas questões políticas e admirava os revolucionários de 1922: Juarez Távora, Eduardo Gomes, Luís Carlos

¹ MAGALHÃES, Juracy. Minhas memórias provisórias. Rio de Janeiro: CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 64

² *Ibid.*, p.36-37

Prestes, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias e João Alberto. Em 1926, ainda como aspirante, ampliou seus vínculos com a causa da revolução, que culminaria com o golpe de 1930, organizando núcleos revolucionários no Exército.

Usufruindo do prestígio de ser um dos líderes da Revolução de 30 e com uma carreira irretocável do ponto de vista ético, a notícia da sua nomeação para assumir a interventoria da Bahia aparentemente foi bem acolhida entre os baianos, uma vez que na mesma ocasião, o jornal *A Tarde* registrava a informação que diversas prefeituras haviam enviado telegramas clamando para que Juracy aceitasse assumir o posto³. As boas vindas se revelariam ainda por iniciativas como a do próprio jornal *A Tarde*, que dedicaria a primeira e a segunda páginas inteiras de sua edição do dia 21 de setembro de 1931 às solenidades de posse do novo interventor e seu secretariado, sem se descuidar da devida isenção e imparcialidade no tratamento dispensado ao novo gestor da administração do Estado.

As reações da imprensa baiana, a priori, não denotaram a agressividade que marcaria as publicações a partir de janeiro de 1932, quando o cerceamento à liberdade de expressão, aliado à necessidade de demarcação de território no campo político, desencadeou uma verdadeira guerra contra o interventor.

Esse comportamento inicial, de aceitação e resignação, antes de se assumir um posicionamento radical, pode ser interpretado como uma certa prudência. Cabia, naquele instante, melhor conhecer o “inimigo” antes de tomar posição. Vale ressaltar, ainda, que Juracy sucedeu a Arthur Neiva, cujos seis meses de administração foram suficientes para reunir a forte oposição, da qual faziam parte aliancistas, tenentes e populares, dentre outros setores da sociedade baiana da época⁴.

Assim, num primeiro momento, os primeiros ecos de desaprovação ao novo interventor se manifestariam essencialmente por meio das páginas do *Diário da Bahia*, jornal ligado a José Joaquim Seabra. As razões seriam puramente políticas: Seabra se ressentira de não ter opinado sobre a escolha do novo interventor e tudo leva a crer que aspirava ser indicado para o cargo.

O jornal *A Tarde*, de propriedade de Ernesto Simões Filho, que fora exilado do País pela Revolução de 30 e que se constituiria um dos principais adversários políticos de Juracy nas eleições de 1934 para o governo constitucional, foi, de início,

³ ATTENDENDO aos apelos do chefe do governo, o tenente Juracy Magalhães aceitou a interventoria bahiana. *A Tarde*, Salvador, 25 ago. 1931. p. 1.

⁴ MANUEL Novais (depoimento). CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1974. Fita 1. Código E-167.

condescendente com o jovem forasteiro. Na manchete de primeira página, de sua edição do dia 25 de agosto de 1931, *A Tarde* publicou a notícia de que Juracy Magalhães havia aceitado assumir a interventoria da Bahia. Nos textos jornalísticos, reproduzidos de agências, foram mantidas as referências elogiosas ao jovem revolucionário, nas quais ele era revelado como um oficial bravo e eficiente: “Dentro de poucos dias o bravo oficial embarcará para o norte a fim de assumir o cargo com que foi distinguido”⁵.

As primeiras reações simpáticas por parte do jornal *A Tarde* podem ser interpretadas como uma certa expectativa de que o novo governante pudesse, de um lado, trazer soluções para a grave crise econômica que se abatera sobre o Estado, ainda sob os efeitos do *crack* de 1929, que atingiu a Bolsa de Valores de Nova Iorque e que muito afetou a economia regional, fortemente dependente do mercado externo; e de outro, pusesse fim ao clima de instabilidade política e social, que se traduzia por protestos populares, num período de austeridade em que o elevado custo de vida e a debilidade econômica do Estado acentuavam o empobrecimento da população⁶.

Economicamente, a Bahia na década de 1930 era um estado essencialmente agroexportador, totalmente dependente do mercado externo. Salvador, à época, funcionava como um entreposto comercial com 90% das fontes produtivas do estado sendo originárias do interior.

Classificada como anêmica pela historiadora Consuelo Novais Sampaio e diante da sua dependência do comércio exterior, para atrair divisas, e do comércio interno, para o provimento de produtos de subsistência – na ocasião até mesmo o açúcar consumido na Bahia era importado do Rio de Janeiro e de São Paulo - a Bahia vai sofrer os efeitos danosos da queda do preço do cacau, o principal produto da pauta de exportação baiana na maior parte do século XX, no mercado externo.

Ao lado disso, os impostos diretos (territorial e rural) não eram cobrados, em decorrência da estrutura oligárquica do estado. No início da década de 30, portanto, a Bahia era um estado descapitalizado, vitimado por uma profunda crise econômica e social, agravada pela instabilidade político-institucional gerada pela revolução. Somava-se, ainda, o fato de o Estado estar fortemente afetado pela seca, que além do recrudescimento da pobreza na área rural, resultou num processo de migração de sertanejos em direção às margens do São Francisco e para a capital. As restrições

⁵ ATTENDENDO aos apelos do chefe do governo, o tenente Juracy Magalhães aceitou a interventoria bahiana. *A Tarde*, Salvador, 25 ago. 1931, p. 1.

⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: O Legislativo da Bahia na Segunda República (1930-1937)*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992, p. 31 a 53

impostas à imigração estrangeira, em 1934, resultaram, também, na transferência de um importante contingente de mão-de-obra rural para trabalhar nas lavouras do Sul. Calcula-se a transferência de 20% dos trabalhadores rurais do São Francisco para São Paulo⁷.

Analisando-se os censos demográficos do Estado da Bahia entre 1920 e 1940, se verifica o vazio demográfico ocorrido em certas regiões do estado, com perda populacional em vários municípios do sertão baiano. De acordo com Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, a própria administração estadual foi responsável pela migração de flagelados das regiões atingidas pela seca, oferecendo transporte gratuito para outras regiões. Além da seca em si, Freitas também aponta a criação de frentes de trabalho, com o objetivo de construir as estradas de rodagem na década de 30, como responsáveis pela movimentação de sertanejos entre as regiões do estado⁸. Todos estes fatores serviram para aprofundar a crise agrária, gerar demissões nos quadros do funcionalismo público e favorecer a invasão das cidades, totalmente desprovidas da infra-estrutura básica necessária, por flagelados.

Consuelo Sampaio avalia que, na Bahia, a crise gerada pela Revolução de 30 trouxe à tona insatisfações dos setores médios e das camadas mais pobres da população, refletindo-se em protestos como o quebra-bondes, de 1930, e a greve dos trabalhadores urbanos de 1934.

À frente do governo, Juracy Magalhães adotou medidas drásticas de corte nas despesas, que contribuíram para agravar o quadro de recessão. A política de discriminação de rendas adotada pelo governo federal, também implicaria em prejuízos para a Bahia ao reduzir o imposto de importação, cuja receita era imprescindível para o Estado. Na prática, a partir de 1º de Janeiro de 1935, o imposto de exportação, a principal fonte de renda do estado, foi progressivamente reduzido, na proporção anual de 10%, até alcançar o teto previsto na Constituição de 1934. Isso representou uma perda anual de 7 contos de réis para a Bahia⁹.

Politicamente, Juracy Magalhães, apesar das restrições aqui encontradas desde a posse, em especial pelo fato de ser jovem, militar e de não ser baiano, argumentos que alimentariam uma oposição sistemática ao seu governo, conseguiu devolver a estabilidade política ao Estado.

⁷ SAMPAIO, op. cit., p. 50-51

⁸ FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. "Eu vou para a Bahia": construção da regionalidade contemporânea. *Bahia Análise e Dados*: SEI, Salvador, v. 9, n. 4, 2000. p. 31

⁹ *Ibid.*, p. 38. Ver também: MARIANI, Clemente. *Análise do problema econômico baiano*. *Planejamento*, Salvador, out./dez. 1977, p. 64

Ele sucedeu a quatro interventores e conseguiu se manter no domínio político do Estado, tendo como marco da sua ascensão política o excelente desempenho nas eleições de 1933 para a constituinte federal, quando elegeu 20 dos 22 deputados da bancada baiana. Com total êxito em 1933, mantivera o fôlego para as eleições de 1934, quando se tornou governador constitucional da Bahia, já aí um líder político consolidado. Foi quando o tenente revolucionário, comandante de tropas de soldados, cedeu lugar ao político carismático, arrebatador de votos, conquistados a partir da cooptação dos coronéis do sertão baiano.

Antes de Juracy, a interventoria fora entregue inicialmente a dois militares. Primeiro, ao major Custódio dos Reis Príncipe Jr. e, em seguida, ao coronel Ataliba Osório. Ambos, empenhados em fazer cumprir as metas fixadas pelo movimento de 3 de outubro de 1930, instalaram as ações de investigação da justiça revolucionária, o que provocou a indignação da sociedade baiana e tornou inviável a permanência de ambos no poder.

Na linha sucessória, escolhido pela Junta Governativa, seguindo uma indicação de Seabra, de acordo com Manuel Novais¹⁰, tomou posse como interventor um civil, o matemático Leopoldo Amaral, professor da Escola Politécnica. Ele também não obteve êxito na tarefa de estabilizar a vida política baiana. Sua gestão foi conturbada em função da agitação social do período e também por sua resistência em atender aos apelos políticos dos seabristas. Sem apoio político local, sua permanência na interventoria foi também inviabilizada e em menos de três meses ele foi deposto¹¹.

Em seguida, a interventoria foi entregue a Arthur Neiva, técnico competente e bom conhecedor dos problemas agrícolas brasileiros, a quem coube a iniciativa de criar por decreto o Instituto do Cacau, — que seria inaugurado na gestão de Juracy Magalhães—, dentre outras deliberações, com vistas a reforçar o aparelho produtivo do Estado.

Neiva, por sua vez, de acordo com Consuelo Sampaio, cairia em desgraça ao decidir implantar a reforma municipal. A Lei de Reorganização Municipal, de 8 de julho de 1931, que visava reduzir as despesas públicas, recuperar as economias locais e ampliar a centralização administrativa causou profunda insatisfação aos chefes locais do interior, ao determinar a extinção de municípios com menos de 20 mil habitantes e ao

¹⁰ MANUEL Novais (depoimento 1984). CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1974. Fita 1. Código E-167.

¹¹ SAMPAIO, op. cit., p. 64 a 66. Consuelo Novais registra que a queda de Amaral também foi influenciada por sua posição anti-americana, o que lhe rendeu a oposição dos representantes do Consulado Americano na Bahia.

alterar a divisão administrativa do Estado. Elaborada sem que fossem levadas em consideração as peculiaridades locais e suas tradições, a reforma serviu para reacender antigas rivalidades entre chefes políticos e as comunidades vizinhas¹².

Para Manoel Novais, o principal inimigo de Neiva foi o seu desconhecimento da realidade do Estado¹³. Neiva vivia em São Paulo e teve o secretário da Justiça Bernardino de Souza, fundador da Faculdade de Direito da Bahia, como seu principal colaborador na administração do Estado da Bahia. Ocorre que Bernardinho de Souza se desentendeu com os aliancistas e os tenentes, ignorando as reivindicações dos poucos simpatizantes da causa revolucionária na Bahia, que acabaram se unindo para conspirar contra o interventor.

Consuelo Sampaio também atribuiu ao secretário Bernardino de Souza, a responsabilidade pela queda de Neiva, no caso, por ter contrariado os interesses da Igreja Católica. Tido como agnóstico, Bernardino de Souza tivera a exoneração requerida pelo arcebispo dom Augusto Álvaro da Silva e negada por Neiva. O fato, na avaliação da historiadora, foi mais um dos fatores que concorreram para que sua gestão fosse abreviada¹⁴.

Neiva, ainda na avaliação de Consuelo Novais Sampaio, também enfrentou a desaprovação dos representantes do capital estrangeiro, leia-se americano, por manter seu apoio ao prefeito da capital, Arnaldo Pimenta da Cunha, que se opôs, diante da crise econômica que penalizava a população de Salvador, ao reajuste das passagens do transporte urbano, que era pleiteado pela companhia de bondes americana.

A recusa de Pimenta da Cunha levou o cônsul americano a declarar que ele constituía uma ameaça aos interesses da companhia americana na Bahia. E como Neiva optou por mantê-lo no comando da prefeitura da capital, passou a ser, igualmente, perante os representantes do consulado, *persona non grata*. O fracasso de duas administrações civis (Amaral e Neiva) na interventoria baiana contribuiu para abrir as portas da administração do Estado aos tenentes¹⁵.

A publicação da nomeação de Juracy Magalhães ocorreu no dia 27 de agosto, no *Diário Oficial da União*. A primeira voz dissonante a ganhar as páginas dos jornais foi

¹² SAMPAIO, op. cit., p. 70

¹³ MANUEL Novais (depoimento). CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1974. Fita 1. Código E-167. Lado B

¹⁴ SAMPAIO, op. cit., p. 71-72

¹⁵ Ibid., p. 73

a de José Joaquim Seabra¹⁶, aliado de primeira hora da revolução de 30, que não tardara a se afastar do governo revolucionário. Em suas declarações à imprensa, Seabra defendia que o governo provisório indicasse para a Bahia “um interventor de acordo com as suas glórias e tradições”. E alertava “a Bahia (...) não pode, não deve e não quer ser alterada em seus brios”¹⁷.

Após a queda de Neiva, e usando como argumento a comemoração do aniversário do velho líder político, correligionários de Seabra organizaram comícios pela capital. Havia no clima de apologia ao velho líder, a proposta da indicação de seu nome para a interventoria:

[...] É para elle que a Bahia nesse momento se volta, confiante de que apesar do peso dos annos, a sua acção será para redimi-la, para levanta-la do pântano negro a que a atirou a ferocidade do calmonismo devastador [...]¹⁸.

Para entender a adesão de Seabra à Revolução de 30, é preciso assinalar que o velho líder político encontrava-se alijado do poder na Bahia desde 1924, assumindo o papel de oposição. Em 1930, diante da composição entre as correntes lideradas por Octávio Mangabeira e pelo ex-governador Francisco Marques de Góes Calmon na indicação de Pedro Lago, eleito em setembro de 1930 para o governo do Estado, a opção que lhe restara fora a de se associar ao movimento da Aliança Liberal, do qual foi o principal representante na Bahia, reunindo em torno de si um pequeno grupo de estudantes.

Após a vitória da Revolução de 30, Seabra alimentou a expectativa de ser indicado por Getúlio Vargas para a interventoria baiana¹⁹, ou ao menos ser consultado quanto às indicações dos interventores. Mas longe de vir a usufruir do prestígio de se tornar conselheiro político do governo provisório e, sobretudo, de poder indicar nomes para a composição da nova administração estadual, restara-lhe como principal missão a de ser designado para o Tribunal Especial, encarregado de julgar crimes de corrupção. A tarefa era no mínimo ingrata, já que teria que levar a julgamento seus antigos pares da

¹⁶ PUBLICADO o decreto de nomeação do tenente Juracy Magalhães para a interventoria da Bahia. A Tarde, Salvador, 28 ago. 1931, p. 1.

¹⁷ INTERVENTORIA bahiana (A) – O sr. J.J. Seabra permanece em expectativa. A Tarde, Salvador, 22 ago. 1931, p. 1. e A BAHIA não será humilhada. Diário da Bahia, Salvador, 23 ago. 1931, p. 2.

¹⁸ É UMA glória da Bahia! – O aniversário hoje de Seabra. Diário da Bahia, Salvador, 21 ago. 1931, p. 1.

¹⁹ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo na Bahia na p.68

Velha República²⁰. Optou por se desligar da missão e passou a assumir uma postura crítica em relação à nova interventoria.

Se por ocasião da indicação de Leopoldo Amaral para a interventoria baiana Seabra ainda era voz ativa, o mesmo não acontecera por ocasião da substituição de Neiva. Assim, em 9 de setembro, *A Tarde* publicava matéria reproduzida do jornal do Rio de Janeiro *Diário da Manhã*, que criticava o posicionamento de Seabra em relação ao novo interventor, contra o qual o político desferia ataques, opondo-se ao fato de o novo governante da Bahia ser jovem, militar e cearense.

A divulgação e crítica das declarações de Seabra por *A Tarde* poderiam ser interpretadas, no contexto da época, como reflexo das rivalidades típicas da política baiana, já que o jornal rezava na cartilha calmonista, chefiada pelo político Góes Calmon, ferrenho opositor de Seabra.

1.1 O desembarque em terras baianas

Vinte dias depois de formalizada a nomeação de Juracy Montenegro Magalhães, atracava no cais do Porto de Salvador o paquete “Santos”, trazendo a bordo o novo interventor da Bahia. Era por volta das 13 horas, sob um sol escaldante, quando o “Santos” aproximou-se lentamente do cais. Logo em seguida, apareceu à amurada do navio um Juracy Magalhães abatido por uma inflamação de garganta, ardendo em 39 graus de febre.

Ouviram-se vivas ao novo interventor, vindos de uma pequena aglomeração composta por autoridades, entre eles os desembargadores Pedro Ribeiro e Ezequiel Pondé, populares e um grupo de estivadores arregimentados para a ocasião. Uma companhia de guerra, acompanhada por uma banda de música da Força Pública compunha o cenário da recepção, na altura dos 5º e 6º armazéns das docas²¹. Segundo Juracy Magalhães, havia no cais algumas dezenas de pessoas reunidas por seus amigos

²⁰ Para maiores detalhes sobre o Tribunal Especial ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Justiça Revolucionária na Bahia de 1930*. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 39, p.147-157, 1993.

²¹ “SANTOS” trouxe os interventores no Ceará e na Bahia (O). *A Tarde*, Salvador, 17 set. 1931, p. 2.

tenentes, entre operários, militares, representantes da Justiça e membros da interventoria interina²².

Estavam ali representadas as bases de apoio com as quais Juracy contaria para dar os primeiros passos da sua administração como interventor, cargo que ocupou até 1934, quando se tornou governador eleito pelo voto indireto, por ocasião da constitucionalização do País. O Juracy governador ficaria no poder até 1937, ano de eclosão do golpe militar que deu início ao Estado Novo.

A elite política baiana, aqui definida por aqueles membros das famílias que até então se revezavam no poder, não se fez representar na chegada do novo governante. Ao contrário, manteve uma atitude de indiferença em relação ao recém-chegado, como, aliás, era de se esperar.

Ainda no Porto, do alto da amurada do navio, Juracy proferiu seu primeiro discurso em terras baianas. Nele, reafirmou o compromisso que havia assumido ao atender aos apelos do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, para aceitar a interventoria da Bahia e, fiel à sua formação militar e enquanto revolucionário de 30, cumprir com o seu dever patriótico.

Também aproveitou para responder aos ataques de J.J. Seabra, dizendo-se ultrajado pelos comentários de “que a Bahia não seria conquistada, como se conquistador fosse eu, que palmilhei os sertões lutando pela defesa da minha idéia...”. Ao final, procurava colocar-se como aliado do povo baiano e reafirmar seus propósitos de que ali chegara com o objetivo de defender os ideais da Bahia²³.

Apesar dos brados do antigo representante da República Velha, por ocasião do desembarque do tenente cearense em terras baianas, *A Tarde* acompanhou a chegada do interventor, reproduzindo discursos, relatando as recepções e honras ao novo gestor, demonstrando neutralidade.

Apesar da notada ausência dos representantes baianos tradicionais entre os que foram recepcionar o jovem tenente, o que já sinalizava uma reação da elite política local, Juracy ao desembarcar na Bahia não estava completamente isolado. Nos vinte dias transcorridos entre sua nomeação e a chegada a Salvador, o jovem, e até então inexperiente político, revelava suas maiores habilidades: aproveitou para articular acordos, colher indicações para o preenchimento de cargos, mantendo reuniões com representantes da Bahia no Rio de Janeiro e em São Paulo.

²² MAGALHÃES, Minhas memórias provisórias..., p. 73.

²³ “SANTOS” trouxe os interventores no Ceará e na Bahia (O). *A Tarde*, Salvador, 17 set. 1931, p. 2.

Nestes encontros, conforme nota do jornal *União*, publicada no jornal *A Tarde*, Juracy encontrava-se empenhado em “pôr-se em contato com diversas correntes políticas daquele estado, de modo a orientar-se e a poder conciliar tanto quanto possível os interesses e pontos de vista antagônicos”²⁴.

No dia 9 de setembro de 1931, no entanto, Juracy Magalhães apressa-se a esclarecer, em nota, também reproduzida em *A Tarde*, do jornal *O Estado de São Paulo*, que estes encontros não tinham o intuito de obter apoios políticos, mas eram de caráter puramente “administrativo”²⁵.

Da mesma forma, antes de assumir o posto de interventor, aproveitou para obter do governo provisório um crédito para pagar a magistratura e o professorado – cujos vencimentos encontravam-se em atraso -, dentre outras deliberações para atender “aos interesses do Estado”, cujas finanças estavam sufocadas pela grave crise financeira que enfrentava²⁶.

Após o desembarque, e apesar da saúde debilitada, Juracy manteve os compromissos de sua agenda. Passou a tarde reunido com membros da equipe de governo e, à noite, foi homenageado com um jantar na residência do empresário Arthur Negreiros, no Campo Grande, que na ocasião também o hospedava.

No jantar, estavam presentes, além do novo interventor do Ceará Carneiro de Mendonça, que viera no mesmo navio que Juracy, o comandante da Força Pública de Pernambuco, Nelson Mello, o administrador da Mesa de Rendas do Acre, tenentes do Exército e outras pessoas, que não mereceram registro na matéria publicada em *A Tarde* de 17 de setembro de 1931²⁷. Nenhum nome de relevo da política soteropolitana fora citado como tendo feito parte do banquete.

Dois dias depois, Juracy tomava posse no Palácio Rio Branco e oficializava sua equipe de colaboradores no governo²⁸. Para a Secretaria do Interior, Justiça e Saúde Pública foi nomeado Aloysio Henrique de Barros Porto; para a Secretaria da Fazenda e Tesouro, o conselheiro Manoel de Mattos Corrêa de Menezes; a pasta da Agricultura

²⁴ INTERVENTORIA bahiana (A) – Uma nota do “O Jornal” em torno da atitude do tenente Juracy. *A Tarde*, Salvador, 04 set.. 1931, p. 1.

²⁵ TORNO da futura interventoria bahiana (Em). *A Tarde*, Salvador, 09 set. 1931, p. 2.

²⁶ PUBLICADO o decreto de nomeação do tenente Juracy Magalhães para a interventoria da Bahia – O futuro interventor do estado deverá embarcar para aqui na próxima semana. *A Tarde*, Salvador, 28 ago. 1931, p. 1.

²⁷ SANTOS trouxe os interventores no Ceará e na Bahia (O) – Um jantar. *A Tarde*, Salvador, 17 set.. 1931, p. 2.

²⁸ POSSE do novo interventor (A) – Como ficou constituído o governo. *A Tarde*, Salvador, 19 set.. 1931, p. 3.

coube ao engenheiro Álvaro Navarro Ramos; para a Secretaria de Polícia e Segurança Pública foi nomeado o capitão João Facó, companheiro revolucionário de Juracy e ex-colega de turma no Exército.

Outros membros do Exército a integrarem a interventoria foram o tenente Edmundo Bizarria Mamede, na função de oficial de gabinete e como secretário particular do interventor, o tenente Joaquim Ribeiro Monteiro, conspirador da Revolução de 30 na Bahia e delegado do major Juarez Távora no Estado. Entre os civis, destaque ainda para o jovem Manoel Novais, que assumiu ao lado de Mamede a função de oficial de gabinete e que teve um papel de grande importância no trabalho de cooptação política que Juracy empreendeu com vistas à eleição de 1933, da qual Novais sairia eleito deputado Constituinte.

Bizarria Mamede, por sua vez, ficaria no cargo de oficial de gabinete até o mês de dezembro de 1931, quando foi alçado à condição de prefeito de Santo Amaro, para desespero de alguns “autênticos” baianos. “(...) O nosso Estado vai experimentando surpresas desconcertantes, capazes, por si sós, de justificarem a imediata constitucionalização do país”, foi o lamento transcrito no *Diário da Bahia*, em reação à nomeação do novo prefeito. O artigo também aproveitou para criticar Juracy por sua inexperiência. Concluía dizendo: “Os santamarenses, os baianos, enfim, todos os brasileiros, tenham fé em Deus. Não há mal que sempre dure”²⁹.

Em suas declarações e discursos iniciais, o tenente Juracy demonstrava não suspeitar que acabaria por tomar gosto pelo embate político e fazia questão de frisar que não pretendia prolongar-se muito na gestão pública: “Naquele momento solene”, disse, “convocava o povo baiano para com ele inscrever uma página de sacrifício pela grandeza da Bahia. Realizado esse objetivo deixaria o posto para que assumisse um baiano digno pela sua honestidade e pelo seu patriotismo”³⁰, declararia durante a solenidade de posse, conforme discurso reproduzido pelo jornal *A Tarde*.

O ato solene, do qual fizeram parte representantes da poderosa Associação Comercial da Bahia³¹, foi seguido de um banquete oferecido pelos “prefeitos e amigos” do tenente Joaquim Ribeiro Monteiro, no Grande Hotel, em Salvador. O argumento para

²⁹ IMPRESSÕES do dia – Fé em Deus. *Diário da Bahia*, Salvador, 02 dez. 1931, p. 2.

³⁰ POSSE do novo interventor federal na Bahia (A) - Resume-se em duas afirmativas solenes o programma de governo – Livrar o estado do banditismo e conseguir equilíbrio de suas finanças, *A Tarde*, Salvador, 21 set. 1931. p. 2.

³¹ INTERVENTOR em contacto com as classes conservadoras (O) – A visita de hontem à Associação Commercial e os discursos pronunciados. *A Tarde*, Salvador, 07 nov. 1931, p. 3. Na matéria que relata a ida de Juracy Magalhães à Associação Comercial da Bahia, consta que a visita do interventor é uma retribuição à presença de membros da diretoria da ACB na sua posse em 18 de setembro de 1931.

a oferta do banquete era de que se tratava de um gesto de agradecimento pelo fato de o tenente Monteiro ter garantido a paz na Bahia, por ocasião do movimento revolucionário de 1930, do qual foi um dos articuladores no Estado³². Lauro de Almeida Passos, que brindaria os homenageados, seria, no pleito de 1933, eleito deputado pelo PSD. Vale ressaltar que até onde se tem conhecimento, a revolução dominou a Bahia e assumiu o poder em Salvador sem que ocorresse nenhum combate, sem cair sequer uma gota de sangue.

Os representantes municipais, reunidos naquele banquete, constituiriam uma importante base de apoio ao interventor na construção de sua estratégia de permanência no poder, que culminaria com sua eleição, em 1934, para o governo do Estado, e o consolidaria como um dos principais líderes políticos baianos, à frente da corrente política batizada como juracisismo.

O juracisismo, de Juracy Magalhães, ao lado do mangabeirismo, corrente representada por Otávio Mangabeira, conforme o historiador Paulo Santos Silva³³, foram as principais forças de polarização política baiana do pós-1930, e principalmente no pós-1945, quando o fim do Estado Novo deu espaço à redemocratização do País. O fim do Estado Novo marca o retorno de Juracy à política – que após ter se licenciado do governo baiano dedicou-se à carreira militar -³⁴, e a volta de Otávio Mangabeira do exílio³⁵.

Apesar da flagrante indiferença da sociedade baiana tradicional, Juracy conseguiu, antes da sua chegada, obter alguns apoios importantes. Um deles foi o do arcebispo Dom Augusto Álvaro da Silva³⁶, representante da Igreja Católica, que durante a Revolução de 30 o hospedou no Palácio Arquiepiscopal. Outros aliados foram os desembargadores Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, este presidente do Tribunal Superior de Justiça – que com o apoio de Juracy permaneceu no cargo até a decretação do Estado Novo -, Ezequiel Pondé e Antônio Bulcão, todos homens ligados à elite intelectual e política de Salvador.

No meio político, ele conseguiu ainda firmar uma aliança com o conselheiro João Pedro dos Santos, que na República Velha fora deputado federal por quatro

³² POSSE do novo interventor federal na Bahia (A) – O banquete do “Grande Hotel”. *A Tarde*, Salvador, 21 set.. 1931, p. 2. E: SILVA, Paulo Santos. Âncoras de Tradição: luta Política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2000. p. 28

³³ SILVA, Paulo Santos. A volta do jogo democrático: Bahia, 1945. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992., p.22

³⁴ MAGALHÃES, Minhas memórias provisórias..., p. 105

³⁵ *Ibid*, p.45-73

³⁶ *Ibid*. p. 74

legislaturas, e também com o ex-deputado João Pacheco de Oliveira, que tinha larga influência eleitoral em Salvador³⁷.

Habilidoso articulador, e tendo compreendido bem cedo as nuances do poder que vigorava na Bahia, Juracy Magalhães contou também com a condescendência de alguns importantes líderes excluídos do cenário político pela Revolução de 30. Foi o caso do governador eleito em 1930, Pedro Lago – Lago nem chegou a tomar posse com a eclosão da Revolução -, que integrava o grupo de oposição e se encaixava entre aqueles cuja resistência ao poder constituído, de acordo com Juracy, não era totalmente impermeável a um aceno político³⁸.

Pedro Lago, segundo Juracy, estava entre os opositores políticos que demonstravam o interesse de “continuar dialogando com a interventoria” e evitavam aparecer como inimigos declarados do interventor. Em um almoço na casa do ministro Francisco Sá, tio da mulher de Juracy, Lago, em um encontro com o interventor, aproveitou para calar as críticas e “propagandear a figura de Medeiros Neto, apresentado como um dos homens mais aproveitáveis do estado”³⁹.

Estava dada a senha e Antônio Garcia de Medeiros Neto, seria eleito, em 1933, deputado nacional Constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD), organizado na Bahia por Juracy Magalhães, vindo mais tarde a ser Senador da República pelo mesmo partido do interventor⁴⁰. Medeiros Neto, que romperia com Juracy para ficar ao lado de Getúlio por ocasião da implantação do Estado Novo, atuaria também intensivamente na articulação política visando a arrebanhar apoios a Juracy, ao lado de Manoel Novais.

Novais, que à época tinha 23 anos, era filho do sertão pernambucano e conhecia de perto o universo político do interior, dois fatores que foram fundamentais para que Juracy Magalhães o escolhesse para negociar o apoio dos coronéis dos sertões baianos⁴¹.

Outro importante aliado do interventor foi o diretor do Diário de Notícias, Altamirando Requião, também membro da direção da Associação Bahiana de Imprensa, que, segundo Juracy Magalhães, alimentava aspirações políticas e sempre tivera suas eleições prejudicadas pelas atas falsas, fraude eleitoral praticada em larga escala durante

³⁷ SAMPAIO, Poder e Representação: O Legislativo da Bahia na ..., p. 89

³⁸ MAGALHÃES, op. cit., p. 74

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid., p. 74, p. 86 - 87

⁴¹ SILVA, Âncoras de Tradição ..., p. 31-32

a Primeira República e contra a qual, dentre outras práticas, os tenentes se insurgiram em 1930⁴².

Além da conquista de aliados na capital, Juracy não tardou a colocar em prática uma outra estratégia que lhe seria vital para a sua sobrevivência política. Mal assentara-se no Palácio Rio Branco, sede do governo à época, Juracy dera início às excursões pelo interior, com vistas a conhecer de perto a realidade dos municípios e os chefes políticos, conforme revela reportagem do jornal *A Tarde*, datada de 9 de novembro de 1931⁴³. Os líderes políticos do interior seriam peças fundamentais no elaborado quebra-cabeça de dominação que lhe daria sustentação ao longo de sua vida pública.

Com vistas à eleição de maio de 1933, Juracy Magalhães estabeleceu uma estratégia de arregimentação dos chefes políticos do interior, dividindo o Estado em amplas coligações municipais. Colocadas sob o comando de influentes chefes locais, foram instaladas a Coligação Sertaneja e a Aliança Social e Política Municipal (ASPM).

A primeira, reunia sob a liderança do coronel Franklin Lins de Albuquerque 20 municípios da região do São Francisco. A segunda, compreendia 10 municípios do Nordeste baiano e era dirigida pelo engenheiro José Jatobá. Vale observar que como Franklin Albuquerque estava às voltas com a Comissão Militar de Investigação, ele não pôde assumir oficialmente a *Coligação Sertaneja*. Instalada em 19 de janeiro de 1933, na cidade de Juazeiro, coube a Nelson Xavier, diretor da Companhia de Navegação do São Francisco, a missão de líder oficial da coligação⁴⁴.

1.2 Governando à margem das correntes políticas

Despojados do poder, os políticos de carreira da República Velha viram-se ameaçados pela Revolução de 30 à qual não haviam aderido. Quando o movimento capitaneado pelos tenentes eclode, as oligarquias baianas tiveram suas expectativas de retornar ao poder central do país - com a composição da chapa situacionista Júlio Prestes, representante de São Paulo, com o baiano Vital Soares, como vice - frustradas.

⁴² Magalhães, op. cit., p 75

⁴³ FUNCIONALISMO bate às portas da interventoria (O) – A crise e certas disposições legislativas asphixiam a nobre classe. *A Tarde*, Salvador, 09 nov. 1931, p. 2.

⁴⁴ SILVA, A volta do jogo democrático: Bahia, 1945..., p. 91

Tratava-se naquele momento de recuperar o prestígio do Estado no cenário nacional, já que desde 1897, quando Manoel Vitorino deixou a vice-presidência, a Bahia não ocupava lugar de destaque na política brasileira. No plano regional, diante da perspectiva de sair de uma posição secundária, as lideranças do estado não encontraram motivos para apoiar a revolução comandada por Getúlio Vargas⁴⁵. A única liderança a se alinhar com o movimento “revolucionário” foi J.J. Seabra, então na oposição, juntamente com um pequeno grupo de estudantes, como foi dito anteriormente.

Além das questões puramente políticas que fizeram com que na Bahia a Revolução de 30 tivesse pouca penetração, o fato de ser um movimento essencialmente urbano, fez com que, diante de uma Bahia agrícola, os ideais propagados pela Aliança Liberal e pelos tenentes não tivessem sido acolhidos⁴⁶.

Se em Salvador, o principal núcleo urbano do Estado, o debate político que culminou com a Revolução de 30 não ganhou projeção, nos sertões, de características essencialmente rurais, e onde todo o poder concentrava-se nas mãos dos coronéis, o debate inexistiu. Ao contrário, os sertões se armaram em apoio ao poder instituído, com a organização das “milícias patrióticas” pelos coronéis para combater as forças rebeldes. Ironicamente, estas mesmas forças empunhariam armas, em julho de 1932, durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, para defender o governo provisório, a pedido do interventor Juracy Magalhães⁴⁷.

Rejeitada pelas elites locais, a implantação da Revolução de 30 na Bahia se deu com alguns atropelos, diante da resistência da sociedade local aos principais projetos da Revolução levados a cabo pelos primeiros interventores, que acabaram não se sustentando no poder.

Juracy Magalhães não tinha inicialmente o propósito de sedimentar uma carreira na política, o que chegou a declarar reiteradas vezes⁴⁸. Seu compromisso perante Getúlio Vargas se resumia basicamente ao propósito de sanear a economia baiana, restabelecendo o equilíbrio das finanças e a estabilidade política ao Estado. Incluía, ainda, a luta contra o banditismo nos sertões, que tinha como principal líder o cangaceiro Lampião. Assim o fez desde a sua chegada ao Estado.

⁴⁵ SILVA, Âncoras da tradição..., p. 25-26

⁴⁶ SAMPAIO, op. cit., p. 31-53

⁴⁷ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p.234

⁴⁸ PROPÓSITOS do novo interventor na Bahia, através de uma entrevista divulgada, hoje, no Rio pelos jornais matutinos (Os) – Não quer saber de política. A Tarde, Salvador, 21 set. 1931, p. 2. E, O INTERVENTOR Juracy Magalhães, em entrevista à “A Noite” faz detalhada exposição de seus actos no governo bahiano – E declara que está governando à margem das correntes políticas e sem preocupação de agradar a este ou àquelle. A Tarde, Salvador, 17 nov. 1931, p. 1.

A política de austeridade empreendida por Juracy incluía a dispensa do uso dos carros oficiais, que somente saíam das garagens nas ocasiões especiais, tendo o próprio interventor optado por se deslocar pela cidade de bonde⁴⁹. Não se deve perder de vista que a atitude possa ter sido usada unicamente como estratégia para conquistar a simpatia da população.

Juracy Magalhães também se empenhou na missão de colocar-se como representante dos interesses dos baianos perante o governo central. Assim, depois da visita de cortesia que fizera à Associação Comercial, em 6 de novembro de 1931, ele assumiria o papel de porta-voz dos interesses das classes produtivas da Bahia no cenário nacional.

Na realidade, nos meses que se seguiram à posse, a sociedade civil elegeu o interventor como depositário de suas reivindicações, manifestando-se por meio de “memoriais” encaminhados ao novo gestor. “A mocidade estudiosa” da Bahia e educadores pleiteavam mudanças nas normas para inscrição no exame vestibular⁵⁰; o funcionalismo público estadual, preocupado com a possibilidade de exonerações e com seus vencimentos reduzidos, encaminhou o seu memorial “enumerando medidas” que esperava “ver decretadas em benefício da classe”⁵¹.

O setor produtivo, representado pela poderosa Associação Comercial da Bahia, também aproveitou para defender seus interesses e garantir o apoio do interventor para levá-los às instâncias superiores do poder. Em uma “longa representação dos exportadores baianos”⁵², o setor pedia a intercessão de Juracy Magalhães perante o governo central para que fossem aliviadas as taxações sobre o frete e que se desse um tratamento mais equânime à praça da Bahia, já que se vinha assistindo a uma clara política de privilégios para o Sul, em detrimento da região Norte.

Por ocasião da visita ao ministro da Viação José Américo, no Rio de Janeiro, em novembro de 1931, Juracy Magalhães tratou de levar a questão do custo do frete à

⁴⁹ INTERVENTOR Juracy Magalhães, em entrevista à “A Noite” faz detalhada exposição de seus actos no governo bahiano (O) – E declara que está governando à margem das correntes políticas e sem preocupação de agradar a este ou àquelle. A Tarde, Salvador, 17 nov. 1931, p. 1.

⁵⁰ MEMORIAL entregue ao Interventor (Um)– O que pleiteia a mocidade estudiosa da Bahia. A Tarde, Salvador, 30 out.. 1931, p. 3.

⁵¹ FUNCIONALISMO bate às portas da interventoria (O)– A crise e certas disposições legislativas asphixiam a nobre classe. A Tarde, Salvador, 09 nov. 1931, p. 3.

⁵² PRORROGAÇÃO da actual taxa de fretes até 31 de Março de 1932 (A) – Uma longa representação dos exportadores bahianos encaminhada ao sr. Interventor. A Tarde, Salvador, 13 nov. 1931, p. 3.

reunião, deixando claro o compromisso assumido de solucionar os problemas e ser o representante dos interesses da Bahia⁵³.

Os resultados não tardariam a aparecer. O empenho do interventor de se colocar como defensor das causas do Estado, no restabelecimento da ordem social após as turbulências que marcaram as gestões de seus antecessores na interventoria e na defesa dos interesses das classes produtivas, lhe renderiam uma moção de apoio remetida pela Associação Comercial da Bahia, assinada pela classe empresarial baiana⁵⁴.

Pragmático, Juracy preferiu fazer suas apostas na conquista do apoio popular e das representações civis, “governando interinamente à margem das correntes políticas”⁵⁵. Evidentemente que o diálogo político não fora deixado de lado, mas, engenhosamente, Juracy pôs em prática uma estratégia de ação que o colocava no centro das negociações, eliminando os intermediários. Isso, ao mesmo tempo em que contribuía para garantir o estabelecimento de novas alianças, favorecia a sua aproximação com as diversas correntes políticas do Estado.

Se entre as representações civis houve uma movimentação com vistas a buscar no novo governo constituído um canal de negociação em prol dos seus interesses corporativos, no campo político a conciliação deu lugar a uma radical tomada de posição. Bem ao estilo positivista de veneração dos valores clássicos, em que a Bahia era a terra *mater* cujos filhos orgulhavam-se de suas origens, a oposição ao interventor, encampada primeiro por José Joaquim Seabra, líder do Partido Democrático, ganhou num primeiro momento as páginas da imprensa soteropolitana com ataques sob a forma de artigos.

Os baianos de nascimento, ciosos de seu passado de homens brilhantes e de seus oradores magistras, não perdoaram a injúria de serem governados por um militar, jovem e forasteiro. Se no início alguns veículos da imprensa escrita se manifestaram

⁵³ INTERVENTOR Juracy Magalhães, em entrevista à “A Noite” faz detalhada exposição de seus actos no governo bahiano (O)– E declara que está governando à margem das correntes políticas e sem preocupação de agradar a este ou àquelle. A Tarde, Salvador, 17 nov. 1931, p. 1.

⁵⁴ APOIO do comércio ao Interventor (O)– A prometida moção e as assinaturas. A Tarde, Salvador, 23 jan.. 193, p. 3.

⁵⁵ INTERVENTOR Juracy Magalhães, em entrevista à “A Noite” faz detalhada exposição de seus actos no governo bahiano (O) – E declara que está governando à margem das correntes políticas e sem preocupação de agradar a este ou àquelle. A Tarde, Salvador, 17 nov. 1931, p. 1. Quando Juracy declara que está governando “interinamente” a Bahia, é preciso observar que ele encara inicialmente o fato de aceitar a interventoria da Bahia como uma missão patriótica, enquanto membro do Exército e como sendo um dos líderes da Revolução, e não como um projeto de atuação política. Ele declararia por diversas vezes, nos seus primeiros meses de governo, que assumira a interventoria com a missão de restabelecer a ordem e as finanças no Estado como cumprimento das metas da Revolução de 30.

positivamente e com isenção em relação ao recém-chegado, o ano de 1932 começou em clima de guerra declarada entre os jornais e o interventor.

Perante a elite intelectual e política baiana, que se expressava por meio dos jornais, no entanto, Juracy não era apenas jovem e forasteiro. De acordo com o cientista político Israel Pinheiro, temia-se na sua juventude as suas idéias renovadoras⁵⁶, a ameaça que ele representava aos valores constituídos; o fato de ele não ser um “deles”, por não fazer parte das elites bachalerescas, nem originário de alguma família tradicional.

O Juracy interventor até que tentou amenizar os embates com a oposição e até eliminá-los, procurando fazer uma administração consensual. Assim, entre suas primeiras medidas ao assumir o poder, decidiu engavetar os processos que corriam na justiça revolucionária, vistos com péssimos olhos pelos oligarcas. O projeto de reorganização municipal posto em prática por Athur Neiva, teve o mesmo fim, encerrando a polêmica que tomou conta do interior do Estado.

As medidas não foram suficientes para que ele passasse a ser aceito pelo meio político, especialmente na capital. Duas outras estratégias foram então articuladas. Com vistas a conquistar o apoio popular, Juracy passou a falar semanalmente em um programa de rádio, abrindo assim um canal de comunicação direto com a sociedade. Vale a ressalva de que à época, a penetração do rádio era ínfima, mas ao menos lhe garantiu o acesso às famílias detentoras do poder, formadoras de opinião, atingindo o restante da população por via indireta.

Até meados da década de 1930, o rádio era um produto de luxo, cujo acesso estava restrito às elites econômicas, sociais e intelectuais. A programação, dedicada à literatura e música clássica, atendia ao gosto da alta sociedade, artistas e intelectuais. A industrialização do centro-sul, aliada à transformação das rádios em emissoras comerciais contribuiu para democratizar o acesso ao equipamento, o que se traduziu por uma mudança substancial no perfil da programação, voltada mais para o entretenimento, a partir da segunda metade dos anos 30⁵⁷.

Conforme o próprio Juracy Magalhães observou em suas memórias, é inegável, no entanto, a importância desse contato com a população, que ele estabeleceu assim que

⁵⁶ PINHEIRO, Israel. A política na Bahia: atraso e personalismos. Ideação: Núcleo Interdisciplinar de estudos e Pesquisas Filosóficas da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, v. 1, n. 4, p. 49-77. (semestral), 1997

⁵⁷ JAMBEIRO, Othon. Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 16

assumi o poder. “Comecei a conquistar amigo por amigo. Fazia contatos, era comunicativo e dava muita entrevista à imprensa. Criei um programa de rádio no qual falava semanalmente à população. Aos poucos fui me ligando aos baianos, ajudado por pessoas importantes...”.⁵⁸

Partindo da compreensão de uma outra nuance da política regional, o poder dos coronéis dos sertões, Juracy também não hesitou em concentrar esforços na conquista das lideranças locais no interior do Estado:

Visitei regularmente os chefes locais, mantendo contato com a população do interior, e atribuo a esta iniciativa grande parte do meu êxito. Anteriormente, Góis Calmon adotara medida semelhante, percorrendo alguns pontos do sertão, e conseguiu com isso granjear um prestígio até então desconhecido na Bahia. Ampliei sua experiência tornando-me o primeiro governador a conhecer todo o interior do estado e suprimi os intermediários no contato com os chefes locais [...].⁵⁹

Portanto, a outra estratégia por ele empreendida, na realidade uma consequência de sua condição de forasteiro que necessitava melhor conhecer a realidade do Estado, foi partir para o interior, firmando contatos e alianças com as lideranças locais.

1.3 Guerra de palavras contra o interventor

Ao assumir o poder, na mesma estratégia conciliatória de que se valeu para calmar os ânimos dos que se sentiam ameaçados pelas medidas revolucionárias, Juracy optou por não criar um departamento oficial de censura, embora ela estivesse em efetiva vigência. Numa tentativa de se mostrar em pleno domínio dos conflitos internos do Estado que governava, gabava-se de dar liberdade à imprensa, respondendo aos “excessos” que porventura se praticasse por meio de uma “nota serena”, na qual colocava “as cousas no respectivo *logar*”⁶⁰.

⁵⁸ MAGALHÃES, op. cit., p.73

⁵⁹ MAGALHÃES, *Minhas memórias* ..., p. 76

⁶⁰ INTERVENTOR Juracy Magalhães, em entrevista à “A Noite” faz detalhada exposição de seus actos no governo bahiano (O) – E declara que está governando à margem das correntes políticas e sem preocupação de agradar a este ou àquelle. *A Tarde*, Salvador, 17 nov. 1931, p. 1.

Esse clima de bom entendimento e de relações serenas, logo cedo daria lugar a reações mais incisivas por parte da interventoria. Em janeiro de 1932, já estava em curso uma campanha de intimidação da imprensa, em retaliação aos ataques desferidos contra o interventor.

O Juracy condescendente e exímio articulador político, que cedo entendeu que o rigor das metas revolucionárias deveriam ser postas de lado em nome da governabilidade, foi bem mais severo quando se tratou de calar aqueles que lhe faziam objeções. Embora jamais tenha assumido a responsabilidade direta pelos atentados sofridos por jornalistas ou cometidos contra veículos de comunicação e tenha se limitado a declarar tomadas as medidas cabíveis, é de inegável evidência a conotação política das violências praticadas contra jornalistas e jornais, que vinham acompanhadas de medidas repressivas. Desta forma, apesar de oficialmente suspensa pelo ministro da Justiça, Maurício Cardoso, em 29 dezembro de 1931⁶¹, na prática, a censura foi mantida na Bahia.

O redator de *O Imparcial*, José Rabello, foi um dos casos de agressão, ocorrido no final de janeiro de 1932, que teve significativa repercussão pública. O atentado contra o jornalista, que foi agredido fisicamente por dois tenentes do Exército – Fraga Brandão e Mendonça -, ocorreu na Rua Chile, uma das ruas mais movimentadas do centro de Salvador. A interventoria se isentou da responsabilidade pelo ato de agressão, atribuindo o gesto dos dois oficiais a problemas de ordem pessoal com o jornalista. Apesar disso, a direção do jornal foi convocada pelo capitão de Polícia João Facó para ser informada de que o jornalista passara a ser *persona non grata* perante o governo, recomendando a sua demissão.

Em artigo publicado no dia 17 de fevereiro de 1932⁶², o diretor de *O Imparcial*, Mario Monteiro, narrou que no dia em que ocorreu o episódio da agressão contra o redator José Rabello, ele fora chamado à presença do chefe de Polícia, capitão Facó, na Secretaria de Segurança Pública, pouco depois da meia-noite. Durante o encontro, Monteiro teria ouvido de Facó que a atribuição ao Exército da responsabilidade pelo incidente envolvendo Rabello estaria provocando uma certa “exarcebação de ânimos” na guarnição militar e que a polícia temia que daí decorressem conseqüências

⁶¹ ABOLIDA a censura da imprensa. *Diário da Bahia*, Salvador, 29 dez. 1931, p. 1.

⁶² EPISÓDIO esclarecido(Um). *O Imparcial*, Salvador, 17 fev. 1932, p. 3.

imprevisíveis. Por esta razão, Facó se sentia na necessidade de manter a censura no Estado, “indo até onde fosse, a propósito do aludido episódio”⁶³.

A interventoria procurou difundir a versão de que a agressão tinha caráter estritamente pessoal, mas José Rabello, ainda conforme o artigo de Mário Monteiro, teria afirmado desconhecer os dois militares que o agrediram, o que pusera em dúvida a versão oficial. A agressão contra José Rabello de *O Imparcial* e a perseguição aos demais jornais que faziam oposição a Juracy foram fatos que terminaram por ganhar dimensões nacionais.

O cerceamento da liberdade de imprensa na Bahia foi denunciado em um artigo de Macêdo Soares, publicado inicialmente no *Diário Carioca*, sob o título *Intolerância*, que foi reproduzido na primeira página de *A Tarde*⁶⁴. No texto, Soares critica o restabelecimento da censura na Bahia e a ingerência da polícia sobre a imprensa, em referência ao episódio envolvendo José Rabello: “Assim, o chefe de polícia baiano escolhe os redatores dos jornais da terra e pune, privando do exercício de sua profissão, um jornalista que não pode acusar de nenhum crime nem do menor deslize”⁶⁵.

No mesmo texto, Soares relata que a censura à imprensa não é obra apenas do interventor baiano, mas uma prática geral entre os interventores revolucionários. No final do artigo, aproveita para criticar a juventude de Juracy: “Ninguém poderia esperar de um governante juvenil e exaltado essas qualidades da madureza. Por isso mesmo ninguém responsabiliza o sr. tenente Juracy Magalhães pelos destinos do governo baiano”, deixando claro que a questão da censura foi também mais um pretexto para fazer críticas à juventude do interventor, tão combatida pelos tradicionais líderes políticos baianos.

Muniz Sodré, diretor do *Diário da Bahia*, durante estada no Rio de Janeiro, no mês de fevereiro de 1932, conforme notícia também reproduzida no jornal *Diário da Bahia*, não poupou críticas ao interventor por manter a censura na Bahia, apesar de ela ter sido suspensa por ordem do Ministro da Justiça⁶⁶. Ao comentar uma resposta do interventor ao telegrama de protesto encaminhado pela Associação Bahiana de Imprensa em decorrência da violência praticada contra Rabello, Muniz Sodré afirmou que ao

⁶³ EPISÓDIO esclarecido (Um). *O Imparcial*, Salvador, 17 fev. 1932, p. 3.

⁶⁴ A LIBERDADE de imprensa na Bahia – Um artigo do sr. Macedo Soares. *A Tarde*, Salvador, 15 fev. 1932, p. 1.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ FALANDO à imprensa carioca – A entrevista concedida ao “Diário Carioca” pelo dr. Moniz Sodré, sobre a situação política da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 11 fev. 1932, p. 1. E POLÍTICA Bahiana – Como um jornal do Rio examina as atitudes do interventor da Bahia – As declarações do sr. Muniz Sodré. *A Tarde*, Salvador, 10 fev. 1932, p. 3

contrário de tomar providências contra os agressores, o que a interventoria fez foi convocar os diretores de jornais para “dar ordens severas de não perseguirem nas críticas ao governo”. Muniz Sodré também formulou, por intermédio da imprensa nacional, denúncias sobre a prática de enviar aos jornais delegados de polícia com o objetivo de intimidar as redações⁶⁷.

Outra agressão contra jornalista, mas que teve menor repercussão na imprensa, foi tratada durante reunião da Associação Bahiana de Imprensa em sessão do dia 15 de janeiro de 1932⁶⁸, que posteriormente também emitiu uma nota de protesto contra a censura. Nos meses que se seguiram, foi registrada ainda a prisão de Joel Presídio, redator-chefe do “Diário da Bahia”. Mário Monteiro, de “O Imparcial”, foi intimado a depor na polícia⁶⁹. Durante a reunião da ABI de 5 de abril de 1932, um dos membros da assembléia, o padre Manoel Barbosa admitia que havia abusos nas críticas envolvendo as autoridades e pediu aos companheiros que fizessem um movimento contra o “*excesso de linguagem na imprensa*”.

O fato é que os jornalistas José Rabello, Joel Presídio e Mário Monteiro acabaram emigrando da Bahia para o Rio de Janeiro⁷⁰. Antes, porém, Rabello foi preso, medida que reforçou ainda mais a intimidação da imprensa, conforme se pode concluir a partir de um registro publicado no jornal *A Tarde*, na coluna *Notas Diversas*, de 5 de abril de 1932, que dava conta da prisão de jornalistas e informava ainda que os diretores dos jornais *O Imparcial* e *Diário da Bahia* haviam sido chamados à comparecer à polícia por censura prévia. Ao final da nota, uma clara reação de intimidação e acuamento: “O povo bahiano compreenderá, perfeitamente, a razão por que nos limitamos a esse simples registro”⁷¹.

A perseguição de jornalistas na Bahia mereceu ainda a interferência da Associação Brasileira de Imprensa, que apelou contra o fim dos “constrangimentos” sofridos pelos “companheiros” do *Diário da Bahia*⁷².

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Ata da Associação Bahiana de Imprensa, 15/01/1932. Arquivo da Associação Bahiana de Imprensa – Livro de Atas, 1932

⁶⁹ Ata da Associação Bahiana de Imprensa, 15/04/1932. Arquivo da Associação Bahiana de Imprensa – Livro de Atas, 1932

⁷⁰ SAMPAIO, Poder e Representação: O Legislativo da Bahia no..., p.161

⁷¹ NOTAS diversas. *A Tarde*, Salvador, 05 abr. 1932, p. 3.

⁷² IMPRENSA e a interventoria bahiana (A) – O telegrama que a ABI enviou ao interventor. *A Tarde*, Salvador, 08 abr. 1932, p. 1.

1.4 Uma oposição obstinada

O *Diário da Bahia*, dirigido por Muniz Sodré, político ligado a J.J. Seabra, foi o jornal que se lançou em primeira mão numa oposição sistemática a Juracy Magalhães, antes mesmo de ele assumir o governo. Antes da nomeação de Juracy, o jornal publicava artigos diários pró-Seabra, colocando-o na condição de grande líder baiano, alinhado com os ideais revolucionários e o único capaz de assegurar o prestígio político na Bahia pós-Revolução de 30⁷³. Artigo publicado em 25 de agosto, às vésperas da nomeação de Juracy, informava que o jornal não tinha candidaturas ao governo, mas reivindicava que o próximo interventor fosse identificado com o povo, portador das credenciais necessárias⁷⁴, ou melhor dizendo, fosse baiano e ilustre.

O próprio Seabra daria o veredicto sobre o novo interventor em declarações reproduzidas na manchete da primeira página do *Diário da Bahia*, de 27 de agosto de 1931, reproduzindo notícia do jornal *O Globo*: “Não fui absolutamente ouvido sobre a nomeação do interventor da Bahia. Se o fosse, não concordaria absolutamente com a nomeação do tenente Juracy Magalhães e isto porque, se bem que me digam ser elle moço inteligente, todavia não está em condições de administrar um Estado como a Bahia, cujas tradições gloriosas elle deve conhecer e respeitar”, declarou o velho líder, a esta altura já alijado do processo político em andamento.

Repellido desde a sua indicação para a interventoria e contestado posteriormente por não ser um autêntico baiano, Juracy passou a ser alvo dos artigos em tom áspero assinados por Muniz Sodré, que se encarregou de ser o porta-voz do líder Seabra na imprensa baiana. Em 23 de setembro de 1931, quatro dias após a posse de Juracy na interventoria, Sodré publicou o artigo intitulado “Brios Bahianos”⁷⁵, que discorria sobre a indicação de um forasteiro para o governo baiano e denunciava ainda o clima de adesismo, assumido sem cerimônia pelas lideranças políticas da capital e do interior, e a traição daqueles que antes integravam as antigas hostes do poder.

⁷³ É uma glória da Bahia! – O aniversário hoje de Seabra. *Diário da Bahia*, Salvador, 21 ago. 1931, p. 1. E PELA honra da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 23 ago. 1931, p. 1.

⁷⁴ DIREITO inalienável (UM)– A Bahia que exige dos poderes executivos da Nação um governo à altura dos seus méritos. *Diário da Bahia*, Salvador, 25 ago. 1931, p. 1.

⁷⁵ BRIOS Bahianos. *Diário da Bahia*, Salvador, 23 set. 1931, p. 1

Entre os alvos do artigo estava o então secretário da Fazenda e Tesouro, conselheiro Manoel de Mattos Corrêa de Menezes, que dera as costas aos seus antigos pares do Partido Democrata para integrar o governo de Juracy Magalhães

A temática da Bahia desrespeitada, invadida pelos forasteiros e desonrada, que constava do artigo “Brios Bahianos”, passou a ser uma constante nas páginas do *Diário da Bahia*. Os adjetivos “forasteiro” e holandês, este último em referência à invasão holandesa sofrida no passado pela Bahia, também passariam a ser associados ao nome de Juracy Magalhães, e ainda seria usado por seus opositores duas décadas mais tarde, na eleição de 1950, para o governo do Estado⁷⁶.

O inconformismo dos dirigentes do *Diário da Bahia* com os rumos que a política baiana vinha tomando, banindo do núcleo do poder não apenas o seu líder maior, J.J. Seabra, mas também os ilustres bacharéis e intelectuais da boa terra, daria como resultado a reprodução nas páginas do jornal de um retrato do ambiente político da época, que aliás, pouco difere do universo de troca de benefícios e favorecimentos que seria um traço marcante da política brasileira ainda nos dias atuais.

Um artigo do *Diário da Bahia* publicado em 12 de setembro, uma semana antes de Juracy tomar posse como interventor, registrou a romaria de “políticos decahidos” pelas ruas de Salvador à espera do momento ansiado de “dar parabéns” ao interventor nomeado e fazer seus pedidos. Dizia o texto que os políticos do interior do estado, após terem perdido suas posições públicas, não hesitavam em lançar mão de meios escusos para atingir a imagem dos seus adversários e conquistar as benesses do novo dirigente do estado⁷⁷.

Nos primeiros meses de 1932, o combate contra o interventor tornou-se uma luta obstinada, com a publicação de artigos com denúncias e boatos sobre o seu afastamento da interventoria baiana. Se em um primeiro momento os ataques tinham como alvo questões abstratas como a juventude, a inexperiência e a ausência de uma genealogia baiana por parte do interventor, em um segundo momento os alvos dos adversários passaram a ser os atos do governo.

Assim, deu-se início a uma tentativa incansável de atacar e desacreditar acordos, projetos e ações empreendidos pela gestão estadual. O artigo *Justas*

⁷⁶ UZÊDA, Jorge Almeida. O Jornal A Tarde Receita de Poder: a criação da Bahia nas eleições de 1950. 1994. Monografia (Especialização em Comunicação e Política) — Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

⁷⁷ HORA das cavações (Na) – Políticos decahidos em vários municípios da Bahia enchem as ruas da cidade á espera do momento ansiado de “dar os parabéns”... E fazem os seus pedidinhos. Diário da Bahia, Salvador, 18 set. 1931, p. 1.

Advertências, que discorre sobre os atos administrativos do governo, decreta o fracasso de Juracy na condução dos assuntos econômicos do estado⁷⁸. Em 12 de janeiro de 1932, Muniz Sodré assinava artigo ainda mais incisivo, no qual apontava que as ações do governo pela estabilidade econômica da Bahia não passavam de simples oratória, apontando fatos que minimizavam os resultados das medidas governamentais.

A esta altura, em que já começava a ganhar corpo a organização partidária com vistas à realização da constituinte, que devolveria o regime democrático ao país, cabia aos políticos profissionais a delimitação de terreno, e assim o fez Seabra com ataques cada vez mais hostis contra Juracy, preservando-se, no entanto, de manter a *bonne entente* com o governo central, chefiado por Getúlio Vargas⁷⁹.

Como parte dos ataques à política financeira conduzida pela interventoria foram publicados inúmeros artigos, entre eles *Silêncio inexplicável*. O referido artigo criticava o governo, atribuindo-lhe a falta de argumentos para contestar o teor das acusações de favorecimento ao capital estrangeiro nas negociações da dívida externa da Bahia e ainda fazia referências às principais medidas de saneamento financeiro empreendidas pela administração Juracy, cujos resultados foram minimizados⁸⁰.

Num ato de precipitação, certamente, já que acabaria recuando nos seus propósitos, Juracy, valendo-se da legislação, entrou com um pedido de intimação, na Procuradoria da República, contra Muniz Sodré, pelas críticas e acusações formuladas contra o seu governo e sua pessoa, constantes de um editorial assinado pelo diretor do jornal⁸¹. Sodré não compareceu à audiência para se explicar e Juracy retiraria a queixa logo após tê-la apresentado⁸². O episódio alimentou por diversos dias o noticiário do *Diário da Bahia* e de outros jornais que faziam oposição a Juracy.

Apesar da crise anunciada por seus opositores e dos boatos da sua destituição - os jornais baianos apostavam como certa a destituição de Juracy e o *Diário da Bahia* tratava do assunto no dia 19 de janeiro de 1932⁸³ - Juracy Magalhães se fortaleceu politicamente. Em 13 de fevereiro, o mesmo *Diário da Bahia* noticiava que Juracy

⁷⁸ IMPRESSÕES do dia – Fala o interventor. *Diário da Bahia*, Salvador, 08 jan. 1932, p. 2.

⁷⁹ TORNO da aliança política Franklin de Albuquerque (Em)– Juracy Magalhães. *Diário da Bahia*, Salvador, 10 jan. 1932, p. 1.; NOVA e fulminante entrevista do eminente Brasileiro J.J. Seabra. *Diário da Bahia*, Salvador, 12 jan. 1932, p. 1.

⁸⁰ SILÊNCIO inexplicável. *Diário da Bahia*, Salvador, 12 jan. 1932, p. 1; DESESPERO governamental. *Diário da Bahia*, Salvador, 20 jan. 1932, p. 1

⁸¹ O momento político – A queixa do interventor contra o director do “Diário da Bahia”. *A Tarde*, Salvador, 20 jan. 1932, p. 3.

⁸² INTIMAÇÃO inepta. *Diário da Bahia*, Salvador, 21 jan. 1932, p. 1.; COMO prevíamos – O sr. Interventor retirou a queixa contra o “Diário da Bahia”. *Diário da Bahia*, Salvador, 27 jan. 1932, p. 2.

⁸³ DO Rio – Pedido de demissão do tenente Juracy. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 jan. 1932, p. 1.

partira para o Rio de Janeiro com o objetivo de ir se explicar perante o Ministro da Justiça sobre as agressões contra jornalistas e a censura contra a imprensa, dando como certa a sua destituição da interventoria. O interventor baiano fora ao Rio especialmente para participar de um congresso que reuniria os demais interventores do Norte (região que incluía desde a Bahia até os demais Estados do atual Norte e Nordeste do Brasil) para tratar da reconstitucionalização do país⁸⁴.

Durante a crise enfrentada no início de 1932, Juracy Magalhães receberia inúmeros apoios, incluindo o Clube 3 de Outubro, uma agremiação política que reunia os militares que fizeram a Revolução de 30 e que buscava espaço no governo para encaminhar suas reivindicações e a Associação Comercial da Bahia, que dedicaria uma moção de apoio ao interventor.

A referida moção, contrariando os ataques à política econômica conduzida pela interventoria nas páginas do *Diário da Bahia*⁸⁵ e de *O Imparcial*⁸⁶, principalmente, evidenciava a aprovação do setor produtivo, que elogiava o restabelecimento das finanças estaduais e o equilíbrio orçamentário, além de destacar outras ações de governo, a exemplo do combate ao banditismo nos sertões, um problema de ordem pública considerado à época da maior relevância.

O documento da Associação Comercial, divulgado na íntegra no jornal *A Tarde*⁸⁷, trazia uma extensa lista de signatários. A moção serviu também para a Associação Comercial reiterar o seu compromisso de apoio institucional à interventoria que, em contrapartida, se encarregava de representar os interesses dos empresários e comerciantes da praça baiana:

Querem, finalmente, expressando o especial interesse com que registraram as promessas que obtivestes do Governo Provisório da República, manifestar a confiança em que continuareis pleiteando a realização, a efetivação de tais promessas, com o que de muito se acrescerá o ativo dos bons serviços do vosso governo à Bahia, que já lhe agradece o ambiente de geral tranqüilidade assegurando a honesta atividade de cada cidadão⁸⁸

⁸⁴ POSTAES políticos – O congresso dos Interventores . *A Tarde*, Salvador, 20 fev. 1932, p. 2.

⁸⁵ NOVA e fulminante entrevista do eminente brasileiro J.J. Seabra. *Diário da Bahia*, Salvador, 12 jan. 1932, p. 1.; DESESPERO governamental. *Diário da Bahia*, Salvador, 20 jan. 1932, p. 1.

⁸⁶ MAU panorama. *O Imparcial*, Salvador, 06 jan. 1932, p. 3.; INTERESSANTES coincidências. *O Imparcial*, Salvador, 07 jan. 1932, p. 3.

⁸⁷ APOIO do comércio ao interventor (O). *A Tarde*, Salvador, 23 jan. 1932, p. 3.

⁸⁸ *Ibid.*

O Clube 3 de Outubro também votaria, no início de fevereiro de 1932, uma moção de solidariedade a Juracy⁸⁹. Para o Clube, a liberdade de crítica à imprensa estaria inviabilizando as interventorias, conforme notícia publicada em 4 de janeiro de 1932, na qual constava que o órgão representativo pedia misericórdia para os interventores do Norte, que não estavam em condições de continuar governar com a liberdade de imprensa⁹⁰.

Em 9 de fevereiro, Juracy Magalhães admite ter mandado orientações para os diretores de jornal que anunciavam boatos sobre sua destituição ou renúncia: “Mandeí o secretário da segurança chamar os diretores dos jornais e determinar-lhes mais comedimento de linguagem”... e complementava: “por amor à Bahia, o atual governo resolveu por côbro a este estado de cousas, e não permitirá a reprodução dos fatos de boatismo desmoralizante...”⁹¹

Durante o primeiro semestre de 1932 – no segundo semestre o *Diário da Bahia* mudou de direção, passando a ser dirigido pelo político João Pacheco de Oliveira, futuro deputado eleito pelo partido do interventor Juracy Magalhães -, Seabra e Muniz Sodré tiveram no diário soteropolitano a sua principal arma de combate. A partir de outubro, depois de ter estado fora de circulação desde fins de agosto de 1932, o jornal passa a atuar, ao lado do *Diáriode Notícias*- vespertino dirigido por Altamirando Requião, um aliado de primeira hora - em defesa dos interesses da interventoria e do governo provisório de Getúlio. Na oposição permaneceriam, entre os principais jornais em circulação na capital baiana, *O Imparcial* e *A Tarde*, estes, submetidos a forte censura.

O Imparcial, jornal de cor mangabeirista, ligado à corrente chefiada pelo político Octávio Mangabeira, então no exílio, reforça as críticas ao interventor a partir do momento em que este esboça a intenção de se tornar líder político:

O sr. Juracy Magalhães, antes de assumir o governo da Bahia e já depois de nomeado interventor federal, teve ensejo de fazer declarações acerca dos intuitos que o animavam em relação à sua própria conduta no alto posto a que se destinava. [...] Entre tais declarações, uma teve desde logo acolhida mas simpática no seio da população bahiana, havendo-se imposto a comentários de aplauso dos elogios dos órgãos de opinião coletiva: foi a afirmação de que s. exa. estava resolvido e deliberado a governar a Bahia à margem dos

⁸⁹ ÚLTIMAS novidades da política nacional (As). *Diário da Bahia*, Salvador, 04 fev. 1932, p. 2.

⁹⁰ Ibid.

⁹¹ TENENTE-interventor julgado pela imprensa carioca (O). *Diário da Bahia*, Salvador, 09 fev. 1932, p. 1.

partidos. [...] Agora, porém, ao que está no conhecimento público, volve-se de novo, a modificar, infelizmente, o ambiente em que s. exa. está exercendo as suas funções governamentais. [...] Atribui-se ao sr. Juracy Magalhães a deliberação, já em prática, de governar partidariamente. S. exa. quer fazer política, lateralmente, à administração do Estado [...]⁹²

O fragmento de texto, tirado de um dos muitos artigos assinados principalmente por Mário Monteiro, diretor de *O Imparcial* mostra como a idéia de que Juracy viesse a assumir o poder de forma efetiva era repelida. Outro redator a eleger a interventoria de Juracy como alvo de seus ataques foi José Rabello. Ele que foi uma das vítimas da repressão da interventoria, tendo sido preso e posteriormente exilado, conforme já referido anteriormente, foi igualmente enfático nas críticas formuladas contra Juracy Magalhães.

Em 3 de janeiro de 1932, José Rabello escreveu um longo artigo intitulado *Falta de respeito* no qual, a pretexto de fazer uma defesa de Seabra, que foi alvo de críticas por parte do interventor, aproveitou para criticar as alianças políticas que estavam sendo feitas pelo chefe de governo, classificando-as de espúrias, e atacar o processo de gestação do que viria a ser o Partido Social Democrático, fundado por Juracy:

O sr. Juracy Magalhães veio para a Bahia realizar uma obra impessoal de governo. Ele mesmo o declarou, do convés do Santos, antes de pisar a terra baiana, que vinha governar o estado à margem dos partidos.

Aqui não fez isso.

Recrutou, na vasa do partido em que militamos, o rebutalho, oscilante como os sargaços ao sabor das marés, e, com essa comorra mofina está afrontando o brio da terra bahiana chamando a esse conglomerado de ambições inconfessáveis de seu partido político!⁹³

Em linhas gerais, podemos concluir que passados quase seis meses de sua nomeação, o Juracy Magalhães interventor havia sido tolerado, diante das medidas práticas adotadas por seu governo que começavam a dar os primeiros resultados. Afinal, desde outubro de 1930 a Bahia enfrentava forte instabilidade política e econômica e somente a partir da chegada de Juracy a situação começou a ser contornada, ou amenizada.

Ocorre que, assim que a possibilidade de eleições constitucionais deixou de ser mera bandeira política dos opositores a Getúlio Vargas e passou a ser uma perspectiva

⁹² MARGEM dos partidos (À). *O Imparcial*, Salvador, 01 jan. 1932, p. 2.

⁹³ FALTA de respeito. *O Imparcial*, Salvador, 03 jan. 1932, p. 1.

cada vez mais realista, a idéia de que o tenente forasteiro pudesse vir a se tornar governador da Bahia, eleito pelos baianos, tornou-se algo absolutamente inconcebível. Era preciso lançar o alerta aos baianos e assim o fez a imprensa que fazia oposição ao interventor.

O forasteiro precisava ser combatido, a Bahia precisava reviver seus momentos áureos, há tempos perdidos, os homens letrados da Bahia precisavam voltar ao poder e manter viva a tradição de uma Bahia governada por “grandes homens”. Era preciso evocar a Bahia de Ruy. A Bahia dos seios titânicos não se deixaria abater. A resistência ao inimigo estava preparada para a grande batalha.

2 ESTRUTURAÇÃO DO PSD: ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO E ACOMODAÇÃO

Convocados pelos órgãos de opinião a resistir ao conquistador, os baianos tardaram a se mobilizar para forçar uma mudança efetiva no comando político do Estado. Passado pouco mais de um ano da Revolução de 1930, as lideranças políticas da Bahia ainda encontravam-se desarticuladas, com alguns de seus principais nomes, em especial Simões Filho e Otávio Mangabeira, vivendo no exílio. O ex-governador Francisco Marques de Góes Calmon (1874-1932), que poderia ter catalisado a oposição, por seu prestígio e capacidade eleitoral, estava com a saúde comprometida, vindo a falecer, em janeiro de 1932, momento em que ganha força a campanha pró-constituente¹.

Pode-se ponderar que José Joaquim Seabra assumiu a tarefa de combater o interventor e o fez com afinco, tornando-se, na realidade, o principal líder político baiano a encampar a luta contra o chefe do governo baiano. Ocorre que, desde 1922, Seabra entrara num processo de declínio político² e já não conseguia mobilizar em

¹ Sobre a questão dos líderes políticos exilados pela Revolução de 30, consultar SAMPAIO, Poder e Representação: O Legislativo da Bahia ..., p.96-97

² As eleições de 1922 marcaram o processo de decadência política de J.J. Seabra. Preterido em favor do maranhense Urbano Santos como candidato à vice-presidência na chapa de Artur Bernardes, em 1922, que saiu vencedora do pleito, Seabra decidiu fundar, junto com o ex-presidente Nilo Peçanha, a Reação Republicana, concorrendo como vice de Nilo. Por ocasião da morte de Urbano Santos, dois meses após a eleição, Seabra tentou na Justiça obter o direito de assumir a vice-presidência. Enquanto pleiteava a nomeação, foi substituído no governo da Bahia pelo presidente do Senado estadual, o coronel Frederico Costa. O desgaste proporcionado por estes fatos provocaram uma cisão no Partido Republicano Democrata (PRD), até então o partido dominante na Bahia, estimulando a oposição a se reorganizar para concorrer às eleições para o governo estadual em 1923. A oposição, reunida em torno da Concentração Republicana da Bahia, reunia, entre outros, Ernesto Simões Filho, Pedro Lago e Vital Soares, este último, viria a ser o candidato a vice-presidente da República nas eleições de 1930. Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política da Acomodação. Salvador: EDUFBA, 1998. p. 159-184; SAMPAIO, Poder e Representação: O Legislativo da Bahia ..., p.99. Consuelo Novais Sampaio observa que Seabra, apesar dos seus 78 anos foi o grande articulador da oposição contra Juracy Magalhães, atuando com um vigor que ela classifica de quixotesco. Seabra não

torno de si um movimento significativo que o respaldasse a enfrentar o embate, com vistas a neutralizar o avanço do interventor, embora, politicamente, ainda fosse respeitado e contasse com número representativo de votos, tanto que foi um dos dois nomes da oposição eleitos em 1933. Inicialmente, portanto, ele lutou isolado e não conseguiu adeptos expressivos para a sua luta.

Cabe observar, ainda, que Seabra assumiu uma atitude claramente combativa contra o interventor baiano, mas até o rompimento dos democratas com o Governo Provisório, em janeiro de 1932, ele se manteve alinhado a Getúlio Vargas, inclusive atuando e agindo como representante da Bahia na esfera federal³.

Outro fator que concorreu para o insucesso das oposições foi a dificuldade de superar as divergências históricas para estabelecer uma reação às primeiras movimentações políticas feitas pela interventoria. A política baiana era composta por grupos que rivalizavam entre si, a despeito de uma plataforma política e ideológica.

Assim, seabristas, calmonistas, vianistas e outras correntes que protagonizavam o comando político, apesar de reunidos em torno de partidos denominados como republicanos ou democratas se posicionavam, de fato, com bases personalistas, a partir das alianças ou rompimentos estabelecidos pelos seus líderes. Tinham, portanto, num primeiro instante, que aparar arestas históricas para daí empreender uma ação articulada e fazer face ao novo grupo detentor do poder.

Isso somente viria a ocorrer tardiamente. O primeiro passo somente seria dado em julho de 1932, com a criação da Liga de Ação Social e Política – LASP, organizada em apoio à Revolução Constitucionalista de São Paulo. Posteriormente, já às vésperas das eleições de 1933, esta união se concretizaria com a formação da legenda “A Bahia ainda é a Bahia”, que reunia os candidatos da LASP e outros oposicionistas. A mobilização das oposições se consolidaria de fato em 1934, com a formação da Concentração Acadêmica Autonomista.

encontraria nos jovens fundadores da Liga de Ação Social e Política - LASP, em sua maioria jovens ligados à corrente calmonista, sua adversária histórica, a afinidade necessária para esboçar a luta e ABREU, Alzira Alves (coord.). Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. (volume 5), p. 5.336, p. 5.537 e p. 5.471.

³ GLORIOSO brasileiro, J.J. Seabra, fala à alma livre da Bahia (O) – Conversando com o sr. presidente da República. Diário da Bahia, Salvador, 08 jan. 1932, p. 1. Reproduz conversa entre J.J. Seabra e Getúlio Vargas, por ocasião de uma audiência do líder baiano com este último, durante a qual foi feita uma longa exposição sobre os problema baianos e as alianças políticas que vinham sendo estabelecidas por Juracy com representantes da República Velha.

De acordo com a pesquisadora Consuelo Novais, as divergências iniciais entre Seabra e a LASP se deviam ao fato de que o político, à época aos 78 anos, não encontraria nos fundadores da liga, formada em sua maioria jovens intelectuais ligados à corrente calmonista, sua adversária histórica, a afinidade necessária para esboçar a luta necessária para derrubar o interventor⁴.

Na Bahia, a adesão do grupo ligado a José Joaquim Seabra à campanha pela reconstitucionalização ocorreu em dezembro de 1931⁵. Em janeiro de 1932 a mobilização ganhou corpo e passou a ser tema de debates veiculados pelos jornais. O jornalista Ernesto Simões Filho, que retornou ao Brasil em dezembro de 1931⁶, viria a engrossar o coro pela reconstitucionalização, tema que também ganharia as páginas de *A Tarde*, com uma campanha que consistia na publicação de artigos que destacavam as diversas constituintes nacionais⁷.

Embora lutando pela mesma causa, o democrata Seabra e o republicano Simões Filho também tardaram a compor uma aliança. As vaidades e antigas rivalidades pessoais ainda estavam por demais acesas. Assim, Seabra, com a ajuda de seus correligionários, encarregou-se da organização política da sua própria campanha pela constituinte, montando comitês na capital e no interior⁸. Caravanas e comícios foram realizados, sinalizando um esboço de reação política. Mas assim como ocorreu com o movimento da Aliança Liberal em 1930, comandado por Seabra, a mobilização em torno da constituinte não conseguiu empolgar a Bahia como um todo, ficando praticamente restrita ao ambiente da capital. Foi uma batalha quixotesca, na avaliação de Consuelo Novais Sampaio⁹.

⁴ SAMPAIO, Poder e Representação: O Legislativo da Bahia ..., p.99.

⁵ CAMPANHA pela Constituinte (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 1º dez. 1931, p. 1. Fala de uma reunião realizada na casa de Seabra, no Rio de Janeiro, com “figuras proeminentes” da Aliança Liberal, para organizar “grande manifestação ao tribuno da revolução de outubro”; VINDA dos senhores J.J. Seabra e Muniz Sodré à Bahia (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 20 dez. 1931, p. 1, o *Diário da Bahia* convoca a população para recepcionar Seabra, que havia embarcado no Rio de Janeiro com destino a Salvador; JUSTAS advertências. *Diário da Bahia*, Salvador, 24 dez. 1931, p. 1, artigo de Muniz Sodré fala da “gloriosa missão libertadora” assumida por Seabra e relata a recepção ao velho líder e trata de uma moção dedicada ao político. Muniz Sodré encerra o artigo com a seguinte frase: “A Bahia há de ser ainda o modelo vivo de sublime resistência a todas as pretensões escravocráticas, entoando alto o hino da libertação do Brasil”.

⁶ DIRECTOR da “A Tarde” é calorosamente recebido, após voltar do exílio (O). *A Tarde*, Salvador, 02 dez. 1931, p. 3.

⁷ BAHIA na Constituinte (A). *A Tarde*, Salvador, 15 jan. 1931, p. 2.

⁸ SITUAÇÃO política do paiz (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 16 fev. 1932, p. 1.

⁹ SAMPAIO, Poder e Representação: O Legislativo da Bahia ..., p. 99

Os partidos remanescentes da República Velha chegaram a elaborar manifestos cobrando a realização de eleições, mas estas iniciativas também se revelaram isoladas. Primeiro, foi o Partido Republicano Democrata¹⁰, de J.J. Seabra, que divulgou seu manifesto em meados de janeiro de 1932¹¹. Depois foi a vez do Partido Republicano da Bahia, em texto da autoria de João Mangabeira, senador deposto do cargo em 1930, que reunia as assinaturas, dentre outros, de Simões Filho e de Pedro Lago. Este último foi divulgado em 5 de fevereiro de 1932¹². Além da formação de comitês do Partido Democrata, a juventude intelectual da Bahia também se reuniu em torno da Liga Bahiana Pró-Constituinte, uma agremiação criada com o objetivo de reforçar a demanda pela realização de eleições no país.

Somado ao fato de as oposições encontrarem-se desunidas, a mobilização pública em prol da constitucionalização também era censurada pela interventoria, com a proibição da realização de comícios.¹³

Durante todo o primeiro semestre de 1932, à medida que a demanda pela reconstitucionalização crescia e os debates se acirravam, a imprensa também era submetida a forte censura. Em abril de 1932 *O Imparcial* e o *Diário da Bahia*, em protesto contra o patrulhamento a que eram submetidos, deixaram de circular e seus diretores e redatores foram presos. O episódio gerou protestos nacionais formulados pela Associação Brasileira de Imprensa e por jornais de outros Estados¹⁴.

A dificuldade de estabelecer uma composição partidária que estivesse acima das vaidades pessoais dos líderes políticos baianos representantes da velha ordem,

¹⁰ O manifesto dos democratas baianos é divulgado ao mesmo tempo em que o Partido Democrático de São Paulo anuncia seu rompimento com o governo provisório (PARTIDO democrático de São Paulo rompe com o governo federal (O)!. *A Tarde*, Salvador, 15 jan. 1932, p. 1). Vide trechos do manifesto em documento anexo.

¹¹ MANIFESTO com que o Partido Democrata se dirige á Nação, concitando o civismo do Povo Bahiano. *Diário da Bahia*, Salvador, 15 jan. 1932, p.1. O manifesto foi aprovado no dia 8 de janeiro de 1932, mas somente foi publicado na imprensa no dia 15 de janeiro. O texto foi publicado na íntegra na primeira página do *Diário da Bahia*, que era o órgão do Partido Democrata Republicano liderado por Seabra.

¹² MOMENTO político (O) – A atitude do Partido Republicano da Bahia. *A Tarde*, Salvador, 05 fev. 1932, p. 3

¹³ RESSÔA forte o grito pela Constituinte. *Diário da Bahia*, Salvador, 23 fev. 1932, p. 3; POLÍCIA proibiu o comício (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 25 fev. 1932, p. 3. O comício marcado para o dia 24 de fevereiro de 1932 havia sido convocado pela Liga Bahiana Pró-Constituinte, “em comunhão de visas com os moços auxiliares no comércio, acadêmicos e operários baianos” e se realizaria no Cruzeiro de São Francisco; no mesmo dia, a “mocidade da Faculdade de Direito da Bahia” realizaria uma sessão cívica pela reconstitucionalização.

¹⁴ NOTAS diversas. *A Tarde*, Salvador, 05 abr. 1932, p.3; IMPRENSA e a interventoria bahiana (A). *A Tarde*, Salvador, 08 abr. 1932, p. 1; CENSURA para os jornais bahianos (A). *A Tarde*, Salvador, 09 abr. 1932, p.1.

somente começaria a ser aos poucos contornada com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, que levou São Paulo a empunhar armas contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas e atraiu a simpatia de alguns políticos baianos ligados às oligarquias depostas em 30.

João Mangabeira foi um destes políticos. Depois de assinar o manifesto dos republicanos baianos, ele recorreu à imprensa, em março, para reforçar sua posição pró-constituente. Em entrevista publicada no dia 16, no jornal carioca *Correio da Manhã*, ele defendia não apenas a necessidade de se dotar o país de uma nova Constituição, como também pedia a realização de reformas políticas¹⁵. Em julho de 1932 ele também se aliaria ao lado dos paulistas.

O apoio da classe estudantil e dos intelectuais baianos à Revolução Constitucionalista de São Paulo viria acentuar ainda mais o caráter repressivo da política empreendida pelo interventor baiano no intuito de calar seus adversários. Um episódio emblemático e que lhe valeria ao longo da sua vida pública a fama de truculência¹⁶ foi a prisão de mais de quinhentos estudantes após um protesto contra o Governo Provisório e o interventor baiano organizado por professores da Faculdade de Medicina e que ficou conhecido como o “22 de Agosto”¹⁷.

Durante as agitações ocorreu a morte de um comerciário – que de acordo com Juracy, as investigações concluíram que a morte nada tinha a ver com o protesto dos estudantes nem com o governo¹⁸. Diante da recusa dos estudantes de permitirem a entrada de um delegado nas dependências da Faculdade de Medicina, Juracy determinou que todos fossem levados para o recém construído pavilhão da Penitenciária de Salvador, a fim de serem ouvidos no inquérito, causando a indignação das elites baianas.

O 22 de Agosto, observou Juracy em seu depoimento, posteriormente ficou confirmado que foi uma tentativa empreendida por conspiradores para tentar sublevar os estudantes¹⁹ baianos. No auge das agitações foi disparado o tiro de fuzil que atingiu o comerciário. Embora Juracy tenha afirmado em seu depoimento que ficou provado que o tiro não havia sido disparado por estudantes nem pela polícia, o fato é que em

¹⁵ ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 3.526 (v. 3)

¹⁶ MAGALHÃES, Minhas Memórias..., p. 75

¹⁷ ABREU, op. cit., p. 3451

¹⁸ MAGALHÃES, op. cit., p. 75

¹⁹ Ibid., p. 235. Telegrama de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas no qual trata do incidente ocorrido na Faculdade de Medicina e aponta a existência de uma ação conspiratória

um telegrama encaminhado a Getúlio Vargas ele relatava que os estudantes tinham em sua posse alguns fuzis e dinamite²⁰, o que pode pressupor que tenha sido abafada a verdade sobre os responsáveis pela morte do comerciante.

Apesar da tentativa de sublevação popular, o episódio não chegou a abalar a estabilidade política do governo baiano: “Nessa ocasião, eu já havia arregimentado em torno de mim os principais nomes em atividade na política municipal. Esses elementos ficaram comigo e não recuaram mais”, declararia Juracy em depoimento ao CPDOC²¹. Além disso, conforme revelado por Clemente Mariani, também ao CPDOC, havia uma certa desconfiança por parte das elites baianas em torno dos interesses paulistas. As lideranças baianas acabaram sendo sensíveis à campanha oficial, que procurou classificar a atitude de São Paulo como de caráter separatista²².

Impulsionada pela mobilização e eclosão do movimento liderado pela Frente Única Paulista (FUP), foi que surgiu também na Bahia a proposta de formação de uma frente política de oposição, com vistas a compor um movimento vinculado a São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais contra a ditadura de Getúlio Vargas²³. É nesta ocasião que um entendimento entre Democratas e Republicanos começa a ser vislumbrado, mas não se consolida. Cabe ressaltar que a demanda pela reconstitucionalização, conforme observa Ângela de Castro Gomes²⁴, aglutinaria especialmente políticos profissionais, como foi o caso na Bahia de Seabra e Mangabeira, alertando o novo grupo no poder para a ameaça que isto representava para o processo de consolidação dos ideais revolucionários.

Ocorre que, se em São Paulo os que lutavam pela reabertura política do país deixavam de lado suas desavenças²⁵, na Bahia, as querelas políticas se mantinham vivas, como se pode observar neste fragmento retirado de uma matéria do jornal *A Tarde*:

²⁰ MAGALHÃES, Minhas memórias, p. 235

²¹ Ibid., p. 75

²² CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 5-B. Código E-280.

²³ FRENTE única da Bahia (A). *A Tarde*, Salvador, 08 jul. 1932, p.1. “Entre as várias versões correntes, há a hipótese de se formar uma frente única na Bahia, vinculada com São Paulo, Rio Grande e Minas. Não há ainda a confirmação de tal formação. O que está acontecendo é uma grande identidade entre Democratas e Republicanos, mas nada oficial”

²⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 355

²⁵ ENIGMA (O). *O Imparcial*, Salvador, 19 fev. 1932, p.3.

Enquanto São Paulo se une, na Bahia os partidos se dissolvem na ambição e nas intrigas partidárias. E enquanto a Bahia sofre humilhada e entregue a elementos estranhos ao seu solo [...], os homens de prestígio na opinião pública mais se dividem, mais se estraçalham, deixando o campo livre aos conquistadores [...]²⁶

Uma análise do quadro político baiano no mês de outubro de 1932, elaborada pelo *Diário da Bahia*, revela a cisão que ainda persistia nos quadros oposicionistas. O jornal, que adotou um novo posicionamento com o afastamento de seus antigos diretores²⁷, passando a representar os interesses da interventoria, considerava a intenção dos oposicionistas de formar uma frente única um mito de difícil realização por conta dos conflitos internos:

O sr. Simões Filho repele o sr. Seabra. Por sua vez o sr. Moniz Sodré faz restrições em relação ao sr. Miguel Calmon e alguns chefes do interior têm as suas preferências, de modo que se torna impossível uma junção de caráter partidário. O sr. Seabra não se submete ao controle do sr. Pedro Lago, que é neutro e está olhando bem o governo e a tendência de cada partido, afim de ver onde deve ser hasteada a sua bandeira, ficando, assim, o partido da revolução melhor aquinhado, uma vez que atrai elementos das duas correntes.²⁸

A este conflito de interesses se contrapunha o partido pragmático do interventor, que conseguia reunir os elementos mais diversos, pertencentes ao mesmo tempo às fileiras oligárquicas (coronéis e políticos remanescentes da antiga ordem) e aos quadros taxados pelos revolucionários como da politicagem profissional (Medeiros Neto e João Pacheco de Oliveira) sem deixar que as vaidades individuais se sobrepusessem, o que revelava a existência de uma liderança forte e altamente centralizadora.

No final de 1932, com o início dos preparativos das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, a oposição organizada em torno da liderança de Octávio Mangabeira - que se encontrava no exílio, mas acompanhava do exterior a movimentação política baiana -, e das lideranças do Partido Republicano Baiano

²⁶ EXEMPLO paulista (O). *A Tarde*, Salvador, 18 fev. 1932, p.3.

²⁷ O grupo seabrista, que tinha Muniz Sodré à frente da administração do periódico, perdera a concessão de arrendamento do *Diário da Bahia*, que, a partir de outubro, passa a ser administrado pelo político João Pacheco de Oliveira, aliado do interventor Juracy Magalhães. *DIÁRIO da Bahia* (O) – No testemunho insuspeito da opinião pública. *Diário da Bahia*, Salvador, 13 out. 1932, p.1.) .

²⁸ “FRENTE Única” bahiana é um mytho (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 21 out. 1932, p.1.

organizou a Liga de Ação Social e Política (LASP) ²⁹. Apesar da distância, foi Mangabeira quem definiu as bases do programa da LASP, cujo manifesto foi divulgado em 15 de dezembro de 1932 e aprovado oficialmente em 7 de fevereiro de 1933. Ou seja, uma reação por demais tardia diante de um rival de rara perspicácia para o jogo político.

Consuelo Novais Sampaio reitera o quanto a reação dos opositores de Juracy foi tardia, quando observa que “depois de um ano de incubação, jovens profissionais liberais [...] lançaram o manifesto que deu origem à LASP” ³⁰. A sigla era comumente traduzida por “Liga dos Amigos de São Paulo”, por ter sua formação originada no grupo de acadêmicos que se uniram em apoio à campanha paulista de julho de 1932, momento catalizador para as oposições baianas, que lutavam para expulsar o “estrangeiro” que lhes havia sido imposto pela ditadura. Eles cobravam a substituição de Juracy Magalhães por um governante baiano e civil.

A LASP, de acordo com Consuelo Novais Sampaio, era composta por jovens intelectuais com idade média de 30 anos, com pouca experiência política. O principal órgão de divulgação de plataforma política do partido foi o jornal *A Tarde*, de Simões Filho, que mesmo estando mais uma vez exilado no exterior, foi outra importante liderança originária da velha ordem política a apoiar a reação baiana ³¹.

A presidência da liga foi entregue a Aloísio de Carvalho Filho, que fora secretário particular do ex-governador Vital Soares. Luis Vianna Filho, filho do antigo governador Luis Vianna (1896-1900), já falecido, foi escolhido como primeiro-secretário. Por divergências em torno do programa da agremiação partidária, em particular no que dizia respeito à proposta de adoção do modelo parlamentarista, Luis Vianna Filho desligou-se da LASP, optando por disputar as eleições de 1933 como candidato avulso, uma possibilidade prevista no Código Eleitoral. As divergências ideológicas minaram, portanto, o esforço dos que se uniram em torno da proposta de

²⁹ Vide ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p 3.115 e 3.116 (v. 3). Alzira Alves de Abreu, que assina o verbete sobre a LASP, dá como data de fundação do partido 7 de fevereiro de 1933. Já Consuelo Novais Sampaio cita como 5 de janeiro de 1933 a data da divulgação do manifesto que lançaria as bases do partido.

³⁰ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p.96 -99

³¹ O alinhamento de Simões Filho com os constitucionalistas paulistas lhe custou uma nova temporada no exílio (ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 5.472 (v. 5)), a partir de novembro daquele ano, após ter experimentado a prisão, em agosto de 1932, no Rio de Janeiro (SIMÕES Filho (Dr.). *A Tarde*, Salvador, 16 ago. 1932, p.3.).

contestar o poder vigente, o que se evidenciaria principalmente no resultado das eleições.

Ainda às vésperas do pleito de 1933, a possibilidade de uma composição política entre os diversos partidos da oposição ainda se revelava difícil. Em 6 de abril, faltando menos de um mês para a votação, enquanto o partido do interventor seguia coeso rumo às eleições, as oposições ainda discutiam a possibilidade de apresentar uma chapa única que reuniria todos os oposicionistas. Em 12 de abril, as negociações não chegaram a termo e os representantes do Partido Republicano Baiano, Miguel Calmon e Pedro Lago, vetaram uma composição com Seabra, sob o argumento de quebra de disciplina partidária³².

Somente depois de muitas indefinições, os candidatos da LASP - Aloisio de Carvalho Filho, Ernesto de Sá Bittencourt Câmara, Jaime Tourinho Aires, Nestor Duarte Guimarães e Rui Penalva - compuseram a legenda “A Bahia ainda é a Bahia”, que reuniria os candidatos independentes de oposição, incluindo J.J. Seabra, que por sua vez estava organizado em torno do Partido Democrata³³. A indefinição resultou na eleição de apenas dois membros da chapa da oposição para a Constituinte: Aloysio de Carvalho e Seabra. Antonio Muniz Sodré de Aragão foi eleito, mas perdeu a vaga para o candidato do PSD, Arnold Silva, um comerciante de Feira de Santana, por decisão unânime do Tribunal Pleno³⁴.

O entendimento tardio que resultou na formação da legenda “A Bahia ainda é a Bahia” e a opção do candidato Luis Vianna Filho de disputar individualmente as eleições, como avulso, – apesar de obter uma excelente votação, ele não conseguiu

³² POLÍTICA bahiana – A Frente Única. A Tarde, Salvador, 12 abr. 1933, p.3.

³³ SILVA, Ancoras de Tradição ...,p. 39-40. A legenda “A Bahia ainda é a Bahia” concorreu às eleições de 1933 com Afonso de Castro Rebelo, Afrânio Peixoto, Aloysio de Carvalho Filho, Álvaro de Campos Carvalho, Antônio Gonçalves da Cunha e Silva, Antônio Muniz Sodré de Aragão, Arquimedes Siqueira Gonçalves, Aurélio Rodrigues Viana, Carlos Artur da Silva Leitão, Demétrio Ciríaco Ferreira Tourinho, Edith Mendes Gama e Abreu, Ernesto de Sá Bittencourt Câmara, Euvaldo Diniz Gonçalves, Francisco Xavier Ferreira Marques, Jaime Junqueira Aires, João Américo Garcez Fróes, João Mangabeira, José Joaquim Seabra, Pedro Calmon Moniz Bittencourt, Nestor Duarte Guimarães, Rogério Gordilho de Faria e Rui Penalva. Pelo PSD elegeram-se: João Marques dos Reis, Prisco Paraíso, Clemente Mariani Bittencourt, Magalhães Neto, Arlindo Batista Leôni, Antonio Garcia Medeiros Neto, Artur Neiva, Edgar Sanches, Alfredo Pereira Mascarenhas, Manuel Leôncio Galvão, Átila Bandeira do Amaral, João Pacheco de Oliveira, Homero Pires, Manuel Novais, Gileno Amado, Manuel Paulo Teles de Matos Filho, Artur Negreiros Falcão, Francisco Rocha, Arnold Silva e Lauro de Almeida Passos, (MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 86 (nota 4))

³⁴ PROCLAMAÇÃO dos eleitos. Diário de Notícias, Salvador, 26 jun. 1933, p.1.; e ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 3.115-16 (v. 3)

atingir o quociente eleitoral mínimo para se eleger³⁵ – revelavam as fragilidades da campanha dos opositoristas.

A derrota na disputa para a Constituinte serviria, no entanto, como lição, de forma que, nas eleições de 1934, quando foram escolhidos os representantes baianos à Assembléia Estadual e à Câmara Federal, a oposição marchou unida, organizada em torno da Concentração Autonomista da Bahia, aumentando sua representação política, se comparado a 1933. A esta altura, Otávio Mangabeira, favorecido com a anistia política, estava de volta à Bahia e assumiria a liderança que faltava à oposição, ao lado também de Simões Filho e de Seabra.

2.1 Organização partidária e cooptação política

Diante do desmantelamento da oposição e das divergências pessoais entre os seus membros, o interventor conseguiu ganhar terreno e atrair aliados para constituir o seu grupo político, assegurando, em um primeiro momento, a governabilidade, e, em seguida, a organização partidária que resultaria na formação do Partido Social Democrático - PSD, instalado oficialmente em 24 de janeiro de 1933.

Contaram a favor de Juracy Magalhães, além de seu acurado senso político, seu grande carisma pessoal, seu pragmatismo militar e, sobretudo, o fato de ter em mãos uma moeda de troca política que somente o detentor do poder era capaz de oferecer: o domínio da máquina de cargos públicos, cuja importância ele compreenderia logo cedo. Em correspondência a Vargas, datada de 1º de novembro de 1931, Juracy faz uma observação que revela o quanto ele percebeu a importância política que representa o poder de nomear e indicar pessoas para cargos públicos:

Era propósito meu não fazer indicações de empregados federais, mas mudei de opinião, tendo em vista que, se eu não indicar, outros

³⁵ Luis Vianna Filho obteve 2.555 votos no primeiro turno das eleições e 5.313 no segundo turno (ELEIÇÕES bahianas (As). *Diário de Notícias*, Salvador, 24 jun. 1933. Vale observar que Seabra seria eleito em primeiro turno com 2.248 votos. A opção de concorrer como candidato avulso, portanto, não foi benéfica ao candidato. Em nota publicada no jornal *Diário de Notícias*, em 10/05/1933, Luiz Vianna Filho teria declarado que se manteve em oposição ao interventor, mas se não integrou a chapa dos opositoristas depois de ter deixado a LASP foi por não ter sido convidado para tanto.

o farão em benefício de suas politicagens. Assim desejo ser atendido nas indicações que fizer. Só farei indicação de gente capaz [...].³⁶

Assim, em menos de seis meses de administração, Juracy Magalhães viabilizaria a composição de uma fiel base de sustentação política. Sem fugir a uma tradição dos meios políticos da terra, e em substituição aos velhos nomes que dominaram o cenário da República Velha, surgia, já em janeiro de 1932 a primeira referência do que viria a ser reconhecido historicamente como o juracismo, corrente política chefiada por Juracy Magalhães. “O **juracismo** é uma coisa transitória, a Bahia nunca, em nenhuma hipótese, poderia formar ao lado dos invasores da terra” (grifo meu)³⁷.

Na citação, retirada de um artigo do *Diário da Bahia*, publicado em 16 de janeiro de 1932, fica evidente que os opositores de Juracy Magalhães não pareciam acreditar que as primeiras sementes plantadas pelo interventor viriam a vingar. Enquanto o debate de idéias, tão caro aos baianos, em torno da constitucionalização e em defesa da honra da Bahia, fervia nas páginas dos diários locais combatendo o interventor, este trabalhava arduamente nos bastidores.

Fiel à efetivação dos ideais tenentistas, que de acordo com Thomas Skidmore era uma corrente de tendência nacionalista semi-autoritária, que apoiou Getúlio Vargas em 1930 apostando em mudanças sociais e econômicas “sobre as quais falavam de modo vago mas apaixonado”³⁸, Juracy esteve zeloso de trabalhar pelo bem do país, acreditando estar reunindo suas forças para não permitir que as “velhas raposas políticas” ressuscitassem e avançando no seu trabalho de arregimentação, de forma a criar um ambiente propício na consolidação da Revolução na Bahia:

Como tenho que me defender de velhas raposas políticas, treinadas na arte de enganar o próximo, procurei criar um lastro político que permita à Revolução, na Bahia, uma situação estável, defendida de qualquer manobra de última hora [...] Assim, tenho organizado diretamente os diretórios municipais contando já com a esmagadora maioria do Estado. Isto retardou um pouco o Congresso partidário,

³⁶ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 31.11.01, de 01/11/1931.

³⁷ RIO (Do) – Como se comenta os últimos sucessos da política bahiana. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1932, p.1.

³⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 28

que só será instalado a 23 do corrente (janeiro de 1932), quando espero ter concluído a organização política do interior (grifo meu).³⁹

Embora esse mostrasse atento às artimanhas das “velhas raposas”, o interventor baiano não hesitou em fazer muitas delas suas aliadas. E ao se aproximar dos chamados “decaídos” foi acusado de trair o movimento revolucionário, dando espaço para que os poucos aliancistas baianos reivindicassem para si o verdadeiro espírito revolucionário, como se depreende do conteúdo do manifesto elaborado pelos aliados de Seabra, por ocasião do anúncio do rompimento do Partido Democrata da Bahia com o governo (ver documento anexo).

J.J. Seabra, que se considerava o principal líder revolucionário da Bahia, apesar de desde o início ter sido banido das negociações políticas pelo próprio Getúlio Vargas, iria pessoalmente até o chefe do Governo Provisório expor as articulações que estavam se processando na Bahia entre o interventor e membros da antiga oligarquia. O diálogo mantido com Vargas seria reproduzido no *Diário da Bahia*⁴⁰, dando início ao recrudescimento da polarização entre Seabra e Juracy Magalhães, que viria a termo com a declaração pública de rompimento dos democratas com o governo, em 15 de janeiro de 1932.

Seabra passou a se posicionar como o verdadeiro defensor dos ideais revolucionários⁴¹, afirmando que “O senhor Interventor resolveu enveredar por uma política inteiramente contrária aos intuitos da Revolução nos seus propósitos regeneradores”⁴². De acordo com Seabra, Juracy teria dividido o Estado em quatro distritos eleitorais e entregado-os a pessoas “sabidamente conhecidas como rubros reacionários, anti-liberais”. O interventor estaria pondo em prática a sua “política facciosa”:

É público que o sr. Interventor manda chamar influências locais, por intermédio desses chefes distritais, a que aludi, a fim de incumbi-los de constituírem Partido nos respectivos municípios, com o evidente

³⁹ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Correspondência de Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 1933.01.03/1.

⁴⁰ GLORIOSO J.J. Seabra fala à alma livre da Bahia – Conversando com o presidente. *Diário da Bahia*, Salvador, 08 jan. 1932, p.1.

⁴¹ RIO (Do) – Como se commenta os últimos sucessos da política bahiana. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1932, p.1.

⁴² GLORIOSO J.J. Seabra fala à alma livre da Bahia – Conversando com o presidente.. *Diário da Bahia*, Salvador, 08 jan. 1932, p.1.

propósito de organizarem as máquinas eleitorais que lhes assegure falsas vitórias no próximo pleito para a Assembléia Constituinte⁴³

A composição das forças políticas que desencadearam a luta pela constitucionalização, refletiria, na avaliação da historiadora Angela Maria de Castro Gomes⁴⁴ o ressurgimento de *políticos profissionais* que aderiram ao movimento de outubro, mas não ao espírito da revolução, como seria o caso, na Bahia, de J.J. Seabra, um fiel representante da República Velha.

Com o fortalecimento do clamor por eleições legislativas, não restou alternativa ao chefe do Governo Provisório senão dar início ao processo de organização política nos Estados. Conseqüentemente, menos de dois meses após tomar posse, Juracy Magalhães já havia deflagrado o processo de arregimentação partidária e tratava de pôr Vargas a par do cenário político baiano, dando mostras de que a situação de crise por ele encontrada, estava sob controle.

Na correspondência endereçada a Vargas, datada de 1º de novembro de 1931, o interventor baiano demonstrava já estar de pleno domínio político do Estado

Tenho trabalhado arduamente [...] para que aqui se façam sentir, de maneira patente, os benéficos efeitos da vitória revolucionária. E tudo faz crer que estou atingindo meu objetivo, pois a opinião pública, que fora miseravelmente trabalhada contra mim, por meia dúzia de politiqueros vulgares, vem agora, francamente, me estimulando com o seu apoio e os seus aplausos.⁴⁵

Juracy, como os demais representantes das interventorias que compunham o chamado Bloco do Norte⁴⁶ não era especialmente favorável à reabertura do processo democrático e defendia a manutenção da ditadura, por julgar que o ambiente ainda não era propício e os brasileiros ainda não estavam devidamente amadurecidos para escolher seus representantes sem correr o risco de ressuscitar os chamados “políticos decaídos”:

⁴³ GLORIOSO J.J. Seabra fala à alma livre da Bahia – Conversando com o presidente.. Diário da Bahia, Salvador, 08 jan. 1932, p.1.

⁴⁴ GOMES, Regionalismo e centralização política, p. 355

⁴⁵ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Correspondência de Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 1933.01.03/1.

⁴⁶ GOMES, op. cit, p. 347-350. O Bloco do Norte, formado pelas interventorias situadas entre o Espírito Santo e o Amazonas foi uma primeira tentativa de aglutinação das forças revolucionárias nortistas como estratégia de consolidação política após a Revolução de 30. O bloco viria a perder força em 1932, com a crescente demanda pela constitucionalização.

Somente uma ditadura prolongada podia salvar este país, mas a mentalidade do povo, preparada pelos interesses inconfessáveis de maus patriotas, deseja a Constituinte... Muito nos custa aceitar este grande mal para o Brasil, mas é preferível contrariar o nosso temperamento, **transigindo um pouco**⁴⁷, do que deixar o governo cair nas mãos de tanta gente indigna que vive a corveja-lo. Eu, de mim, tenho procurado demonstrar que o prestígio dessa gente é fictício e que vive do prestígio que o Governo lhe empresta. Em suma: na Bahia nós `ganharemos a carreira com o pé nas costas`, como diria o João Neves⁴⁸ (grifo meu)

A posição do tenente interventor em defesa da prorrogação da ditadura também ia ao encontro do que defendiam seus companheiros organizados em torno do Clube 3 de Outubro. Mas apesar da resistência, o interventor soube se render a agitação em favor da reconstitucionalização e, ao mesmo tempo em que se declarava reticente à volta do regime democrático, relatava a Getúlio Vargas as possibilidades reais de reorganização política na Bahia, sem que nesse processo se perdesse o controle da situação. Apesar de considerar ainda prematuro o processo de reabertura política, Juracy julgava também que ele fosse inevitável, daí por que ponderava que era preciso estar preparado para garantir o total domínio do processo:

Os políticos decaídos estão calados. Não tenho porém, dúvidas. Quando puderem virão à carga. Tenho, entretanto, a impressão de que será fácil vencê-los, até mesmo no terreno eleitoral. As suas máquinas, em grande parte, foram mantidas intactas, porque a Revolução Brasileira, em sua essência, foi conservadora. Há aqui, porém um fator importante a considerar: não existe um partido político, há agrupamentos em torno de pessoas. Será fácil, assim, o ingresso do que há de melhor na Bahia, em pessoa, numa organização política, cujos princípios básicos sejam os mesmos que levaram a Nação à luta armada de Outubro, na defesa de sua liberdade.⁴⁹

A partir da citação acima é possível fazer algumas considerações. Uma delas é o reconhecimento pelo chefe do governo baiano do caráter conservador da Revolução

⁴⁷ Ao se referir à necessidade de transigir, Juracy estaria informando a Getúlio Vargas que sem recorrer ao artifício de se unir a pessoas de história política desabonadora não seria possível assegurar o domínio político do Estado.

⁴⁸ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Correspondência de Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 1933.01.03/1. E GV 31.11.01, cartas de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas, de 1º de novembro de 1931.

⁴⁹ Ibid, GV 31.11.01, carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas, de 1º de novembro de 1931.

de 30, que não conseguiu desarticular a antiga máquina eleitoral dos Estados, apesar das propostas inovadoras que viriam a ser implementadas nas eleições de 1933. Na Bahia, em especial, e as eleições confirmariam isso, alteraram-se apenas os procedimentos, as regras eleitorais e o processo de organização partidária, mas o controle político do eleitorado se manteria o mesmo. As máquinas eleitorais dos políticos oligarcas depostos em 1930 foram mantidas, de fato, intactas, como discutiremos adiante.

Da mesma forma, Juracy identificou o caráter personalista da política baiana, que se caracterizava por agrupamentos em torno de personalidades de relevo, e, diante da desmobilização reinante, percebeu a viabilidade de implantação de um partido político que congregasse as forças dispersas em facções isoladas e estivesse em consonância com as proposições dos novos homens do poder. Com isso, ele estabelecerá um processo de centralização política, que viria a ser uma tendência na política brasileira a partir da Revolução de 30⁵⁰.

Em dezembro de 1931, orientados a deflagrar o processo de organização partidária, os interventores foram ironizados pela imprensa. O *Diário da Bahia* observava, em matéria publicada no dia 9 de dezembro daquele ano, que “a moda” entre os interventores (incluindo Juracy) era organizar o seu próprio partido para concorrer às futuras eleições⁵¹.

Quando a oposição baiana de fato despertou para a batalha – “Na palavra do sr. Muniz Sodré, o tenente Juracy Magalhães tem uma idéia fixa: a de fazer-se chefe de Partido”⁵² – o domínio político do Estado já estava assegurado e seria respaldado oficialmente com a realização do congresso partidário, em 23 de janeiro de 1932, que daria origem ao futuro Partido Social Democrático.

Como anteriormente dito, no início do mês de janeiro de 1932, o interventor considerava já ter concluído a organização política do interior e enumerava os principais desafios a serem enfrentados: “Na capital, a dificuldade está no ter lugar para contentar a todos... No interior, na escolha dos nomes porque todos apóiam o Governo, ou antes os Governos⁵³”.

⁵⁰ GOMES, Regionalismo e centralização política..., p. . 355

⁵¹ IMPRESSÕES do dia – Partidos interventoriaes. *Diário da Bahia*, Salvador, 09 dez. 1931, p.2.

⁵² POLÍTICA Bahiana – As declarações do sr. Muniz Sodré. *A Tarde*, Salvador, 10 fev. 1932, p.1.

⁵³ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Correspondência de Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 33.01.03/1. Data: 03/01/1932

Ao relatar a Getúlio Vargas o andamento do processo de organização partidária, em maio de 1932, o chefe da interventoria baiana revelava que já havia percorrido 18 municípios e em apenas dois não havia obtido “frente única ao lado da Ditadura”. Juracy Magalhães reiterava que as dificuldades de composição política na capital persistiam, mas ponderava “já temos também elementos de valor da sociedade baiana, que se encarregarão de preparar a opinião ao lado das idéias revolucionárias”⁵⁴.

Dentre estes “elementos” a que ele se referia estavam João Marques dos Reis, advogado e professor da Faculdade de Direito, o desembargador Pedro Ribeiro, presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Clemente Mariani Bittencourt, advogado e ex-deputado estadual (1924 e 1928) e políticos como João Pacheco de Oliveira, que era ligado às classes trabalhadoras da capital, e Antônio de Medeiros Neto, político remanescente da Velha República.

Ângela de Castro Gomes analisa que o movimento constitucionalista de São Paulo, se não atingiu seus objetivos ao ser sufocado pela investida militar patrocinada pelo Governo Provisório, ao menos forçou uma mudança de estratégia por parte do poder vigente. Embora alinhado com os tenentes, que defendiam a manutenção do regime de exceção e se opunham à convocação da Assembléia Nacional Constituinte, o governo Vargas não pôde se manter alheio às demandas nacionais protagonizadas por São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas, que demonstravam que a manutenção da ditadura se tornara insustentável. Com o apoio do Bloco do Norte, Vargas vai constituir sua base de manobra, com vistas a reprimir o avanço do movimento constitucionalista, mas derrotada militarmente a guerra civil paulista, a adoção de medidas para as eleições será inadiável. Assim, embora a reabertura política fosse considerada pelos tenentes e pelos líderes políticos regionais (interventores) do Norte como uma medida prematura, ela tornou-se fundamental para assegurar o equilíbrio do regime⁵⁵.

⁵⁴ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Correspondência de Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV c. 1932.05.06/2.

⁵⁵ GOMES, Regionalismo e centralização política..., p. 349-357

2.2 O apoio dos poderosos da Associação Comercial e da magistratura

O jovem interventor baiano também conseguiu obter precocemente o apoio da Associação Comercial, que lhe dedicaria uma moção, tornada pública em 23 em janeiro de 1932, em um momento de crise em que a política orçamentária conduzida pela interventoria⁵⁶ sofria duras críticas e a imprensa se esforçava para difundir boatos sobre a exoneração de Juracy Magalhães⁵⁷. Em maio de 1932 a Associação Comercial, por meio de seu presidente e outros representantes das classes conservadoras se reuniram para fechar um acordo com o chefe do governo baiano, dispostos a “abandonar a atitude comodista que sempre mantiveram em benefício dos seus próprios interesses”⁵⁸

Um personagem importante na construção do diálogo entre Juracy Magalhães e a Associação Comercial da Bahia foi o jornalista Altamirando Requião, que privava da amizade de muitos diretores da ACB⁵⁹. Requião era também diretor do *Diário de Notícias*, que foi o único jornal baiano a se aliar ao interventor, colocando-se como porta-voz dos interesses do governo, dito revolucionário, quando a imprensa baiana como um todo adotava uma atitude de hostilidade em relação aos novos ocupantes do poder.

Ao analisar as relações entre a ACB e o poder público, o pesquisador Mário Augusto da Silva Santos observou que, embora regimentalmente a entidade devesse se manter alheia às questões políticas, na prática isso não ocorria. Assim, embora tenha se retraído, em decorrência do deslocamento dos antigos grupos políticos do núcleo do poder, com o golpe de 1930, a entidade não tardaria a reativar suas relações com a

⁵⁶ SILÊNCIO Inexplicável. *Diário da Bahia*, Salvador, 12 jan. 1932. (reprodução do artigo Gentleman tapeador, em 17/01/1932, p. 2, publicado no Diário Carioca e escrito por Macedo Soares, acusando Juracy e Oscar Boormann de serem incompetentes); DESESPERO governamental. *Diário da Bahia*, Salvador, 20 jan. 1932; INTIMAÇÃO inepta. *Diário da Bahia*, Salvador, 21 jan. 1932.(artigo sobre a denúncia feita por Juracy Magalhães contra Muniz Sodré perante a Procuradoria da República).; MAU panorama. *O Imparcial*, Salvador, 06 jan. 1932., p. 3; INTERESSANTES coincidências. *O Imparcial*, Salvador, 07 jan. 1932. p. 3; PROMESSAS incumpridas. *O Imparcial*, Salvador, 08 jan. 1932., p. 3; DESPESA prefeitura (Na). *O Imparcial*, Salvador, 28 jan. 1932.

⁵⁷ VOX populi – Dizia-se ontem.... *Diário da Bahia*, Salvador, 14 jan. 1932, p.2.; RIO (Do) – O pedido de demissão do tenente Juracy. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 jan. 1932, p.1.

⁵⁸ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Correspondência de Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV c. 1932.05.06/2.

⁵⁹ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. p. 12.

cúpula dirigente e, já em 21 de novembro de 1930, a ACB enviava moção congratulatória ao presidente Getúlio Vargas pelo êxito do movimento revolucionário⁶⁰.

No plano estadual, a Associação, que de início prestaria uma colaboração puramente oficial a Juracy Magalhães, que por sua vez buscava conquistar a simpatia das forças mais poderosas da sociedade baiana, evoluiria para alimentar relações mais estreitas com a interventoria, que resultariam em um claro adesismo⁶¹. Dois dos elementos mais importantes dos seus quadros, os representantes da Casa Magalhães e da Companhia Aliança, Octacílio Nunes de Souza e Bernardo Martins Catharino⁶² estariam à frente deste processo de aproximação e colaboração política, tendo sido ambos responsáveis pela iniciativa de coletar assinaturas para a moção de apoio do comércio ao interventor.

A atitude adesista dos representantes do setor comercial seria criticada nas páginas dos jornais baianos, em especial pelo *Diário da Bahia*, que em um artigo, sob o título “À margem – Preço de ocasião...”, critica a subserviência da instituição ao poder constituído:

[...] Aqueles respeitáveis cavalheiros, em sua maioria, de liberalismo largo e de idéias curtas, algibeiras cheias e cérebros vazios, não mais impressionam os caboclos da `boa-terra´ com atitudes que tais. Já estamos muito habituados a vê-los `solidários´ com todos os últimos governos desta terra [...]
Muitos dos signatários graduados do manifesto de hoje repeliram a `afrota de ser a Bahia governada por um tenente qualquer´ [...]
Isto é, os comerciantes são falsos e interesseiros pois, se por trás criticam, pela frente falam bem e se mostram aliados.⁶³

O jornal *A Tarde*, anteciparia o caráter político da moção em um artigo publicado em sua edição do dia 15 de janeiro de 1932, antes mesmo de o documento ter se tornado público. No dia 27 de janeiro, ao agradecer à moção, o interventor fez alusão a uma “confusão derrotista que os poucos inimigos da revolução e do atual

⁶⁰ SANTOS, M. A. S., op. cit., p. 154

⁶¹ Ibid.

⁶² POLÍTICA Bahiana. *A Tarde*, Salvador, 15 jan. 1932, p.3.

⁶³ MARGEM (À) – Preço de ocasião. *Diário da Bahia*, Salvador, 24 jan. 1932, p.2.; ZOMBARIA ou adulação? *Diário da Bahia*, Salvador, 27 jan. 1932, p.2. (faz referência à moção da Associação Comercial).

governo procuram estender até as classes conservadoras”⁶⁴, daí por que louvável a atitude dos representantes do comércio ao se solidarizarem com a administração do Estado para a “grande obra de reconstrução financeira e administrativa” em que o governo estava empenhado. A 28 de janeiro de 1932, o jornal *A Tarde* atribuiria a atitude do comércio ao fato de o interventor “não ter agravado os impostos”⁶⁵, sugerindo uma troca de favores.

Cabe ressaltar que diante das duras críticas contra o programa orçamentário e financeiro empreendido pela interventoria, o reconhecimento, pela Associação Comercial, de que estaria sendo cumprida a promessa de restituir o reequilíbrio das finanças estaduais era uma tentativa de demonstrar que a querela situava-se unicamente no plano político.

A proposta orçamentária do Estado elaborada por Oscar Bormann, um técnico especialmente trazido para a Bahia com o propósito de promover o reequilíbrio das finanças estaduais consistiria, na opinião dos opositores de Juracy Magalhães, num artifício financeiro. Denunciavam os órgãos de opinião que em vez de solucionar o déficit público do estado, o técnico especializado teria na realidade promovido uma espécie de maquiagem nas contas públicas, procurando, por meio de “uma ginástica de algarismos e somas” dar aparências de equilíbrio ao que estava “inteiramente desnivelado”⁶⁶.

Outra denúncia formulada à época dizia respeito à negociação da dívida interna da Bahia, que o mesmo Oscar Bormann teria se encarregado de negociar com o Ethelburg-Syndicate, favorecendo a este último e prejudicando os demais credores do Estado. Estas denúncias insistentemente repercutidas pelos jornais que se opunham à interventoria, aliado ao fato de que, em especial no jornal *Diário da Bahia*, elas vinham acompanhadas de boatos a propósito da apresentação de pedido de demissão por parte do interventor, seria responsável pelo recrudescimento da censura na Bahia e acirramento das disputas entre baianos e forasteiros.

Outro segmento da sociedade baiana que cedeu aos encantos do habilidoso interventor foi a magistratura. Os detalhes do clima de conflito que resultou da gestão de Arthur Neiva à frente da interventoria baiana foram revelados por Clemente

⁶⁴ INTERVENTOR agradece a moção (O) – E allude à existência de “uma confusão derrotista”. *A Tarde*, Salvador, 27 jan. 1932, p.2.

⁶⁵ NADA de confusões. *A Tarde*, Salvador, 28 jan. 1932, p.3.

⁶⁶ MÁU Panorama. *O Imparcial*, Salvador, 06 jan. 1932., p.3.

Mariani, em depoimento concedido ao Núcleo de História Oral da Fundação Getúlio Vargas, em 1976⁶⁷. Mariani teve participação ativa na fundação do Partido Social Democrático organizado por Juracy Magalhães, tendo sido secretário do partido e depois eleito deputado Constituinte, em 1933, e deputado federal, em 1934, pela mesma agremiação política.

Filho de Pedro Ribeiro, presidente do Tribunal de Justiça à época, ele teve a oportunidade de acompanhar de perto o clima de perseguição que vigorou no período da interventoria de Arthur Neiva, incluindo ameaças de aposentadoria compulsória de desembargadores. Um dos alvos dessas ameaças era o próprio desembargador Pedro Ribeiro, que, no entanto, as enfrentou, conseguindo manter-se na presidência, que exerceu de 1920 a 1937, quando se aposentou.

Clemente Mariani revelou que Pedro Ribeiro enfrentou dificuldades para manter o Tribunal de Justiça unido e que, por esta razão, o Judiciário baiano recebeu com ressalvas Juracy Magalhães, quando este foi indicado para assumir a interventoria. Ocorre que Juracy, disposto a formar um governo de coalizão e de pacificação, não hesitou em restabelecer as relações com o Judiciário, daí sua aproximação com Pedro Ribeiro, e posteriormente, o apoio obtido de Clemente Mariani. Juracy defendia, por sua vez, a autonomia do Judiciário e com isso conquistou a magistratura baiana, a quem delegou poderes reais, em especial a partir de 1932, com o decreto do Código Eleitoral, que entregou a estes o comando do processo eleitoral no país.

2.3 A organização e submissão dos coronéis

Juracy Magalhães, assim como seus companheiros das fileiras tenentistas, estava convicto de que os ideais que mobilizaram a juventude do Exército para fazer a Revolução de 1930 estariam longe de se consagrar no curto prazo. Cabia então aos novos gestores criar as condições para que o país retornasse à via democrática, sem comprometer o objetivo inicial de promover mudanças políticas no país.

⁶⁷ CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 1-A. Código E-280.

Dentre os interventores do Norte, Juracy Magalhães, ao compor com os coronéis, se transformou naquele que mais teria se distanciado dos princípios revolucionários tenentistas ao estabelecer uma conciliação plena com os setores oligárquicos, o que acabaria por identificá-lo com a prática política da República Velha.. Por esta razão, a Bahia, enquanto modelo, também seria o Estado que mais se aproximaria da trajetória assumida pelo Governo Provisório⁶⁸.

Pode parecer paradoxal, mas o jovem tenente compreendeu precocemente que não poderia prescindir das velhas bases coronelistas para garantir a permanência no poder dos novos poderosos trazidos pela revolução. Assim, além de buscar conquistar o apoio institucional das representações civis urbanas, ele também foi buscar no coronelato do sertão o suporte necessário para garantir a vitória eleitoral.

Embora estivesse se aliando ao que havia de mais ultrapassado na política brasileira, Juracy Magalhães acreditava estar cercado-se dos melhores nomes para reconstruir a política regional. “Há muita gente boa fora do campo da política profissional”, dizia ele na carta de 1º de novembro de 1931, endereçada a Getúlio, o que reforça a sua crença de que bastaria à Revolução recorrer a novos nomes e adotar práticas modernizadoras (o Código Eleitoral) para eliminar os antigos vícios da política brasileira que os tenentes combateram em 1930.

Foi assim que foi buscar no interior a aliança com os chefes locais que estavam à margem do núcleo político anterior. “O que fiz, na realidade, foi aproveitar os elementos válidos de cada municipalidade para criar uma sólida base política e assegurar a continuidade revolucionária”⁶⁹. Para isso, visitou o interior da Bahia, sendo escudado por seu oficial de gabinete, Manoel Novais, que adotava como estratégia anteceder o chefe do Estado em suas visitas, com o objetivo de preparar o terreno político.

Mas esse esforço de cooptação política não se limitaria apenas “aos elementos válidos de cada municipalidade”. Juracy Magalhães iria se aliar aos tradicionais coronéis, inclusive aqueles, que a exemplo de Franklin Lins de Albuquerque, teriam pegado em armas para lutar contra a Revolução de 30⁷⁰.

⁶⁸ GOMES, Regionalismo e centralização política, p. 354

⁶⁹ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 83

⁷⁰ IMPRESSÕES do dia. Diário da Bahia, Salvador, 15 jan. 1932, p.2.; FALANDO à imprensa carioca. Diário da Bahia, Salvador, 11 fev.. 1932, p.1.; FALTA de respeito. O Imparcial, Salvador, 03 jan. 1932, p.3.; RES non verba. O Imparcial, Salvador, 03 mar. 1932, p.3.

O talento de Novais para a arregimentação política é reconhecido por Juracy em suas memórias:

Embora fosse um rapaz de apenas vinte e três anos, oriundo do sertão de Pernambuco, entreguei-lhe uma espécie de chefia do meu estado-maior na organização política da qual resultou o Partido Social Democrático da Bahia” [...]Conhecia o estado de ponta a ponta, inclusive as estrada vicinais, tornando-se em suas andanças estimado por todos os chefes locais.⁷¹

Constata-se que o jovem Manoel Novais, talvez considerado um jovem inexperiente, foi o responsável por fazer ressurgir das cinzas os velhos coronéis que àquela altura encontravam-se reduzidos ao ostracismo, após terem sido desarmados e humilhados pela Revolução de 30.

Fui fazendo contato com eles, através dos filhos, como foi o caso de Franklin de Albuquerque, que tinha um filho que foi estudante de Direito, contemporâneo meu de escola, se aproximou de mim e eu fui aproximando essa gente toda ao lado de Juracy, daí o resultado de 33.⁷²

O trabalho empreendido por Novais antecedeu o momento em que foram feitas as primeiras iniciativas com vistas à criação do PSD:

A adesão dos coronéis não veio com a formação do PSD, veio anterior à formação do PSD. Tanto que, se fosse essa adesão provocada pela recomendação de Getúlio - convocação de Getúlio para a Assembléia Constituinte e a ordem de fundar os partidos – ele (Juracy) ia ter muita dificuldade. A dificuldade não existiu porque, já muito antes disso, nós tínhamos trazido essa gente para o lado de Juracy.⁷³

Os acordos políticos estabelecidos, conforme o testemunho de Novais, foram resultado de longas negociações. Os primeiros contatos eram feitos geralmente na capital, e com este propósito o oficial de gabinete valeu-se de suas relações pessoais, a exemplo da aproximação com o poderoso coronel do São Francisco, Franklin de Albuquerque, que foi intermediada por seu filho, colega de Novais na Faculdade de

⁷¹ MAGALHÃES, op. cit. p. 83

⁷² MANUEL Novais (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1984. Fita 1-B. Código E-280.

⁷³ Ibid.

Medicina. Quando isso não era possível, os coronéis eram convocados por telegrama a vir à capital conversar com a interventoria. A partir dos primeiros entendimentos, o acordo político já consolidado, Manoel Novais partia a campo para estabelecer alianças *in loco*, abrindo espaço para a visita posterior do chefe do governo.

Enquanto a atuação de Novais seria vital para estabelecer o domínio político na região do Vale do São Francisco, para obter o apoio do coronelato do sul da Bahia Juracy Magalhães foi instado a recorrer a outras estratégias. Antonio Fernando Guerreiro de Freitas⁷⁴ nos chama a atenção para a particularidade do perfil do coronel da região sul do estado, onde a burguesia local teve sua formação calcada em razões históricas que lhe conferiram características peculiares e que, enquanto grupo político, não conseguiu impor sua hegemonia no cenário estadual.

Partindo do pressuposto de que a classe dominante na região cacauceira era representada pelos proprietários de terra, por sua vez vinculados a uma classe comercial que representava os interesses dos plantadores no mercado de exportação, não devemos descartar a possibilidade de que os vínculos estabelecidos entre Juracy Magalhães e os representantes do setor passaram também pela intermediação dos grupos ligados ao comércio. Cabe observar que em janeiro de 1933, por ocasião de sua viagem a Ilhéus e Itabuna para a instalação dos núcleos do Partido Social Democrático, o interventor seria homenageado com um almoço organizado pela Associação Comercial do município⁷⁵.

Freitas observa que a fração da burguesia local ligada ao comércio sempre esteve distanciada da região e chegou mesmo a abandoná-la, permitindo a formação de novos núcleos de poder local, especialmente representados pelos proprietários de terra e bacharéis, “que exerceram uma liderança comum a todo ‘coronel’”⁷⁶.

Do ponto de vista das relações entre os grupos políticos regionais e o poder estadual, a região sul fora nas primeiras décadas do século XX vinculada aos seabristas. Após o rompimento ocorrido por ocasião da candidatura de Rui Barbosa

⁷⁴ FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Os donos dos frutos de ouro, 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Sobre o coronelismo na região cacauceira ver também FÁLCON, Gustavo. Os coronéis do cacau. Salvador: Ianamá/UFBA, 1995.

⁷⁵ REGRESSOU ontem de sua viagem ao sul o Interventor do Estado. Diário da Bahia, Salvador, 15 jan. 1933, p.1.

⁷⁶ FREITAS, Os donos dos frutos de ouro...., p. 87-88

contra Hermes da Fonseca para o governo federal, os seabristas se dividiriam, dando origem às facções divergentes ligadas a João Mangabeira e a Gileno Amado⁷⁷.

Juracy Magalhães, ao estabelecer uma aliança política na região sul fez uma composição com Gileno Amado, em Itabuna, e com Artur Lavigne, em Ilhéus, impondo uma perda de espaço político a João Mangabeira⁷⁸.

Ao estabelecer suas alianças políticas, Juracy Magalhães contribuiria para reproduzir, sob nova roupagem, o mesmo gênero de relação entre os detentores do poder e os coronéis que vigorava na Velha República e que foi combatida pela Revolução de 30.

Victor Nunes Leal⁷⁹ define o coronelismo como uma prática de troca de proveitos entre o poder público e os chefes locais, notadamente dos senhores de terras, em que de um lado um assegura a transferência para o município ou região de bens e serviços básicos e estruturais, além de cargos e colocações de funcionários na área pública e o outro lhe dá em contrapartida a possibilidade de sobrevivência eleitoral.

Juracy Magalhães não teria sido capaz, sendo originário de outro Estado, de obter uma vitória esmagadora nas urnas em 1933 se não tivesse percebido que a força política não estava centrada na velha São Salvador, mas se espalhava para além das fronteiras da Baía de Todos os Santos.

Era no isolamento do sertão, onde a lei se fazia valer pela força do coronel, ou das terras do oeste e do sul baiano que se dominava o elemento mais valioso do processo eleitoral: uma massa de eleitores pouco esclarecidos e submissos aos chefes locais, a quem deviam, em geral, favores ou simplesmente respeito.

De acordo com Leal, o coronel comandava discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. Esta força eleitoral é que lhe conferia prestígio político, uma condição que derivava do seu status de proprietário de terras. A ausência de uma classe média rural com reivindicações próprias, seria outro fator apontado por Leal para a existência desse eleitorado submisso.

A reciprocidade entre o chefe de governo e o chefe político local se estabeleceria ainda, na visão de Leal, com base em um sistema que consistia em conduzir “magotes de eleitores como quem toca tropa de burros” para receber de volta

⁷⁷ FREITAS, . Os donos dos frutos de ouro..., p. 91

⁷⁸ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 80

⁷⁹ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo Enxada e voto. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 20-23

o apoio da situação política dominante que dispunha do erário, dos cargos, empregos, segurança policial e favores públicos⁸⁰.

É importante observar que a figura do coronel se confundia com o próprio poder constituído. A ele cabia, numa conseqüência natural, cumprir o papel de administrador público, chefe de polícia e de juiz de paz, diante da ausência de um Estado forte e centralizado, conforme observa Eul-Soo Pang, um estudioso do coronelismo baiano⁸¹.

No gabinete de Juracy, Manoel Novais também foi muito útil, em razão da sua vivência política ao longo de sua vida estudantil na Faculdade de Medicina e também como um dos integrantes da campanha da Aliança Liberal na Bahia, ao lado de Seabra. Coube a ele, estabelecer os primeiros contatos políticos entre o interventor recém-chegado à Bahia e algumas lideranças baianas: Marques dos Reis, Medeiros Neto, Artur Neiva, Homero Pires⁸².

Exímio articulador e pragmático, Juracy cedo entendeu que o rigor das metas revolucionárias deveria ser posto de lado em nome da governabilidade. Ao estabelecer sua estratégia de cooptação política, ele perderia, no entanto, a oportunidade de promover profundas mudanças na Bahia, tornando-se, conforme observa Eul-Soo Pang, um “supercoronel”⁸³.

Juracy Magalhães, assim como seus companheiros reunidos em torno do Clube 3 de Outubro, não acreditava que o país estivesse preparado para o retorno do regime democrático e chegou a declará-lo em diversas ocasiões. Não seria portanto de se esperar que Juracy Magalhães viesse a permitir a implantação de um sistema de representação sobre o qual não pudesse continuar exercendo pleno controle.

A montagem do PSD foi, portanto, resultado de uma estratégia de centralização política⁸⁴. Do ponto de vista organizacional, o modelo proposto se apresentava inovador para a época, com a criação de diretórios locais, que por sua vez se remetiam ao núcleo central do partido sediado em Salvador. Embora a presidência do partido

⁸⁰ LEAL, op. cit., p. 42-43

⁸¹ PANG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 23

⁸² MANUEL Novais (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1984. Fita 1-B. Código E-280.

⁸³ PANG, op. cit., p.227-231

⁸⁴ SAMPAIO, Poder e Representação: O Legislativo da Bahia....., p. 86-96

tenha sido entregue ao conselheiro Manoel Mattos Correa de Menezes⁸⁵, o verdadeiro comando era exercido pelo interventor, que concentrava todas as decisões. Assim, os antigos chefes locais, os coronéis, passaram a ser tratados como chefes de partido, o que, se na essência se manteve inalterado, na forma representou avanços

O esquema representativo também contribuiu para eliminar os intermediários na formulação das reivindicações locais ao poder público. Assim, Juracy tornou-se o depositário das reivindicações dos mais diversos grupos e, com o apoio que lhe era dado por Getúlio, pôde assegurar as concessões sob a forma de serviços públicos e nomeações, mantendo desta forma intacta a política de troca de favores entre governantes e governados, uma característica essencial do coronelismo, e que foi preservada pelo interventor da Bahia.

Eul-Soo Pang estabelece como marco para o fortalecimento das relações entre Juracy Magalhães e os coronéis sertanejos o episódio da Revolução Constitucionalista de 1932. Na ocasião, a exemplo do que ocorreu quando os tenentes tomaram as armas para fazer a Revolução de 30, os coronéis aliados a Juracy estiveram ao lado do poder vigente, organizando batalhões que foram enviados para reprimir um princípio de revolta em favor dos constitucionalistas paulistas, liderada pelo coronel João Duque e outros da região do São Francisco⁸⁶.

O apoio do coronelato se consolidaria por ocasião da formação da chamada Coligação Sertaneja, realizada a 9 de janeiro de 1933, reunindo 21 coronéis de 20 municípios do Vale do São Francisco, em Juazeiro, para declarar sua lealdade ao interventor⁸⁷ e o apoio ao novo partido por ele criado. Presidida por Néelson Xavier, a Coligação Sertaneja tinha como vice-presidente Franklin Lins de Albuquerque e como secretário Abílio Wolney, dois dos mais emblemáticos representantes líderes sertanejos da Velha República. Estava selado o acordo político que eliminaria por completo as antigas alianças do PRB e do PRD e garantiria a sobrevivência política de Juracy Magalhães por mais três décadas.

⁸⁵ ORGANIZAÇÃO do novo partido bahiano vae repercutir em Paris (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 08 fev. 1933, p.2. No dia 8 de fevereiro, além da eleição do presidente Manoel Mattos Correia de Menezes, compunham ainda a direção do PSD baiano como 1º secretário Clemente Mariani Bittencourt e como 2º secretário Átila do Amaral. Na capital da República, Vilobaldo Campos, Artur Neiva e Homero Pires foram eleitos delegados do partido.

⁸⁶ ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 4.396

⁸⁷ PANG, op. cit., p. 228

2.4 A consolidação do PSD

Como se depreende da análise anterior, quando a oposição conseguiu se rearticular e superar suas diferenças para marchar unida, o interventor Juracy Magalhães já havia consolidado a sua base política, trazendo para o seu lado não apenas os coronéis, detentores do capital eleitoral (que comandavam os chamados votos-de-cabresto), mas também os representantes do capital econômico (as lideranças vinculadas à Associação Comercial da Bahia) e intelectual (bacharéis, magistrados), sem esquecer dos detentores do capital político (João Pacheco de Oliveira, tinha influência sobre as classes trabalhadoras e controlava número considerável de votos na capital⁸⁸, e Antonio Garcia de Medeiros Neto, outro remanescente da Velha República)

Marcadas as eleições para 3 de maio de 1933, Juracy Magalhães já havia visitado mais de 60 municípios das diversas regiões do Estado⁸⁹, conquistando adeptos e selando fidelidade política que sobreviveria à década de 30⁹⁰.

O partido por ele fundado na Bahia, o PSD⁹¹, que teve sua instalação oficializada em 24 de janeiro de 1933, em um congresso partidário que reuniu 346 representantes municipais, seguiu coeso para as urnas com um programa estruturado⁹².

⁸⁸ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p. 90

⁸⁹ BAHIA depois da Revolução (A). Diário da Bahia, Salvador, 16 abr. 1933, p. 1.

⁹⁰ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p.92

⁹¹ “Ao fundar o Partido Social Democrático, a intenção do interventor Juracy Magalhães foi estabelecer uma ligação direta entre o poder estadual e o poder local, eliminando os grupos intermediários formados principalmente pelos “jovens doutores”. Para isso, era necessário eliminar a influência de velhos líderes políticos como J.J. Seabra, e desarticular os partidos políticos tradicionais, recrutando os jovens para o novo partido. Uma parcela importante da intelectualidade baiana – em que se destacavam Antônio Garcia de Medeiros Neto, Alfredo Amorim, Edgard Ribeiro Sanches, Francisco Prisco de Sousa Paraíso, João Marques dos Reis, Francisco Magalhães Neto, Gileno Amado, Clemente Mariani Bittencourt, Aliomar Baleeiro e Albérico Fraga – colocou-se ao lado do interventor”. O diretório central do PSD era integrado por: Correia de Meneses, João Pacheco de Oliveira, Antônio Garcia de Medeiros Neto, João Marques dos Reis, Átila do Amaral, o cónego Manuel Leôncio Galvão, o coronel Eudoro Tude, Artur Lavigne Lemos, Alfredo Pereira Mascarenhas, Nelson C. Xavier e Gileno Amado. DHBB, p. 4.396

⁹² Para maiores informações sobre o programa político do PSD, ver SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p.85

Ao relatar a instalação do partido a Getúlio Vargas⁹³, que foi homenageado com uma moção dos congressistas, Juracy Magalhães observa que enfrentou dificuldades no trabalho de arregimentação dado o caráter particular da política regional, “cheia de grupinhos, formados, em geral, por incompatibilidades pessoais”, que, evidentemente, ele conseguiu contornar.

Na mesma carta endereçada ao chefe do Governo Provisório, ele se vangloriava de ter conseguido trazer à capital “velhos chefes sertanejos, muitos dos quais nunca tinham comparecido a uma reunião política e outros jamais tinham vindo à capital”. Os representantes da região do São Francisco compareceram em unanimidade ao congresso partidário, depois de terem se reunido em Juazeiro para fazer “a fusão de todas as forças políticas” (acontecimento político que ficou conhecido como a Coligação Sertaneja, citado anteriormente), fato cuja importância Juracy soube reconhecer: “Parece-me este o fato mais expressivo do momento político baiano, pois aquela gente viveu sempre dividida por lutas tremendas”, ou seja, havia-se conseguido pacificar os coronéis do sertão.

Todos queriam compor ao lado do governo, de sorte que mesmo os grupos que se opunham no âmbito do município se alinhavam politicamente ao chefe estadual. Nestes casos, uma medida astuciosa empreendida por Juracy nos municípios onde havia divergências locais foi a de criar dois diretórios distintos do PSD, a fórmula permitiu contemplar a todos. Embora na prática os antigos líderes se mantivessem à frente das representações municipais, a criação dos núcleos serviu para diluir poderes e, na avaliação de Juracy, “combater o profissionalismo político”⁹⁴.

O interventor também estava convicto de ter organizado em torno de si um núcleo significativo da representação política estadual, que “talvez não se consiga mandar para as assembleias a melhor expressão cultural do Estado, mas mandar-se-á a verdadeira expressão eleitoral”. E concluía, ainda na carta endereçada a Getúlio, : “Posso hoje assegurar a Vossa Excelência que a Bahia será um dos Estados, em cujo apoio político pode o seu Governo mais tranqüilamente confiar. Daqui não sairão surpresas”⁹⁵.

⁹³ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Correspondência de Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 33.01.31/1. Data: 31/01/1933

⁹⁴ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Correspondência de Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 33.01.31/1.

⁹⁵ Ibid.

Juracy estava atento à fragilidade dos seus adversários. Os jovens acadêmicos reunidos em torno da LASP envolvidos em calorosos debates, perdiam de vista o senso prático. Na carta enviada a Getúlio ele observa que na última sessão pelos integrantes da LASP, “foi gasta a metade do tempo na discussão se deviam ou não dissolver a liga...”.

O outro grupo de oposição, chefiado por J.J. Seabra, se revelava enfraquecido. O velho líder se movimentava para tentar formar um partido para a disputa das próximas eleições, mas nada havia conseguido até o início de janeiro de 1933. Enquanto os diretórios do PSD se disseminavam na maioria dos municípios baianos, o partido comandado por Seabra somente conseguiria formar três diretórios municipais: em Cruz das Almas, São Gonçalo dos Campos e Cachoeira⁹⁶.

João Mangabeira, que de início repudiaria uma composição com Seabra para a formação de uma frente única para disputar as eleições de 1933, estaria dialogando com o interventor, mas suas aspirações pareceram por demais desproporcionais a Juracy:

Agora, porém, surge, por intermédio do Homero Pires, uma proposta em que pede (João Mangabeira) para si apenas: a presidência da comissão executiva do partido, a chefia de vários municípios e a reservação de um certo número de vagas nas câmaras federal e estadual para os seus amigos. Primeiro, isto me parece um erro de visão política. Se ele viesse para o partido trabalhar, talvez fosse indicado para postos mais elevados do que ele supunha, mas isto como um reconhecimento a seus méritos pessoais e aos serviços prestados ao partido. Depois, a imposição é desarrazoada porque em nossa organização partidária não há chefes de zonas; cada município é dirigido por um diretório autônomo e todos os municípios onde ele podia ter veleidades já têm diretórios que não mais se conformariam com esse retorno ao passado[...]⁹⁷

A esta altura, com a ajuda de Gileno Amado, Itabuna formava uma unanimidade⁹⁸, conforme relato de Juracy, ao lado do governo da revolução. Em Ilhéus, João Mangabeira teria conseguido manter alguns apoios em decorrência das divergências pessoais entre o grupo da família Lavigne, que integrava o PSD, e o

⁹⁶ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Correspondência de Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 33.01.31/1.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Ibid.

grupo ligado ao coronel Pessoa. Em Jequié, o coronel João Borges, prefeito municipal e antigo aliado de João Mangabeira, também já havia aderido ao partido do interventor.

Embora tenha se mantido na oposição no plano estadual, João Mangabeira, manteve uma atitude de colaboração com o Governo Provisório, chegando a contribuir na elaboração do projeto de Constituição do Itamaraty. Esta aproximação se deve à sua amizade com Oswaldo Aranha, que fez com que ele se infiltrasse entre os revolucionários de 30. Clemente Mariani também revela as tentativas, feitas por Oswaldo Aranha, de aproximação do João Mangabeira com a bancada baiana, que também não foi acolhida pela homogênea representação baiana no Congresso:

Oswaldo Aranha tentou várias vezes abrir uma brecha dentro da nossa bancada para incutir nela o João Mangabeira. Mas nós tivemos bastante clarividência para identificar que o João Mangabeira não iria colaborar. Ele tinha sido um político sempre muito independente e ele não trabalharia no sentido comum da bancada, de modo que ele não foi admitido⁹⁹.

Juracy, ao assumir uma linha de ação pragmática, estaria seguindo, de acordo com Ângela Gomes, orientação estabelecida entre os interventores do Norte e Juarez Távora¹⁰⁰, o líder político do bloco perante o Governo Provisório, no sentido, não apenas de assegurar a coesão, mas também a manutenção do espaço político da região no plano nacional.

Este posicionamento se opunha ao absenteísmo político que se registrou após decretada a Revolução de 30, quando os interventores foram orientados a se manter alheios às questões políticas. Após a Revolução Paulista de 1932 a conduta passou a ser de “interferência efetiva nos mecanismos político-partidários”¹⁰¹. A ditadura perderia o sentido e a constitucionalização, inevitável, não deveria representar um empecilho à consagração dos ideais revolucionários. Estas seriam as motivações levadas a termo por Juracy Magalhães para obter, na Bahia, uma vitória esmagadora nas eleições de 1933.

⁹⁹ CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 5-B. Neste trecho transcrito, Clemente Mariani trata especialmente do período posterior à Constituinte de 1933, quando João Mangabeira é eleito deputado federal pela chapa autonomista.

¹⁰⁰ GOMES, Regionalismo e centralização política, p. 360. De acordo com Ângela Gomes, logo após o encerramento da Revolução Paulista de 32, Juarez Távora, “ainda reconhecidamente o grande líder do Norte, apesar de destituído de qualquer cargo, retoma o papel de rearticulador político da região”.

¹⁰¹ Ibid.

O sucesso da campanha situacionista já dava sinais concretos a três meses das eleições. Um comentário, decerto comprometido, por ter sido veiculado num veículo de comunicação aliado a Juracy Magalhães, é esclarecedor no sentido de demonstrar o impacto causado pela convenção do PSD, realizada a 23 de janeiro de 1933:

A habilidade política dos homens que dirigem os destinos da Bahia nesta hora, está produzindo dor de cabeça em muita gente. A repercussão, aqui, da grande assembléia da cidade do Salvador foi enorme, desconcertando os que a julgavam no fracasso.[...]

Um político no estado, diante da magnitude da assembléia e do espírito de coesão do novo partido, ora sob os melhores alicerces, não se conteve e escreveu uma espécie de relatório que mandou ao dr. Octávio Mangabeira, em Paris [...]. Tivemos a ocasião de ler, sob reserva, o interessante documento político, que nada mais é do que um perfil, uma silhueta do ambiente baiano, na hora política que atravessa o Estado. Nesse arrazoado, em linguagem simples, o político baiano conta o que foi a assembléia, mostrando ao ex-chanceler que o interventor da Bahia empolgou, realmente, a sua terra, estando estribado nos melhores e seguros esteios políticos, desde os chefes de eficiência eleitoral, no sertão, até a magistratura e o alto magistério.¹⁰²

No discurso de encerramento do congresso partidário do PSD, Medeiros Netto encarregado de discorrer sobre a moção de apoio ao interventor e ao chefe do Governo Provisório, lista os grandes feitos da administração de Juracy Magalhães, cuja “ação de administrador e político inteligente e diligente” vinha se fazendo sentir por toda a parte: “sua obra de expansão econômica”, a “ordem nas finanças do Estado”, a “segurança pessoal e prosperidade”, e, sobretudo, “sua obra de pacificação, de desarmamento dos espíritos”.

¹⁰² ORGANIZAÇÃO do novo partido baiano vai repercutir em Paris (A). Diário da Bahia, Salvador, 08 fev. 1933, p. 1.

3 O PSD NAS URNAS: UMA VITÓRIA CONSTRUÍDA

As eleições para escolha dos representantes populares na Assembléia Constituinte, que se encarregaria de elaborar um novo projeto constitucional para o Brasil, foram marcadas para o dia 3 de maio de 1933. Na Bahia, quatro legendas inscreveram-se para o pleito: o Partido Social Democrático (PSD), criado pelo interventor Juracy Magalhães; “A Bahia ainda é a Bahia”, que reunia os principais nomes da oposição e também “A Bahia não se dá” e “Para a Assembléia Nacional Constituinte”¹.

Foram apurados 66.038 votos no Estado, sendo que o PSD de Juracy obteve 50.908 votos, “A Bahia ainda é a Bahia” teve 7.292 votos, “A Bahia não se dá”, teve apenas 45 votos e a legenda “Para a Assembléia Constituinte”, 23 votos. As cédulas avulsas contabilizaram 8.300 votos. Como já dito anteriormente, no primeiro capítulo, a chapa da situação elegeu 20 deputados constituintes e a oposição apenas dois: José Joaquim Seabra e Aloysio de Carvalho Filho, o presidente da Liga de Ação Social Popular (LASP). O candidato avulso, Luiz Viana Filho, apesar de ter sido bem votado – teve 2.555 votos no primeiro turno e 5.313 no segundo² -, não atingiu o quociente eleitoral mínimo para garantir uma vaga na Constituinte.

A vitória esmagadora da situação desenhava-se como praticamente inevitável, tal o domínio do processo eleitoral obtido por Juracy Magalhães, que consistia no controle da massa de eleitores por intermédio das lideranças locais, que eram também os chefes dos núcleos do PSD no interior.

Os resultados obtidos na Bahia seguiram, no entanto, uma tendência regional, com o Norte revelando sua fidelidade ao Governo Provisório, garantindo uma esmagadora maioria da bancada situacionista. De acordo com Ângela de Castro

¹ APURAÇÃO eleitoral neste estado. *Diário da Bahia*, Salvador, 24 jun. 1933, p.1.

² Ibid.

Gomes³, todos os interventores nortistas se engajaram na construção de partidos estaduais, à exceção dos interventores do Ceará, Carneiro de Mendonça, e de Sergipe, Augusto Maynard, que não aceitaram a idéia de “incorrer nos mesmos erros daqueles a quem (a Revolução) combateu e depôs”⁴. Apesar disso, a situação venceu nestes Estados e perdeu apenas no Rio Grande do Norte.

No Maranhão, os governistas foram vitoriosos, mas ganharam por pequena margem. Nada comparável ao desempenho nas urnas dos partidos comandados por Juracy Magalhães, na Bahia, e Lima Cavalcanti, em Pernambuco. Este último, assim como Juracy, conseguiu esmagar a oposição, elegendo 15 deputados constituintes contra apenas dois do partido opositor.

Além de ter assegurado o controle político do Estado, trazendo para seu lado as principais lideranças do interior, onde também se concentrava a maioria dos votos, e de ter sido favorecido pelas fragilidades de uma oposição desarticulada, a esmagadora vitória protagonizada pelo PSD baiano se deve especialmente à adoção de uma estratégia que, como era de se esperar no contexto de dominação política posto em prática pelo interventor baiano, foi seguida à risca pelos núcleos municipais do partido.

Às vésperas do pleito de 3 de maio, telegrama assinado pelo interventor, orientava os prefeitos sobre o preenchimento da cédula eleitoral, de forma a garantir a vitória do partido situacionista e evitar a dispersão dos votos:

Atendendo necessidades ordem geral nossos eleitores devem votar apenas em chapa com legenda Partido Social Democrático, sem mencionar qualquer nome, o que equivale votar todos os candidatos Partido sem nenhuma preferência primeiro turno, (evitando) assim competições entre candidatos dentro Partido e fortalecendo disciplina pois voto é dado ao partido e não ao candidato. Confio inteiramente ilustre correligionário dará desde hoje providências comparecimento totalidade nosso eleitorado eleições dia 3 Maio onde Juiz determinar fim sufragar nosso partido devido orientação acima. Deposito suas mãos êxito nossa primeira batalha eleitoral. Precisamos esmagar adversários com brilhante vitória nosso Partido. Trabalhem arduamente. Juracy Magalhães, interventor⁵

O texto acima foi um dos telegramas enviados por Juracy aos prefeitos e correligionários do PSD no interior, que juntamente com outras duas correspondências,

³ GOMES, Regionalismo e centralização política: ..., p. 368

⁴ Ibid., p. 358

⁵ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de José Joaquim Seabra ao Ministro da Justiça. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV.c.1933.05.20/2. Data: 20/05/1933.

com o mesmo teor, foram transcritos em uma carta enviada ao então Ministro da Justiça⁶, Antunes Maciel, pelo candidato opositor José Joaquim Seabra, que denunciava “a interferência direta do interventor no processo eleitoral” de 1933⁷.

A orientação sobre como deveria se dar a votação não era em si uma novidade, nem tampouco uma estratégia adotada apenas pelo grupo situacionista. O jornal *O Imparcial*, órgão de comunicação que apoiava a campanha da oposição, publicava, no dia 30 de abril de 1933, um artigo com a mesma orientação para os seus eleitores, esclarecendo que a votação em candidatos de chapas diferentes somente favoreceria o partido da situação:

[...] Quer dizer que querendo eleger um eleitor 5 nomes que façam parte de uma chapa, por exemplo, deverá votar em chapa completa e batida, porque coopera para o aumento do quociente partidário [...] Votos avulsos representam apenas uma homenagem platônica e profundamente inútil. Precisamos, pois, ir às urnas unidos, qual a falange dos macedônios, muitos ou poucos, todos, porém, num só corpo, na certeza de que assim, pisando a liça, em marcha cerrada, teremos dito ao Brasil que a “Bahia ainda é a Bahia”⁸.

Se a orientação sobre o modo como se deveria votar, de forma a atender aos preceitos estabelecidos pelo Código Eleitoral em vigor e assegurar a vitória de determinado grupo político não continha vícios, por que então ela teria beneficiado o PSD de Juracy Magalhães?

É preciso frisar que, após a Revolução de 30 - movimento que pretendeu moralizar o processo eleitoral no Brasil, marcado por práticas fraudulentas ao longo da Primeira República e por irregularidades que tornavam o exercício do voto uma farsa generalizada - a convocação das eleições teve o intuito de atender aos anseios daqueles que aspiravam por mudanças na política nacional.

Dentre as inovações instituídas pelo Código Eleitoral de 1932⁹, no processo de escolha dos representantes políticos nas eleições de 1933 estão a introdução do voto feminino, a redução da idade para um cidadão se tornar eleitor para 18 anos, a garantia do sigilo do sufrágio e a deliberação do processo de alistamento, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos à Justiça Eleitoral. Mas a realidade é que a

⁶ Ver anexos

⁷ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de José Joaquim Seabra ao Ministro da Justiça. CPDOC .Rio de Janeiro: FGV. GV.c.1933.05.20/2. Data: 20/05/1932.

⁸ POLÍTICA e políticos – A dispersão de votos. *O Imparcial*, Salvador, 30 abr. 1933, p. 1.

⁹ O Código Eleitoral de 1932 foi aprovado pelo decreto de nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

legislação, por si só, não conseguiria anular por completo velhas práticas de domínio do eleitorado, numa prova de total desconexão entre o que se pretendia ideal e o que era efetivamente real. Consuelo Novais Sampaio ao analisar as eleições constituintes frisou que as práticas de coerção e intimidação se mantiveram vivas no contexto eleitoral de 1933¹⁰.

Da mesma forma, Ângela de Castro Gomes observa que as eleições de maio de 1933, se comparadas às eleições da República Velha, representaram um grande passo à frente. Entretanto, ainda deixavam muito a desejar. O questionamento da legitimidade dos critérios de representação política continuava muito forte. Eleições honestas deveriam ser sinônimo de eleições conscientes, e o nível de conscientização da população ainda era muito pouco significativo¹¹.

Logo, a interferência do interventor no processo eleitoral seria denunciada como um abuso por J.J. Seabra, que, embora representante das antigas hostes republicanas, se colocava como autêntico revolucionário e reivindicava para si a bandeira da moralidade. “Se isso não é intervir no pleito, nunca no Brasil governo algum cometeu esse crime”, escreveria Seabra em seu protesto dirigido ao Ministro da Justiça¹².

Considerando que Juracy Magalhães era o chefe de Estado e detinha em suas mãos o aparelhamento público e o domínio político, a conduta recomendada seria, de fato, a de se manter isento durante o processo eleitoral, a exemplo do que tentou fazer, por ocasião da fundação do PSD, partido do qual, ao menos oficialmente, manteve-se afastado dos cargos da direção, embora fosse o seu presidente de fato.

Ao contrário disso, conforme consta de um dos telegramas transcritos por Seabra ao Ministro da Justiça, o interventor, que dizia ter-se mantido alheio à escolha dos nomes que compuseram a chapa do PSD, fazia exigências aos seus correligionários: “Eu, que nenhuma interferência tive indicação candidatos, julgo ter direito exigir correligionários absoluta disciplina partidária, sufragando sem discrepância chapa partido”¹³.

Em resposta às denúncias quanto ao pleito de 3 de maio formuladas por Seabra, Juracy Magalhães tratou de esclarecer que se irregularidades foram praticadas, elas

¹⁰ Sobre este aspecto, ver SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p.134-142

¹¹ GOMES, op. cit., p. 403

¹² ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de José Joaquim Seabra ao Ministro da Justiça. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV.c.1933.05.20/2. Data: 20/05/1932.

¹³ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. CPDOC: Carta de José Joaquim Seabra ao Ministro da Justiça. Rio de Janeiro: FGV. GV.c.1933.05.20/2. Data: 20/05/1932

foram fruto da “ignorância do Código Eleitoral, pela primeira vez em execução”, acrescentando que: “Essas irregularidades só se verificaram em prejuízo do nosso Partido, que em todas as sessões anuladas tinha quase a unanimidade de eleitorado”¹⁴.

Da mesma forma que os métodos adotados por Juracy Magalhães eram questionados, a oposição, na avaliação de Juracy Magalhães, também não agia com a devida ética, transparência e honestidade na defesa de seus interesses ao longo da campanha eleitoral:

[...] Na campanha eleitoral lançaram, os meus adversários, mão de todas as perfídias. Exploraram os nomes de alguns membros do Governo e tiveram a sua força eleitoral no funcionalismo federal, sobretudo, entre os coletores que, na sua maioria, receberam cartas e telegramas do Mangabeira dizendo-se candidato de acordo com o Governo. Dois deles até me procuraram para retirar os compromissos assumidos[...]

Lutei contra todas essas infâmias e venci, num pleito libérrimo. No dia seguinte, Seabra não escondia o seu entusiasmo pelo pleito, onde pensava ter ganho. Agora, inquina-o de fraudulento. Diz-se vitorioso na capital e nos municípios maiores, onde o povo repeleria a coação. Pois bem, não venceu até agora em um só distrito da Capital e em algum município. Nas grandes cidades, como Feira de Santana, Santo Antonio de Jesus, São Félix e outras, a votação da oposição foi ridícula. Em Alagoinhas, vencemos contra do Dr. Bião, e em Ilhéus, o Mangabeira também deve ter sido derrotado fragorosamente [...] ¹⁵.

O referido episódio, que comprova a ocorrência de ingerência política por parte do interventor na guerra do vale tudo para não permitir que as velhas hostes da política local voltassem a ganhar força, não deve ser analisado, no entanto, apenas sob o prisma das disputas eleitorais, mas inserido num contexto mais amplo que nos remete à realidade política da década de 30 e ao problema da conscientização do eleitorado brasileiro e que teria sido de fato a razão que levou o partido juracista a sair vitorioso das urnas em 1933.

As relações de poder entre os chefes políticos municipais e o eleitorado rural, no período objeto do presente estudo, foram analisadas por Victor Nunes Leal¹⁶ que as interpreta como uma consequência do modelo sócio-econômico agrário vigente no país, caracterizado pelo domínio da grande propriedade rural e a ausência no campo de uma

¹⁴ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Correspondência. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV.33.06.01/2.

¹⁵ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. CPDOC: Carta ao Ministro da Justiça Antunes Maciel. Rio de Janeiro: FGV. GV.c.1933.05.20/2.

¹⁶ LEAL, Coronelismo Enxada e voto..., p. 40-70

classe média que pudesse se encarregar de formular suas próprias reivindicações políticas.

Diante do poderio do coronel, que exercia domínio pleno e absoluto das esferas do poder, o eleitor inculto, pobre e analfabeto vivia sob a total dependência dos chefes locais, que lhes asseguravam desde o trabalho para garantir o seu mínimo sustento, até a sua proteção mais ampla, incluindo favores de toda sorte¹⁷. “Dentro da esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais”¹⁸, sintetiza Leal, para explicar o que levaria estes representantes do poder local a comandar um lote considerável dos chamados “votos de cabresto”.

Victor Nunes Leal também fez referências ao problema do custeio das despesas eleitorais, outro fator que reforçaria a dependência do cidadão do meio rural em relação aos chefes locais, que se encarregavam de assumir para o eleitor pobre as despesas de alistamento e da eleição, incluindo documentação, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos e até roupa, calçado e chapéu para o dia da votação. “É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência., para praticar um ato que lhe é completamente indiferente”¹⁹.

De fato, a participação política era um ideal ao qual a massa rural nem de longe almejava, alheia ao seu direito à cidadania e submissa demais por uma condição de miséria que lhe era imposta por um modelo econômico altamente hierarquizado e desigual.

Na historiografia baiana, Consuelo Novais Sampaio também trata da questão das despesas de alistamento eleitoral, que tinham um custo elevado com o qual o eleitor pobre da zona rural não podia arcar, daí a sua total dependência em relação ao chefe local, que assumia todas estas despesas em seu benefício em troca da fidelidade do voto. Estas despesas, de acordo com Consuelo Sampaio, incluía desde despesas com o alistamento, até o transporte do eleitor e, literalmente, a compra de votos²⁰.

Leal nos lembra ainda que um aspecto importante do coronelismo era o sistema de reciprocidade, tendo, “de um lado, os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores

¹⁷ Ibid., p. 42-44, p. 60

¹⁸ Ibid., p. 42

¹⁹ Ibid., p. 56-57

²⁰ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p.134-142

e da força policial”²¹. Esta relação, baseada em compromissos em torno de coisas concretas, e não com base em uma ideologia política, daria vez à prática de adesismo, que seria uma característica do coronelismo, a quem são atribuídas as vitórias eleitorais dos candidatos do oficialismo, como se assistiria no caso específico de Juracy Magalhães na Bahia²².

Todos estes elementos que compunham a intrincada rede de favores e de interdependência no âmbito político municipal dos sertões baianos seriam uma realidade efetiva nas eleições de 1933. Ao telegrafar aos chefes municipais e aos prefeitos ordenando o cumprimento de suas orientações, com vistas a assegurar a vitória do partido dominante nas eleições de 3 de maio, Juracy sabia exatamente o que buscava e os resultados que pretendia atingir. Não foi, portanto, sem razão que, em uma carta enviada ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, datada de 31 de janeiro de 1933, já dizia: “[...] Posso hoje assegurar a Vossa Excelência que a Bahia será um dos Estados em cujo apoio político pode o seu Governo mais tranqüilamente confiar. Daqui não sairão surpresas [...]”²³

Com o domínio dos coronéis assegurado, a quase unanimidade no resultado das urnas estava igualmente garantida e foi com tranqüilidade que o interventor partiu para o pleito, complementando sua tática política com a recomendação expressa sobre o modo como o eleitor deveria se manifestar nas urnas.

Mas se de um lado Juracy, meses antes do pleito, estava confiante de que seu partido seria referendado nas urnas, a conquista de 20 das 22 vagas disponíveis para a Bahia pelo PSD o surpreendeu. As projeções iniciais do interventor eram que seu partido faria 18 candidatos e a oposição 4²⁴, considerando que seus oponentes conceberam uma chapa na qual, “incontestavelmente, havia valores reais da Bahia”, conforme o próprio Juracy reconhece²⁵.

A vitória surpreendente ocorreu porque, à última hora, o interventor conseguiu que algumas oposições municipais votassem com o PSD “ou em chapas ecléticas,

²¹ LEAL, op. cit. p.63-64

²² Ibid., p. 58-63

²³ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV.33.01.31/1.

²⁴ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV.33.06.01/2. Data: 01/01/1933.

²⁵ Carta de Juracy Magalhães ao Ministro da Justiça Antunes Maciel, apresentando satisfações a respeito de uma resposta endereçada a J.J. Seabra a respeito das denúncias formuladas por este último quanto a irregularidades ocorridas no pleito de 3 de maio de 1933 à Bahia. ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. CPDOC: Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV. GV c 1933.05.20/2. Data: 22/05/1933

diminuindo, assim, as possibilidades adversárias”, conforme relata Juracy ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, em uma correspondência²⁶. Com isso, o PSD conseguiu o feito de obter quase sete vezes mais votos do que sua principal rival, a legenda *A Bahia ainda é a Bahia*.

Cabe observar, ainda, que apesar de os sertões terem contribuído significativamente para conferir uma vitória esmagadora ao PSD, o partido também obteve sucesso não menos importante na capital, graças aos votos catalisados por remanescentes da Velha República, como João Pacheco de Oliveira, Antônio Garcia de Medeiros Neto, João Marques dos Reis (ex-calmonista) e o conselheiro Manuel Mattos Correia de Menezes (ex-PRD), dentre outros, que se uniram ao interventor. Na capital, o PSD também contou com os votos do operariado, que à época, ainda emergente, começava a se organizar em torno de agremiações associativas²⁷.

Uma outra referência à participação dos trabalhadores no processo político diz respeito à composição do conselho consultivo instituído por Juracy Magalhães e que a princípio, teria como papel auxiliá-lo nas deliberações administrativas, em atendimento a uma exigência do código dos interventores. Além de integrar o referido conselho um industrial (José Antônio Costa), um comerciante (Pedro Sá) – responsável por uma das maiores casas comerciais da Bahia à época, a Cia. Magalhães - , um técnico (José Antônio da Silva Costa, ex-secretário de governo de Luiz Viana), a classe trabalhadora se fazia representada pelo operário Teodomiro Batista, um jovem empregado do setor gráfico, que liderava os operários baianos²⁸.

Conforme depoimento de Juracy Magalhães, Teodomiro Batista participava de todas as decisões do governo e contribuiu para ampliar a popularidade do interventor “através dos detalhados informes de meu desempenho que dava aos seus companheiros. Posso me vangloriar de haver obtido sempre as maiores votações da capital, numa clara indicação de que me elegia com o apoio do proletariado urbano”²⁹.

A presença do operariado próxima do governo seria mais um elemento a compor a base de sustentação política a Juracy Magalhães, o que também atendia a uma

²⁶ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. CPDOC: Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV. GV.33.06.01/2. Data: 01/10/1933.

²⁷ Os grêmios profissionais organizaram-se para as eleições de 1933, vinculados ao PSD, conforme notícia publicada no: PARTIDO político da Sé teve hontem sua instalação solemne (O). *Diário da Bahia*, Salvador, 19 jan. 1933, p. 2. Trata da instalação do Partido do Distrito da Sé, que seria encarregado de arregimentar o eleitorado do distrito para as eleições, em apoio ao governo. A instalação do partido da Sé contou com a presença de várias associações de classe, incluindo o Partido dos Empregados do Comércio.

²⁸ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p.80

²⁹ MAGALHÃES, op. cit., p.80

recomendação do chefe do Governo Provisório, que, por ocasião das articulações para a composição dos partidos regionais, chamaria a atenção do interventor baiano para a necessidade de organizar as classes operárias “que devem ser amparadas e estimuladas de modo a coordenarem a sua ação pacífica, na defesa dos próprios interesses, tão intimamente ligados ao desenvolvimento do país. Organizadas, as classes constituirão força útil a contrabalançar as iniciativas retrógradas dos políticos profissionais”³⁰, uma preocupação que marcaria as diversas administrações de Getúlio Vargas, que se consolidaram sob a marca do que se convencionou chamar de trabalhismo.

João Pacheco de Oliveira seria também um importante elo da interventoria com os trabalhadores por sua penetração tanto entre os empresários como entre as classes trabalhistas³¹, em especial os empregados do comércio, dos quais se colocava como representante político.

Passadas as eleições de 1933, o PSD baiano saiu-se como grande partido vitorioso, elegendo uma bancada que marcharia coesa para a Constituinte e a sua principal liderança, o capitão³² Juracy Magalhães, a esta altura já um verdadeiro chefe político com veias de autêntico estadista, já havia se transformado numa das principais estrelas políticas do cenário nacional.

Está vencida a nossa primeira batalha eleitoral. Creio ter cumprido rigorosamente a missão que Vossa Excelência me confiou. A Bahia é hoje um dos maiores pontos de apoio da Revolução e de seu Governo. Espero que Vossa Excelência não esqueça as suas possibilidades de cooperação, dando-lhe um lugar de relevo na nova organização constitucional do Brasil, a que fazem jus os serviços inestimáveis prestados à nossa causa e às suas velhas tradições na política brasileira³³.

Valendo-se, portanto, da sua condição política e atento ao prestígio que lhe conferia sua esmagadora vitória nas urnas, elegendo a maior bancada legislativa do Norte, o interventor baiano não tardaria a reivindicar o espaço político que cabia à Bahia no âmbito federal:

³⁰ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Getúlio Vargas a Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV. 32.05.06/2. Data: 20/05/1932.

³¹ ASPECTOS políticos do momento nacional – A Bahia em véspera de uma nova organização partidária. Diário da Bahia, Salvador, 03 dez. 1932, p. 1.

³² Juracy seria promovido a capitão em fevereiro de 1933. HONRA que se faz ao mérito – O tenente Juracy Magalhães promovido a capitão. Diário da Bahia, Salvador, 14 fev. 1933, p. 1.

³³ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV.33.06.01/2.

3.1 Uma liderança em ascensão

O tenente forasteiro, que chegou à Bahia em agosto de 1931 como um mero soldado revolucionário, sem prestígio, sem apoio popular e hostilizado pelos baianos ditos ilustres, em dezembro de 1932, já havia conquistado o reconhecimento público como um administrador eficiente e se projetava no cenário nacional. Seus principais feitos haviam sido a recondução das finanças do Estado ao equilíbrio e a obtenção da pacificação política após um período de crise. Vale lembrar que Juracy Magalhães assumiu a interventoria após as experiências frustradas de Leopoldo Amaral e Artur Neiva, que por sua vez sucederam ao major Custódio dos Reis Príncipe Jr. e ao coronel Ataliba Osório, os dois primeiros interventores militares na Bahia, sem conseguir devolver ao Estado a estabilidade necessária para garantir o seu restabelecimento político no cenário nacional.

Suas proezas no campo político e a obtenção do equilíbrio financeiro e orçamentário das contas do Estado, o projetaram nacionalmente e os avanços obtidos no ambiente estadual, que também era uma das unidades administrativas mais importantes do Norte do país, ao lado de Pernambuco, fizeram de Juracy Magalhães um dos interventores mais prestigiados do chamado Bloco do Norte.

O Norte, como nos lembra Ângela de Castro Gomes³⁴, atuou como importante aliado do Governo Provisório no trabalho de consolidação dos princípios revolucionários e foi sua principal base de apoio. À exceção da Bahia, que se manteve em oposição à Revolução de 30, os Estados do Norte contribuíram efetivamente para a vitória revolucionária, onde, também, o movimento obteve grande apoio popular. A partir da posse de Juracy na interventoria da Bahia, o Estado, passaria a compor com os demais estados nortistas, garantindo o alinhamento de forças de apoio ao Governo Provisório.

Getúlio Vargas reconheceria o talento político de Juracy e sua intuição de homem de estado³⁵. Independentemente do reconhecimento do chefe do Governo Provisório, o interventor baiano dava provas de que tinha luz própria e se destacava, não apenas por sua reconhecida habilidade política, como também por seu tino administrativo.

³⁴ GOMES, Regionalismo e centralização política: ..., p. 344, 345

³⁵ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Getúlio Vargas a Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV.32.05.06/2.

Um artigo publicado no jornal carioca *A Vanguarda* em março de 1933, abordava a recuperação econômica do Estado da Bahia, comparado a outros Estados. “É incontestável que a Bahia entrou num período de franca ressurreição econômica e financeira. É que apesar dos pesares, ela conseguiu viver em paz, tendo tido a felicidade de encontrar um interventor que se preocupa com a política, como temos registrado, mas também se preocupa com os destinos da terra de Ruy Barbosa”³⁶.

Do ponto de vista administrativo, Juracy Magalhães empreendeu uma gestão inovadora e profícua³⁷. Também garantiu a retomada de obras, a ampliação de serviços de infra-estrutura básica e pôs em prática uma política de ajuste das despesas públicas, que permitiu recolocar em dia os salários do funcionalismo público e retomar o pagamento dos fornecedores da administração estadual.

Dentre as obras que estavam paralisadas e foram retomadas na gestão de Juracy Magalhães destacam-se a dos serviços de abastecimento de água de Salvador, iniciados no governo Góis Calmon (1924-1928) e paralisados no governo de Vital Soares (1928-1930)³⁸. “Quinze dias depois de assumir o governo, reiniciei estas obras, construindo as barragens dos rios Cobre e Ipitanga, que serviram ao abastecimento da capital durante muitos anos, e comecei a construir a estação da Bolandeira para filtragem de água”³⁹.

No momento em que os baianos se dirigiram às urnas, em 1933, o chefe do governo baiano já havia conseguido recuperar as finanças do Estado, equilibrando despesas e receitas, o que lhe valera o apoio do setor produtivo, e também já havia adotado medidas efetivas de combate ao banditismo que assolava os sertões, agradando em cheio aos coronéis sertanejos.

Foi de Juracy Magalhães a iniciativa de reivindicar a Getúlio Vargas a federalização⁴⁰ da luta contra os bandos de cangaceiros, em especial, o bando de Lampião, que espalhava o terror pelos Estados do Norte que faziam divisa com a Bahia. A federalização da luta contra o banditismo poria fim a uma situação que Juracy

³⁶ SITUAÇÃO econômica da Bahia é das mais lisonjeiras (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 23 mar. 1933, p. 1.

³⁷ PINHEIRO, A política na Bahia: atraso e personalismos..., p. 67

³⁸ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p. 38. Consuelo Novais Sampaio revela que à exceção da obra inadiável do serviço de saneamento da capital, nenhuma outra obra pública foi realizada até a metade dos anos 30 em função da grave crise financeira baiana; Em correspondências enviadas a Getúlio Vargas, em 1932 em 1933, Juracy Magalhães pleiteava perante o Governo Provisório e bancos públicos empréstimos para viabilizar a realização de obras no Estado. ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. correspondência. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV c 1932.05.06/2 (de 06/05/1932) e GV c 33.11.28 (de 28/11/1933).

³⁹ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p.81-88

⁴⁰ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV. 33.11.28/1. Data: 28/11/1933

Magalhães classificaria de ridícula, pois obrigava a polícia a recuar, na caça aos bandoleiros, quando chegava à fronteira, porque a lei não permitia a invasão do território de outro estado⁴¹.

Destacam-se ainda entre as realizações administrativas da interventoria e governo de Juracy Magalhães, investimentos no setor de transportes, saúde, educação e no desenvolvimento da agricultura do Estado.

Na área educacional, Juracy Magalhães foi responsável por um dos mais ambiciosos projetos já empreendidos no Estado, que resultou na criação do Instituto de Educação de Salvador, cujo projeto foi encomendado aos educadores Anísio Teixeira, Isaías Alves, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Álvaro Silva. O projeto foi recebido à época como algo visionário “pois seu plano previa, além de cento e oito salas de aula, uma piscina e um teatro que durante muito tempo foi a melhor casa de espetáculos da Bahia”, revelou Juracy Magalhães⁴².

Suas ações na área educacional incluíram ainda a criação da Secretaria de Educação estadual, uma inovação para a época e que refletia seu espírito empreendedor e o intuito modernizador com o qual esteve imbuído. Na adoção de uma política para o setor educacional do Estado, Juracy Magalhães revela ter se valido de suas observações durante as excursões que fez pelo interior do Estado – depois de Góis Calmon, Juracy foi o primeiro chefe de governo que mais visitou o interior da Bahia. Seu depoimento é significativo no sentido de dar uma verdadeira dimensão da situação que teve a oportunidade de vivenciar:

[...]Percorri o interior para conhecer o estado, transitando em estradas impraticáveis, muitas vezes num automóvel que acabava sendo puxado por uma junta de bois. Nessas andanças, pude avaliar o estado das escolas. Vi mocinhas dando aula a meninos sentados em caixas de sabão. Não existiam grupos, exceto meia dúzia de escolas construídas por Góis Calmon no interior, que funcionavam na mais absoluta precariedade. Tracei um plano para edificação de novos grupos escolares e consegui iniciar oitenta e dois prédios novos, realizando uma verdadeira revolução no setor educacional [...]⁴³

Outros empreendimentos na área de educação foram a ampliação das escolas Góis Calmon e Duque de Caxias e do Ginásio da Bahia, além de ter promovido a federalização da Escola Politécnica da Bahia, ter transformado a Escola Normal de

⁴¹ MAGALHÃES. Minhas memórias..., p.81

⁴² Ibid., p.81

⁴³ MAGALHÃES, op. cit, p.81

Feira de Santana em Escola Rural e criar a Escola Profissional de Cachoeira. Também foi de Juracy Magalhães a iniciativa de construir uma escola para menores em Salvador.

O setor de saúde não foi menos favorecido durante a gestão de Juracy Magalhães. Foram dele as primeiras iniciativas com vistas à construção do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina. Igualmente, o interventor determinou o início da construção do Hospital Dantas Bião, em Alagoinhas e do Hospital Pronto Socorro, em Salvador. Construiu ainda a Pupileira, o Lactário Martagão Gesteira, posto de puericultura no Rio Vermelho, além de promover melhoramentos no Hospício dos Alienados. Na área social, criou ainda o Conselho de Assistência Social e o Departamento Estadual da Criança.

Dentre as obras públicas construídas na sua gestão, destacam-se a construção do prédio da Secretaria de Agricultura, Águas e Esgotos e do edifício-sede do Instituto do Cacau, no Comércio. Como parte da política de desenvolvimento econômico, Juracy Magalhães também criou o Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, que viria a ser anos mais tarde o Banco do Estado da Bahia (Baneb). Para incentivar a modernização do setor agrícola, criou o Instituto do Fumo e da Pecuária, e no interior implantou, em Alagoinhas, a Estação Experimental de Citricultura, em Serrinha, a de Sericultura e em Itaparica, a de Fruticultura. Também incentivou a criação de novas indústrias.

Um outro setor que mereceu especial atenção da administração de Juracy Magalhães foi o de segurança. Além de construir o prédio da Secretaria de Segurança Pública, na Praça da Piedade, a Vila Militar dos Dendezeiros, o quartel dos Aflitos e um pavilhão na Penitenciária do estado, Juracy Magalhães também investiu na melhoria do nível de formação dos oficiais da Polícia⁴⁴.

Na área dos transportes, o governo promoveu investimentos na rede ferroviária, com a construção do ramal e da ponte São Roque na Estrada de Ferro Nazaré, além de melhoramentos na Estrada de Ferro de Santo Amaro, que havia retornado à administração do Estado. Também aprovou um Plano Rodoviário do Estado, que disciplinou a construção das estradas de rodagem, além de promover investimentos no serviço de navegação do São Francisco⁴⁵.

⁴⁴ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 88 e ABREU, Dicionário histórico-biográfico..., p. 3453. As obras relacionadas foram realizadas também durante o governo constitucional de Juracy Magalhães a partir de 1934.

⁴⁵ MAGALHÃES, Id., p.88 (notas 5 e 6)

A iniciativa de Juracy Magalhães de promover a ampliação da malha rodoviária do estado inaugura uma tendência que marcou todo o século XX, quando a construção de estradas passou a ser a prioridade única para os transportes a partir dos anos 1930. Este processo, no entanto, se deu sem um planejamento especial, que previsse a integração dos diversos meios de transportes então existentes na Bahia - hidrovias, estradas de ferro e rodovias -, nem tampouco assegurasse que a manutenção dos investimentos já executados, contribuindo para uma desagregação contínua das redes fluvial e de estradas de ferro no estado.⁴⁶

Se por um lado a Bahia careceu de uma política de planejamento de longo prazo para o setor de transportes, de outro, no momento que o Governo do Estado passou a fazer concessões com vistas a ampliar a malha do estado se procurou reduzir o isolamento entre as diversas regiões e a capital. Como observa Freitas, nem sempre este propósito foi seguido à risca e boa parte das estradas construídas a partir da década de 30 atenderam a interesses de particulares e muitas vezes resultaram na construção de novas espacialidades, unindo as regiões da Bahia aos estados limítrofes destas, som com isso atingir o propósito de integrar a Bahia e sua capital⁴⁷.

3.2 Defendendo seu governo

Se de um lado Juracy Magalhães sofreu críticas quanto às atitudes políticas dispensadas a seus adversários, contra os quais sempre manteve uma ação enérgica, quando não repressiva, o chefe do governo baiano concentrou seus esforços em um projeto administrativo que se destacasse pelo empreendedorismo.

Para isso, não hesitou em mandar prender jornalistas e até mesmo deportá-los da Bahia. Vários jornalistas de *O Imparcial* e do *Diário da Bahia* foram obrigados a deixar a Bahia, por exemplo, por conta das críticas formuladas contra o governo de Juracy Magalhães, no primeiro semestre de 1932, quando também a imprensa se viu submetida a forte censura. Após o movimento paulista, Ernesto Simões Filho, dono do jornal *A Tarde* que esteve preso, no Rio de Janeiro, em agosto de 1932⁴⁸, foi obrigado exilar-se

⁴⁶ FREITAS, “Eu vou para a Bahia”: construção da regionalidade ..., p. 31

⁴⁷ Ibid., p. 33

⁴⁸ SIMÕES Filho (Dr.). *A Tarde*, Salvador, 16 ago. 1932, p. 3.

novamente no mesmo ano⁴⁹ por seu envolvimento com o movimento constitucionalista liderado por São Paulo. Além da perseguição aos jornalistas, ocorreram ainda durante a gestão de Juracy Magalhães na interventoria o empastelamento de jornais, dentre os quais um dos mais notórios foi o que envolveu *O Imparcial*, em julho de 1933.

Disposto a preservar os apoios conquistados internamente e a se consolidar como uma liderança no cenário político nacional, Juracy Magalhães não hesitou em contestar com fatos concretos os seus opositores. Depois de ter conseguido que seus aliados assumissem a direção do *Diário da Bahia*, jornal que até agosto de 1932 se configurava um órgão de divulgação do Partido Democrata de J.J. Seabra, e de, por meio da censura, reprimir as críticas dos demais jornais que se mantinham na oposição – *A Tarde* e *O Imparcial* – Juracy foi obrigado a montar uma nova estratégia para enfrentar seus adversários, em especial o septuagenário José Joaquim Seabra.

Sem espaço na imprensa baiana para formular suas denúncias, Seabra deslocou para a capital federal a sua disputa política com Juracy Magalhães. No dia 29 de junho de 1933, o *Diário da Bahia*⁵⁰ registrava que Seabra já havia começado a escrever uma série de discursos contra a administração de Juracy Magalhães. A intenção de Seabra era, já eleito deputado constituinte, levar as denúncias para a tribuna do legislativo federal, o que de fato fez.

Antes do início dos trabalhos legislativos, porém, o velho líder republicano já havia encontrado um novo fórum de debate e, já a partir de 17 de outubro de 1933, começou a publicar a série de artigos no jornal carioca *A Batalha*, com denúncias contra a administração do interventor baiano⁵¹. Os artigos deixaram de ser publicados pouco mais de dez dias depois, no dia 28 de outubro, mas por iniciativa de Nelson Carneiro, que era um fervoroso *seabrista* e também vítima da repressão policial do interventor, eles foram reunidos no livro *Humilhação e Devastação da Bahia*⁵², publicado no mesmo ano. As denúncias formuladas por Seabra contra Juracy Magalhães seriam, por sua vez, respondidas em outra publicação: *Defendendo o meu governo*, em 1934⁵³.

As denúncias versavam sobre os mais diversos temas, desde a dívida pública do Estado com os bancos, atraso no pagamento do funcionalismo, corrupção na administração estadual, ineficiência no combate a Lampião e seu bando, a falta de

⁴⁹ ADEUS à Bahia. *A Tarde*, Salvador, 26 nov. 1932, p. 3.

⁵⁰ DISCURSOS do sr. J.J. Seabra na Assembléia Constituinte (Os). *Diário da Bahia*, Salvador, 29 jun. 1933, p. 8.

⁵¹ SILVA, P. S. *Âncoras de Tradição: ...*, p. 37

⁵² SEABRA, J.J. *Devastação e Humilhação da Bahia*. Salvador: Cia. Editora Gráfica, 1933.

⁵³ MAGALHÃES, Juracy. *Defendendo o meu governo*. Salvador: Tipografia Naval, 1934.

abastecimento regular de água em Salvador, o precário sistema de esgoto, e principalmente, a violência política e a perseguição contra os opositores⁵⁴.

Antes de preparar o livro em resposta a Seabra, Juracy percebeu que era preciso adotar uma estratégia mais imediata para fazer calar seu mais fervoroso oponente. Assim, aproveitando a ocasião para estabelecer contatos políticos, articular com a cúpula do Governo Provisório estratégias com vistas à reconstitucionalização do país e também tratar de assuntos administrativos do governo baiano, Juracy Magalhães partiu, no dia 21 de outubro de 1932 com destino ao Rio de Janeiro, curiosamente, quatro dias depois de Seabra ter iniciado a publicação, na capital federal, dos artigos criticando a atuação administrativa do chefe de governo baiano.

Ao embarcar no dia 21 de outubro de 1932, o *Diário da Bahia*, jornal aliado a Juracy falava que o interventor partira ao Rio apenas para tratar de assuntos administrativos e de questões relativas às eleições constitucionais. No propósito de demonstrar o grande apoio popular do qual o interventor baiano passara a gozar, o jornal revelava que Juracy Magalhães fora acompanhado ao cais do porto de Salvador pelo que ele próprio classificou, na matéria jornalística, do que “a Bahia tinha de mais alto em sua sociedade”⁵⁵, destacando os magistrados e os estudantes. A conquista da simpatia dos intelectuais baianos, conforme anota Paulo Santos Silva⁵⁶, era motivo de orgulho para Juracy Magalhães.

Após passar mais de 40 dias em viagem ao Rio de Janeiro, no período de 22 de outubro a 10 de dezembro de 1932⁵⁷, – tendo feito uma escala em Minas Gerais, no início do mês de novembro, numa visita de caráter eminentemente político – a imprensa que apoiava o interventor noticiava que ele havia sido recepcionado com festividade no seu retorno a Salvador, sendo alvo de inúmeras homenagens⁵⁸. Dentre elas, destaca-se um banquete de 250 talheres, do qual fizeram parte membros do comércio baiano, representados pela Associação Comercial, prefeitos, aliados, lideranças políticas e

⁵⁴ SILVA, P. S., id., p. 37

⁵⁵ INTERESSES BAHIANOS EM FOCO (Os). *Diário da Bahia*, Salvador, 02 nov. 1932, p. 1. Reprodução de entrevista a Juracy Magalhães publicada em *O Jornal*, do Rio de Janeiro

⁵⁶ SILVA, P. S., op. cit., p. 39

⁵⁷ VIAGEM do interventor bahiano ao Rio (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 22 out. 1932, p. 1.

⁵⁸ RECEPÇÃO DO INTERVENTOR BAHIANO (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 13 dez. 1932, p. 1. e EXPRESSIVA homenagem que será hoje prestada ao interventor (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 14 dez. 1932, p. 1.

personalidades em geral, ligadas ao mundo acadêmico, jurídico e intelectual⁵⁹. O que se pretendia era mostrar que a Bahia havia, sim, sido conquistada.

No Rio de Janeiro, conforme noticiou o *Diário da Bahia*, o chefe da interventoria baiana, tratou de resolver as questões de ordem administrativa que eram denunciadas por Seabra, como parte da estratégia deste de descredenciar o governo estadual. Dentre os assuntos que Juracy Magalhães procurou resolver no Rio estão a obtenção de recursos para a lavoura do fumo, um empréstimo de dez mil contos de réis ao Banco do Brasil para empregar nas obras de saneamento na capital e na construção da represa do Rio do Cobre, investimentos no setor agrícola, auxílio federal para os flagelados da seca, obras de infra-estrutura (estrada de ferro Santo Amaro e construção de rodovias)⁶⁰.

Da mesma forma, o interventor baiano negociou o aporte de 400 contos de réis para a construção de um edifício de seis andares destinado à instalação da seção técnica do Conselho do Café na Bahia, e onde também funcionaria a sede da empresa de saneamento⁶¹. Também se reuniu com o embaixador da França para tratar da delicada questão da dívida externa do Estado⁶².

Durante sua estada no Rio de Janeiro, o interventor baiano também concedeu diversas entrevistas aos jornais locais, numa tentativa de demonstrar a situação confortável em que se encontrava e também ofereceu uma recepção para a colônia baiana residente naquele Estado⁶³. Ele também foi recebido por ministros e pelo próprio chefe do Governo Provisório, com os quais manteve conversas sobre temas administrativos, mas também sobre a necessidade de organização partidária para as eleições que, àquela altura, já eram imperiosas.

Além de todas estas deliberações, o chefe do governo baiano também promoveu, no Rio de Janeiro, uma exposição fotográfica mostrando obras empreendidas por sua administração, em especial, destacando aspectos do aviário de Ondina, projeto de obras de saneamento, a nova remessa de gado de raça pronta para ser embarcada na Bahia⁶⁴.

⁵⁹ EXPRESSIVA homenagem que será hoje prestada ao interventor (A). *Diário da Bahia*, Salvador, 14 dez. 1932, p. 1.

⁶⁰ INTERESSES bahianos em foco (Os). *Diário da Bahia*, Salvador, 02 nov. 1932, p. 1.

⁶¹ VÉSPERAS de regressar à Bahia (Em) – O tenente Juracy faz as suas despedidas. *Diário da Bahia*, Salvador, 08 dez. 1932, p. 1.

⁶² TENENTE Juracy Magalhães conseguiu, entre outros, novos favores para os estudantes (O). *Diário da Bahia*, Salvador, 17 nov. 1932, p. 1.

⁶³ ARTICULANDO as organizações políticas para os futuros prelos. *Diário da Bahia*, Salvador, 14 nov. 1932, p. 3.

⁶⁴ VÉSPERAS de regressar à Bahia (Em) – O tenente Juracy faz as suas despedidas. *Diário da Bahia*, Salvador, 08 dez. 1932, p. 1.

3.3 Uma análise do adesismo baiano

Ao aderir ao governo revolucionário aliando-se a Juracy Magalhães, os remanescentes dos antigos partidos que dominavam o cenário estadual na Velha República não atendiam apenas aos seus interesses pessoais de serem-se projetados politicamente na esfera federal. Eles também alimentavam o ideal de resgatar no ambiente nacional o espaço político que sempre coube à Bahia por seu passado histórico de primeira capital do Brasil. Para isso, dado o contexto da época, viram como o caminho mais prático para galgar estes espaços a adesão ao Governo Provisório e foi assim que fizeram personalidades como Pacheco de Oliveira e Medeiros Neto, antigos rivais que passaram a compartilhar os interesses do mesmo partido sob o comando de Juracy Magalhães.

Uma matéria publicada no *Diário da Bahia* de 23 de dezembro de 1932, de caráter puramente especulativo, já tratava desse tema, antecipando a possibilidade de a Bahia vir a obter importante papel na Assembléia Constituinte e de até mesmo conseguir fazer um ministro de Estado:

Ninguém tem dúvida que o partido que mal se esboça vai preponderar e realizar uma política nos melhores moldes. E assim, o Estado nortista reconquistará, facilmente, o seu antigo prestígio na Federação, apresentando ao cenário federal uma representação à altura dos créditos de inteligência e de cultura de seus filhos. Capital do Norte em todo o sentido, a Bahia será o ponto de concentração dos elementos revolucionários de maior eficiência e não sendo de duvidar que, no governo constitucional, venha a dar ministro, colaborando, enfim, com as grandes unidades na obra administrativa do país.⁶⁵

Outro aspecto que merece ser destacado é que, independentemente do caráter partidário que o Partido Social Democrático terminou por assumir, ancorado no discurso de que governava acima das facções políticas e tinha o único e precípuo propósito de trabalhar pelo restabelecimento econômico do Estado, o interventor conseguiu construir a idéia de que as tendências individuais e preferências pessoais deveriam ser postas de lado em favor de um bem maior, que seria “o bem da Bahia”⁶⁶

⁶⁵ ÚLTIMAS novidades políticas do paiz (As) – Como a Bahia vae reconquistar o seu prestígio na federação. *Diário da Bahia*, Salvador, 23 dez. 1932, p. 1.

⁶⁶ PREPARANDO a instalação do “Partido Social Democrático”. *Diário da Bahia*, Salvador, 24 jan.. 1933, p. 1.

O argumento foi ideal para reunir sob uma mesma legenda antigos ex-integrantes dos Partidos Republicano e Democrata ou melhor dizendo, remetendo-se às denominações próprias da política local, para reunir *ex-vianistas*, *calmonistas*, *seabristas*, e personalidades rivais, a exemplo de João Pacheco de Oliveira e Antônio Medeiros Neto em torno de um projeto único de partido.

Mais uma vez, recorremos ao *Diário da Bahia*, que ao reproduzir o que foram as primeiras reuniões do congresso partidário que criou o PSD, em 1933, nos revela que o sentimento que unia todos estes elementos ecléticos da política estadual era também a perspectiva de um esforço comum em prol de propósitos mais amplos de uma ressurreição política da Bahia.

Um dos primeiros pontos a serem analisados é o fato de que o PSD que Juracy Magalhães idealizou propunha-se a ser não apenas uma composição partidária nos moldes convencionais, mas uma agremiação que estivesse acima da política tradicional, sem cores ideológicas, mas que fosse:

[...] O grande arauto das suas mais lídimas aspirações no concerto das demais unidades federativas do país, constituindo-se, deste modo, forte núcleo de opinião, representando o pensamento de cada uma das partículas constitutivas da integralidade estadual [...] a expressão dos valores da Bahia⁶⁷.

Estava proposta uma “fraternização geral” na política para que daí resultasse “uma representação acima do critério partidário e visando somente o renome da Bahia”⁶⁸. Ou seja, em nome dos interesses gerais do Estado, estava proposto o pacto de pacificação e aniquilamento das divergências políticas pelo interventor, que, assim, consolidava e garantia o atendimento às demandas sociais com vistas à redemocratização do país, mas na prática, eliminava as divergências e conseguia, também, com isso manter um modelo ditatorial com uma tez democrática.

De fato, Juracy Magalhães conseguiu reunir “a expressão dos valores da Bahia” na chapa do PSD, tanto que a bancada baiana eleita mereceu elogios de políticos como Antonio Carlos Andrada, presidente da Assembléia Nacional Constituinte: “Juracy, quero cumprimentá-lo, porque elegeu a bancada mais numerosa da revolução. E o mais

⁶⁷PREPARANDO a instalação do “Partido Social Democrático”. *Diário da Bahia*, Salvador, 24 jan. 1933., p. 1.

⁶⁸ Ibid.

importante é que não nos mandou paus-mandados, mas uma equipe de grandes representantes do povo”⁶⁹

A maioria dos integrantes baianos na Constituinte era principalmente de advogados e médicos, o que, como já referido anteriormente, era um motivo de orgulho para o interventor. Além disso, eram acadêmicos atuantes e que gozavam do reconhecimento público galgado pela longa experiência profissional. Vale ressaltar, ainda, que pelo menos três quartos dos 20 parlamentares eleitos pelo PSD tinham idades entre 40 e 60 anos. Os mais jovens seriam Clemente Mariani, que tinha à época 33 anos, Francisco Magalhães Neto, 36 anos, Lauro Passos, com 34 anos e Manuel Novais, com apenas 25 anos.

A reputação da bancada baiana é destacada por seus integrantes e até mesmo por seus opositores. O deputado constitucional de 1933, Clemente Mariani, revela, em depoimento ao CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas⁷⁰, que a Bahia dominou a Constituinte. Embora a bancada paulista fosse equivalente à bancada baiana, ela era de oposição, o que fez com que se catalisassem em torno do grupo da Bahia os representantes dos demais Estados para formar a bancada da maioria⁷¹.

Luis Viana Filho, um dos fundadores da LASP e que se elegeu deputado federal pela oposição, em 1934, também destacou a superioridade da bancada baiana, que segundo ele tinha sua importância unanimemente reconhecida⁷².

Mas voltando à questão das adesões ao grupo político formado em torno do interventor da Bahia, Clemente Mariani reiteraria, em seu depoimento ao CPDOC, a idéia de que o compromisso assumido pelas antigas lideranças políticas baianas tinha o intuito de suprir os espaços que não foram ocupados pela única e absoluta ausência de elementos revolucionários que pudessem assumir os quadros da política local:

Por que motivo Juracy, que era um soldado da Revolução e como tal estava empenhado em destruir as estruturas antigas, escolheu para a construção de seu partido elementos que estavam comprometidos, como beneficiários, da ordem antiga? Eu acho que a explicação que se pode dar é que ele era uma pessoa pragmática. A Bahia não tinha tradição revolucionária, não tinha se envolvido na Revolução, então ele lançou mão do que tinha no interior do estado, que eram aqueles antigos chefes políticos e procurou temperar isso [...] - porque ainda não tinham surgido os elementos do interior capazes de pretender

⁶⁹ MAGALHÃES, Defendendo o meu governo..., p. 79

⁷⁰ CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 1-A. Código E-280

⁷¹ Ibid.

⁷² LUIS Viana Filho (Depoimento). CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1984. Código E-229.

galgar na política, serem deputados, terem ambições políticas –, ele então temperou isso com o elemento intelectual que ele reuniu na bancada, elementos mais liberais⁷³

Apesar de terem aderido ao interventor, os políticos da velha ordem se mantiveram, no entanto, cautelosos. Clemente Mariani revelou, por exemplo, em seu depoimento, que ele e João Marques dos Reis haviam resistido a aceitar o convite de Juracy e somente o aceitaram sob a condição de se desincompatibilizar das atividades parlamentares após a conclusão do trabalho de elaboração do projeto constitucional⁷⁴. Ou seja, estavam dispostos a contribuir para um projeto maior da nação, representando a Bahia na Constituinte, mas não haviam se comprometido a continuar colaborando politicamente com o interventor.

Ocorre que a política tem seus revezes e essa posição acabou sendo revista a partir do momento em que Marques dos Reis foi chamado a integrar o Ministério da Viação, em 1934, e Clemente passou a ter a responsabilidade de dar sustentação política ao governo Getúlio Vargas no Congresso.

Vale ressaltar que Clemente Mariani – que foi o segundo parlamentar mais votado para a Constituinte, na chapa do PSD – atuou no plenário e nas comissões da Constituinte com uma espécie de vice-líder (função que não existia regimentalmente à época) do líder da maioria Antônio de Medeiros Neto. Designado por Medeiros Neto para representar a bancada baiana na comissão que coordenou as emendas constitucionais, Mariani apresentou substitutivos referentes à estruturação dos poderes governamentais que vieram a constituir o principal da Carta de 1934. Já como deputado federal eleito em 1934 para o Congresso Nacional, Clemente Mariani assumiria efetivamente a liderança da maioria, com a eleição de Medeiros Neto para o Senado federal⁷⁵.

Em referência à eleição de Medeiros Neto para líder da situação, Clemente Mariani faz uma observação que demonstra que a bancada baiana se impunha politicamente ao rejeitar, por exemplo, o nome de Oswaldo Aranha, que chegou a ser cogitado pelo governo para ser o líder da bancada da maioria na Assembléia Constituinte. A rejeição do nome de Oswaldo Aranha residia basicamente na suspeita de ele traria João Mangabeira à tira-colo. O afastamento de Mangabeira, no entanto, não o

⁷³ CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 1-A. Código E-280

⁷⁴ CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 3-A.

⁷⁵ ABREU, Dicionário histórico-biográfico..., p. 3.565 (v. 3)

impediria de continuar, como observou Clemente Mariani, “doutrinando” nos bastidores do poder até assumir uma posição política de aproximação com o comunismo, o que o levaria a ser visto pelo governo Getúlio Vargas como um elemento oposicionista, chegando a ser preso em 1935, quando foi decretado o Estado de Guerra por Getúlio Vargas⁷⁶.

3.4 O autonomismo baiano

As eleições de 1933 foram vistas pelo grupo que havia ascendido ao poder como a oportunidade de implantação de um partido nacional⁷⁷, mas esta proposta não se consolidaria. Apesar de não ter sido de todo abandonada, a idéia inicial sofreria reformulações com o desenrolar dos acontecimentos e resultaria na organização de partidos estaduais⁷⁸. Em contraponto a esta tendência centralizadora e federalista, que fazia parte do pensamento ideológico da época capitaneada pelos revolucionários, surgiria, o autonomismo, que defendia o regionalismo e a independência estadual.

Os movimentos estaduais que poderiam ser classificados como autonomistas, guardadas as peculiaridades de cada contexto regional, opunham-se, basicamente, à intromissão direta do poder central na estrutura político-administrativa dos estados, por meio dos interventores e defendiam, por conseguinte, a autonomia dos Estados. São Paulo e Bahia experimentariam, particularmente, o ressentimento dessa intromissão. Dentro desse espírito é que surgiu a Liga de Ação Social e Política (LASP)⁷⁹, em 1932, que mais tarde se organizaria em torno da Concentração Autonomista da Bahia.

Basicamente, o autonomismo baiano que se desenhou a partir da fundação da LASP refletiu, na avaliação de Paulo Santos Silva, uma reação ao projeto nacionalista proposto por Vargas, que contrariava os fundamentos e privilégios políticos dos grupos que se beneficiavam de uma estrutura de poder centralizada. Estes grupos se consideravam um grupo social distinto, com identidade própria e se projetava

⁷⁶ CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 6-B

⁷⁷ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Getúlio a Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 32.05.06/2. Data: 20/05/1932

⁷⁸ Ver GOMES, Regionalismo e centralização política, p. 362-365

⁷⁹ SILVA, P. S., A volta do jogo democrático..., p.88

socialmente na imagem idealizada de uma Bahia grandiosa, herdeira de dias gloriosos, uma idealização que se resumiria na bandeira *A Bahia ainda é a Bahia*⁸⁰.

Com a convocação das eleições constituintes, como já relatado anteriormente, as oposições baianas vão se unir em torno da legenda *A Bahia ainda é a Bahia*. Desagregadas, as oposições saem do pleito de 1933 praticamente aniquiladas, conseguindo eleger apenas dois nomes, contra 20 do partido do interventor. A ressaca amarga da disputa eleitoral de 1933 levou a oposição baiana a uma reorganização com vistas ao pleito de 24 de outubro 1934. A experiência frustrada havia mostrado que era preciso fazer mais e a primeira lição assimilada foi a necessidade de união em torno de um objetivo comum: enfrentar o interventor forasteiro e reunificar a Bahia com vistas a combatê-lo.

Para isso também era preciso uma liderança forte. Um dos fatos mais simbólicos desse novo momento político vivido pelas oposições baianas seria o encontro de José Joaquim Seabra e Otávio Mangabeira, no retorno deste último do exílio, em 10 de agosto de 1934, quando, ao descer na Praça Cairú, cercado por uma multidão, uma das primeiras saudações que Mangabeira recebeu foi a do seu antigo adversário político Seabra. Simões Filho, que retornou do exílio em dezembro de 1933, e investiu na tarefa de combater Juracy Magalhães por meio do vespertino de sua propriedade *A Tarde*, se aliaria a Otávio Mangabeira na liderança do movimento oposicionista, após dar início à organização da Concentração Autonomista⁸¹.

Dentro do espírito de enfrentar o elemento forasteiro das terras baianas e de mostrar a grandiosidade da Bahia, construindo ao mesmo tempo o conceito de que o Estado constituiria uma espécie de nação desintegrada, diante da falta de um espírito de fraternidade entre irmãos do sul e do norte, em 5 de abril de 1934, partiu com destino ao interior a primeira caravana vinculada à bandeira do autonomismo, a *Caravana do O Imparcial*, jornal que à época circulava na capital. Antecipando-se à campanha eleitoral, o jornal se propunha a colher *in loco* informações e ouvir as populações das terras mais longínquas da Bahia com vistas a trazer à tona os seus principais anseios. Na matéria publicada em primeira página explicando os propósitos da caravana destaca-se o seguinte:

⁸⁰ SILVA, P. S., *Âncoras de Tradição...*, p. 72

⁸¹ SAMPAIO, *Poder e Representação: o legislativo da Bahia...*, p. 100-101

[...] Porque a Bahia é dos Estados todos do Brasil um dos mais bem aquinhoados pela liberalidade da natureza que nada lhe negou.

E que lhe falta, então?

Apenas isto: um mais estreito conhecimento, um laço mais forte de amizade entre seus filhos.

É preciso que o baiano do Norte conheça o seu irmão do Sul e que todas as suas atividades não se circunscrevam a um simples núcleo.

É preciso antes de tudo e acima de tudo que a Bahia se conheça a si própria.

Nós, que vivemos intra-muros desta cidade de Thomé de Souza, velhinha boa que se remoça, dia a dia, arrastada também no turbilhão vertiginoso do progresso – não podemos sequer imaginar a tragédia sem fim dos sertanejos.[...]

Mensageiros de um jornal baiano, e que vive, portanto, da Bahia e para a Bahia, visando um futuro mais amplo ao futuro da Pátria – os caravaneiros do *O Imparcial* deverão colher *in loco*, por toda a parte do nosso *hinterland* impressões que serão sentidas e vividas.

Elas perscrutarão de perto os anseios e as emoções dos sertanejos [...]. Com isso, *O Imparcial* nada mais quer do que trazer ao conhecimento dos que governam os nossos destinos as necessidades prementes dos nossos sertões [...]⁸²

Em 10 de abril de 1934, a Ação Acadêmica Autonomista passou a publicar cotidianamente em *O Imparcial* os princípios que deveriam reger a nova agremiação, que contestava, especialmente, a Revolução de 30 e a intervenção federal na Bahia, responsáveis, segundo eles, por entregar a Bahia a alguém alheio às suas mais autênticas tradições⁸³.

Comandando do exterior a campanha que logo tomaria corpo com vistas às eleições para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa estadual, Octávio Mangabeira enviava, de Paris, para os jovens da Ação Acadêmica Autonomista cartas de apoio: “A Bahia [...] há de dizer o que sente. Há de dizer como pensa. Há de dizer o que quer. Para ela e para o Brasil que ela sempre colocou acima de si própria”⁸⁴.

A Concentração Autonomista reuniria os mais diversos grupos oposicionistas, desde remanescentes do PRB e do PRD, dentre os quais elementos ligados aos grupos dos Calmon, Seabra, Mangabeira, Lago, representantes da velha república, e a juventude organizada em torno da LASP e da Ação Acadêmica Autonomista. Desta vez, ressabiados com a experiência da Constituinte, em que as oposições perderam o cerne

⁸² BAHIA por dentro (A) – Parte, amanhã, no desempenho da sua missão, a Caravana do “O Imparcial”. *O Imparcial*, Salvador, 04 abr. 1934, p. 1.

⁸³ CARAVANA do “O Imparcial” no interior bahiano (A) – Camassary – A primeira etapa da excursão. *O Imparcial*, Salvador, 10 abr. 1934, p. 1.

⁸⁴ CAMPANHA pela deshumilhação (A). *O Imparcial*, Salvador, 29 abr. 1934, p. 1.

da batalha eleitoral ao dispensar suas energias em discussões de ordem intelectual, por ocasião da preparação das eleições de 1934 foi adotada uma postura mais pragmática⁸⁵.

Na disputa do pleito de 1934, as oposições lançaram a chapa *Governador Otávio Mangabeira* e, seguindo as mesmas estratégias adotadas por Juracy Magalhães, que havia conquistado os coronéis dos sertões indo diretamente ao encontro destes, organizaram as chamadas *caravanas autonomistas* pelo interior do Estado. Não foi possível, no entanto, reverter a base de apoio em favor do interventor, mas os resultados nas eleições de 1934 foram muito mais significativos que em 1933⁸⁶. A estratégia de divulgação da campanha autonomista serviu, também, para dar uma aura de heroísmo em torno do nome de Mangabeira, na avaliação de Paulo Fábio Dantas Neto⁸⁷, garantindo, ainda, a eleição de bancadas oposicionistas de deputados federais e de constituintes estaduais bem mais expressivas.

Em 1934, a oposição elegeu 13 dos 42 constituintes estaduais⁸⁸ e para deputado federal foram eleitos, contra 14 representantes do PSD, sete deputados da oposição⁸⁹: Octávio Mangabeira, João Mangabeira, Seabra, Pedro Lago, Pedro Calmon., Aloysio de Carvalho Filho e Luis Viana Filho.

Ao analisar o que constituiu o autonomismo baiano, Dantas Neto observou que o autonomismo acabou sendo reconhecido na história por sua dimensão de luta regional, “como um movimento para devolver a Bahia aos ‘bahianos’”⁹⁰. As divergências de ideais entre as correntes internas, que reunia conservadores, representantes do setor agro-exportador, jovens acadêmicos e liberais progressistas como João e Octávio Mangabeira, seriam contornadas pela presença deste último, de fato o grande líder da corrente autonomista responsável por manter a unidade e o equilíbrio do movimento⁹¹.

Do ponto de vista ideológico, tanto o PSD quanto o partido autonomista defendiam as mesmas plataformas políticas, voltadas para os problemas educacionais, os direitos das classes trabalhadoras e a posição da mulher na sociedade. Formados por integrantes das camadas mais altas da sociedade, ambos os grupos demonstravam, na

⁸⁵ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia: ..., p. 100

⁸⁶ SILVA, P. S. A volta do jogo democrático..., p. 90

⁸⁷ DANTAS NETO, Paulo Fábio. Espehos na Penumbra: o enigma soteropolitano: ensaio e bloqueio da autonomia política de Salvador (1947-1959). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1996. p. 161

⁸⁸ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p.102

⁸⁹ ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 6.049 (v. 4)

⁹⁰ DANTAS NETO, op. cit, p. 161-162

⁹¹ Ibid, p. 164

avaliação de Consuelo Sampaio estarem mais preocupados com a ascensão ao poder do que com os problemas sociais da Bahia⁹².

No que dizia respeito à campanha eleitoral, pode-se afirmar que, ao contrário do pleito de 1933, ela foi bastante acirrada. Seguindo a mesma estratégia adotada por Juracy Magalhães, as caravanas autonomistas deixaram de lado a tendência comodista de centrar a campanha no terreno das praças públicas da capital, alimentando-se da oratória dos palanques, para tomar o rumo do chão de terra e buscar o voto no interior. Talvez aí se tenha assistido a uma radical mudança nos paradigmas da forma de se fazer política na Bahia, onde, antes de Juracy Magalhães, apenas o ex-governador Góes Calmon havia se dignado a abandonar o comodismo do ambiente da capital para fazer campanha pelos sertões baianos. As caravanas partem para o interior, em 1934, argumentando a necessidade de conhecer de perto os problemas reais das terras isoladas da vasta Bahia⁹³.

As caravanas autonomistas percorreram várias cidades do Estado e alguns comícios organizados pelas oposições no interior ganharam ares de grandes acontecimentos, com representativa participação popular, devido, talvez, à presença carismática do grande líder baiano Octávio Mangabeira, que inclusive, emprestou seu nome à chapa da oposição⁹⁴.

Mobilizaram-se em torno da legenda *Governador Octávio Mangabeira* desde a juventude acadêmica, esta efetivamente mais alinhada com a oposição, até setores da classe trabalhadora⁹⁵.

⁹² SAMPAIO, Poder e representação..., p. 102

⁹³ LUCTA pela autonomia da Bahia (A) – Grande concentração das forças eleitorais do sudoeste bahiano. O Imparcial, Salvador, 28 set. 1934, p.1.; LUCTA pela autonomia da Bahia (A) – A recepção triunfal da caravana autonomista em Alagoinhas. O Imparcial, Salvador, 9 out. 1934, p. 1.; LUCTA pela autonomia da Bahia (A) – A Caravana Autonomista em Valença. O Imparcial, Salvador, 11 out. 1934, p. 1.; CAMPANHA Autonomista (A) – Parte hoje para Castro Alves a caravana chefiada pelo sr. Octávio Mangabeira. A Tarde, Salvador, 22 set. 1934, p.2.; CAMPANHA Autonomista (A) – A passagem triunfal dos “leaders” da “Concentração” pela zona sudoeste do Estado. A Tarde, Salvador, 04 out. 1934, p.2.;

⁹⁴ Idem

⁹⁵ A Ação Comerciária Autonomista foi uma destas entidades que apoiaram politicamente a Concentração Autonomista. Fundada pelo contador e político militante Raimundo Rocha, com o objetivo de congregar parte dos comerciantes em manifestações de apoio a Octávio Mangabeira, que retornava do exílio, após as eleições de 1934, Rocha rompeu com os autonomistas e aderiu ao governo de Juracy Magalhães, alegando que o PSD governista garantiria sua vitória, já que na disputa nas eleições suplementares ele estava ameaçado de perder o mandato, in SAMPAIO, Poder e representação..., 1992, pp. 168-169.

3.5 A suspensão de *A Tarde*

Embora não se tenha assistido à perseguição e deportação de jornalistas como ocorrera ao longo de 1932, alguns fatos marcaram o ano eleitoral de 1934, em especial a determinação da suspensão do jornal *A Tarde*, o maior vespertino da capital baiana, que ficou impedido de circular, por ordens da interventoria, no período de 18 a 28 de maio de 1934⁹⁶.

A suspensão do jornal ocorrera um dia depois de *A Tarde* denunciar em suas páginas a prisão e posterior deportação, no dia 16 de maio de 1934, de um médico assistente e de um estudante de Medicina, que teriam comprado e rasgado em público uma caricatura do interventor Juracy Magalhães. A caricatura fazia parte de uma exposição promovida pela Casa do Estudante em Salvador⁹⁷. O fato mereceu destaque na imprensa local e na imprensa do Sul, provocou o protesto da Associação Bahiana de Imprensa e foi levado à Assembléia Constituinte por intermédio dos parlamentares baianos Aloysio de Carvalho Filho e José Joaquim Seabra⁹⁸.

O jornal *A Tarde* voltaria a circular no dia 28 de maio de 1934 reproduzindo em suas páginas os protestos formulados em sua defesa e condenando a atitude antidemocrática do interventor. Constavam os protestos levados à Constituinte pelos deputados Aloysio de Carvalho Filho e J.J. Seabra, pelos professores da Faculdade de Medicina, o próprio protesto formulado pela direção de *A Tarde* contra o ato arbitrário e as repercussões do fato na imprensa carioca, merecendo em especial, o registro feito pelo jornal *O Globo*⁹⁹.

A Tarde vinha publicando artigos incisivos criticando a administração de Juracy Magalhães desde que o interventor declarou, em março de 1934, que a censura prévia estava suspensa na Bahia. A censura somente viria a ser abolida oficialmente no país com a promulgação do Decreto nº 24.776, de 14 de julho de 1934, assinado por Getúlio

⁹⁶ ACONTECIMENTOS que empolgam a cidade (Os) – A suspensão d’ *A Tarde*. O Imparcial, Salvador, 19 mai. 1934, p.1.; ACONTECIMENTOS que empolgam a cidade (Os) - A suspensão d’ *A Tarde* O Imparcial, Salvador, 22 mai. 1934, p.3.; ACONTECIMENTOS que empolgam a cidade (Os) - A suspensão d’ *A Tarde*. O Imparcial, Salvador, 23 mai. 1934, p.1 e p.3.; SUSPENSÃO da “*A Tarde*” (A) – Não renunciaremos ao compromisso de defender os interesses superiores da Bahia!. A Tarde, Salvador, 28 mai. 1934, p.3.; SUSPENSÃO da “*A Tarde*” (A) –.Demonstrações de alegria pelo reaparecimento. A Tarde, Salvador, 29 mai. 1934, p. 2.

⁹⁷ PROTESTAMOS. A Tarde, Salvador, 17 mai. 1934, p. 2.;

⁹⁸ O Imparcial, 19 a 27/05/1934

⁹⁹ SUSPENSÃO da “*A Tarde*” (A) – Não renunciaremos ao compromisso de defender os interesses superiores da Bahia!. A Tarde, Salvador, 28 mai. 1934, p. 3;

Vargas¹⁰⁰. Em uma declaração, reproduzida no *Diário da Bahia*, no mês de março, o interventor fez uma afronta direta aos seus opositores, convocando-os a assumirem de público as “infâmias” publicadas contra sua administração:

[...] O que posso afirmar aos meus adversários é que chegou a hora de comparecermos ante o Tribunal da opinião pública. Está suspensa a censura. Acompanhei o desdobramento natural da campanha detratadora feita contra mim através de pasquins e outras publicações anônimas, processos bem dignos de quem os utilizou. Desejo agora que seus inspiradores, fáceis aliás de identificar, venham com a responsabilidade dos seus nomes, pedir de público conta dos meus atos administrativos.

Não me defenderei de acusações como as que na Bahia se vive num regime de arrocho, sem liberdade, sem garantias, porque quanto a este ponto a opinião tem proferido o seu juízo pelo que vê. Estimarei, porém, que surja quem assuma a paternidade das infâmias ardilosamente espalhadas nas bancas de café e esquinas, transformadas em pelourinhos da honra alheia.

Dou-lhes licença a me ataquem a honestidade pessoal. Apareçam os acusadores e façam o sacrifício de abandonar o anonimato, porque hei de enfrenta-los com a segurança e a serenidade de um homem de honra. Venham que eu os espero!¹⁰¹

E foi o que *A Tarde* passou a fazer, bem como *O Imparcial*, que cederam os espaços de suas páginas à publicação de artigos, condenando a administração estadual e reproduzindo os discursos de Seabra e de Aloysio de Carvalho na Constituinte. Com a suspensão de *A Tarde*, verificou-se, no entanto, que o discurso do interventor quanto à censura não passava de pura retórica e o peso da mão da ditadura se fez sentir sobre o vespertino.

Outros dois episódios marcariam o ano de 1934. Na véspera do São João, dia 23 junho de 1934, sob ordens do interventor, algumas pessoas foram presas sob a acusação de estarem tramando um golpe, com o objetivo de assassinar o interventor, o delegado auxiliar Hannequim Dantas e o chefe de Polícia João Facó, soltar presos para ajudar no golpe e ainda assaltar uma agência do Banco do Brasil a fim de recolher fundos para consumir a ação.

Em carta datada de março de 1934¹⁰², endereçada a Getúlio Vargas, Juracy Magalhães já relatava ter conhecimento da organização de um movimento, que teria ações em diversos Estados e apontava o jornalista Ernesto Simões Filho com um dos

¹⁰⁰ ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 379 (v. 1)

¹⁰¹ APPAREÇAM os acusadores. *Diário da Bahia*, Salvador, 03 mar. 1934., p. 1.

¹⁰² ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV c 1934.03.07/1. Data: 07/03/1934

articuladores do plano rebelde, tendo como cabeça da conspiração Antonio Cavalcanti Mello. A existência de uma conspiração seria confirmada em outra carta enviada por Getúlio Vargas em resposta a Juracy Magalhães:

Acuso recebimento de sua carta do 7 do corrente, informando-me sobre a situação política e administrativa do Estado e sobre a preparação aí de um plano rebelde, com articulações noutras partes do país.

Os informes que possuo confirmam o que me diz relativamente a essas articulações. Confio muito na sua atuação e sei que, no momento preciso, agirá com decisão e eficácia. Cumpro observar bem a marcha da conspiração, para uma vez certo do que se prepara, não permitir que ela continue, entrando em ação sem aguardar-lhe o desfecho. Quando julgar oportuno, deve tomar medidas enérgicas, excluindo da Força Pública, de preferência pela reforma, os oficiais suspeitos, convidando os principais responsáveis civis a deixar o estado e verificando, também, se há militares cujo afastamento se torne necessário, para transmitir-me logo seus nomes. Convém, finalmente, trazer-me ao corrente do que for apurando, a fim de melhor controlarmos as informações colhidas noutras partes do país [...]¹⁰³.

Em abril, Juracy escreve novamente a Getúlio repassando-lhe um relatório atualizado da conspiração e informando-lhe a preparação de batalhões no interior com vistas a enfrentar uma possível rebelião. Outras correspondências trocadas entre o Palácio do Catete e o interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, confirmam a articulação de um movimento armado, envolvendo oposicionistas e governistas com vistas a depor Getúlio Vargas e interventores¹⁰⁴. O movimento, no entanto, foi sufocado, mantendo o curso dos acontecimentos com a eleição de Getúlio e os interventores, respectivamente, presidente e governadores constitucionais.

Em discurso, no dia 27 de junho, na Assembléia Nacional Constituinte, o deputado Aloysio de Carvalho Filho contestou as informações que teriam sido divulgadas pelo interventor por Juracy Magalhães envolvendo-o, juntamente com outros políticos baianos, na tentativa de golpe. Em seu discurso, o orador classifica as suspeitas do interventor baiano de fantasiosas e faz sua defesa¹⁰⁵. Na mesma ocasião, J.J. Seabra ocupou a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para declarar que “o interventor

¹⁰³ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV. 34.03.16. Data: 16/03/1934

¹⁰⁴ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV. 34.04.05. Data: 05/04/1934

¹⁰⁵ INTENTONA (A) – Discurso proferido pelo deputado Aloysio de Carvalho Filho, na sessão de 27 de junho da Assembléia Nacional Constituinte. *O Imparcial*, Salvador, 05 jul. 1934, p. 1.

na Bahia forjou, forjicou uma conspiração ridícula, muito sem sentido, muito sem termo, para ver se consegue empolgar, agarrar na rede da conspiração os políticos que aqui estão”¹⁰⁶

A *Tarde* trataria da suposta sedição de São João com o mesmo desdém, classificando-a, em artigo publicado em julho, de *A farsa de 23 de junho*¹⁰⁷. O episódio deixou de ser noticiado pela imprensa passados os primeiros dias do ocorrido. O *Diário da Bahia*, jornal politicamente alinhado à interventoria, narrou em detalhes os fatos ocorridos na noite de São João. De acordo com a matéria jornalística, o golpe teria falhado porque um oficial da força pública que era membro da missão teria sido internado e foi impedido de deixar o quartel. Antes disso os articuladores da sedição foram alertados, mas a polícia os prendeu. A reportagem evita citar os nomes dos políticos que teriam se envolvido na tentativa de golpe contra o interventor:

Esteve prestes a estalar, ontem, nesta capital, um movimento sedicioso, dirigido pelo sr. Cavalcanti Mello, indivíduo que se tem singularizado como conspirador crônico e inimigo inveterado da ordem pública. [...] O governo, tendo conhecimento seguro da preparação de um movimento sedicioso [...]. Deveria irromper por todo o território nacional, mas várias vezes foi adiado pelos demais membros políticos da organização. Porém, Cavalcanti Melo resolveu agir por conta própria. [...] O movimento irromperia às 9 horas, precisamente, quando a cidade estivesse no auge da alegria e toda entregue aos festejos comemorativos da data (noite de São João). Seria um golpe de surpresa, fator realmente decisivo para a vitória [...]¹⁰⁸

O ano de 1934 acabaria com uma agressão contra o acadêmico de Medicina Joaquim Câmara¹⁰⁹, que durante uma cerimônia festiva em um navio que estava ancorado em Salvador teria esbarrado com o interventor, o que gerou um tumulto e acabou, posteriormente com o estudante sendo espancado. *A Tarde* noticiou os fatos saindo em defesa do estudante e apontando “a polícia dos invasores da Bahia” como responsável pelo ato bárbaro. No dia seguinte, foi a vez de o jornalista Ernesto Simões Filho ser alvo da violência praticada por indivíduos desconhecidos e dos quais também

¹⁰⁶ INTENTONA (A) – Discurso proferido pelo Deputado J.J. Seabra na sessão de 27 de junho, da Assembléia Nacional Constituinte. *O Imparcial*, Salvador, 06 jul. 1934, p. 1.

¹⁰⁷ FARÇA de 23 de junho (A). *A Tarde*, Salvador, 26 jul. 1934, p. 2.

¹⁰⁸ MÁFIA política sedenta de sangue. *Diário da Bahia*, Salvador, 24 jun. 1934, p. 1.

¹⁰⁹ VANDALISMO dos invasores toca ao auge (O). *A Tarde*, Salvador, 14 dez. 1934, p. 1.

foi vítima o irmão dele, Antonio Simões¹¹⁰. Mais uma vez o atentado foi atribuído a grupos ligados ao interventor e mereceria o seguinte comentário do deputado Octávio Mangabeira: pelas “[...] amarguras indizíveis, a que está condenada a Bahia, há um responsável principal: o sr. Getúlio Vargas. Guarde o povo baiano este nome na memória da sua maldição”¹¹¹

Jamais ficou provado que Juracy Magalhães tenha sido o responsável pelas agressões praticadas naquele final de 1934, mas não restam dúvidas de que os fatos estavam diretamente relacionados ao governador, de sorte que fortaleciam os indícios de que as violências foram praticadas por pessoas ligadas à sua administração. Vale ressaltar que Juracy mantinha pessoas muito próximas de sua confiança à frente de órgãos importantes como a secretaria de segurança pública, que à época era a Chefia de Polícia, cujo representante era o capitão Facó, companheiro de Juracy nas lides revolucionárias.

Dois integrantes do grupo político de Juracy Magalhães naquela época, Manuel Novais e Clemente Mariani¹¹², isentariam, em depoimentos feitos anos depois do episódio o então governador da responsabilidade nos dois casos, em especial, no que diz respeito a Simões Filho. Mas o fato é que Simões Filho exploraria politicamente o episódio e isso passaria para a história como mais um reforço ao perfil truculento que era atribuído a Juracy Magalhães.

3.6 As surpresas da campanha eleitoral

Em 17 julho de 1934, após um período de intensas negociações, o chefe do Governo Provisório era eleito Presidente Constitucional do Brasil. Como parte das pressões sofridas pelo chefe do Governo Provisório e como resultado das árduas

¹¹⁰ AFFRONTANDO a sociedade bahiana – Depois do espancamento do estudante, agentes policiaes tocaiam e aggridem o director da “A Tarde” e seu irmão dr. Antonio Simões . A Tarde, Salvador, 15 dez. 1934, p. 1.

¹¹¹ AFFRONTANDO a sociedade bahiana – Depois do espancamento do estudante, agentes policiaes tocaiam e aggridem o director da “A Tarde” e seu irmão dr. Antonio Simões . A Tarde, Salvador, 15 dez. 1934, p. 1. A declaração de Octávio Mangabeira vinha no alto da página, abrindo o texto da reportagem, em letras destacadas dentro de um quadro.

¹¹² MANUEL Novais (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1984. Fita 1-B. Código E-280; e CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 5-B

negociações travadas no cenário nacional, destaca-se a abolição da censura à imprensa (em 14/7/1934, Decreto nº 24.776), que foi precedida da concessão de anistia para os exilados políticos do país (Decreto nº 24.297, de 28 de maio de 1934)¹¹³. A imprensa baiana não deixou de registrar a grande jogada política do chefe do Governo Provisório que foi vista como um golpe astucioso, deliberado a poucos dias de sua eleição constitucional¹¹⁴.

A elegibilidade dos interventores fora aprovada em 5 de junho de 1934, provocando a reação da imprensa baiana contrária ao interventor Juracy Magalhães¹¹⁵. Desde o início de maio de 1934, no entanto, a imprensa aliada ao chefe de governo no estado já propagandeava a sua candidatura a Governador Constitucional¹¹⁶.

Simões Filho visitou a Bahia no dia 4 de julho de 1934 e anunciou a reorganização do antigo Partido Republicano e a preparação de uma frente única para enfrentar a disputa eleitoral que se aproximava:

[...] A nota oficiosa que os “leaders” do Partido fizeram publicar à semana passada, que a imprensa livre desta capital divulgou, fixa as nossas diretrizes: mantemos o nosso quadro partidário, mas estamos principalmente decididos a estabelecer alianças com todas as correntes políticas que à sombra da mesma bandeira, sob o lema – deshummilhemos a Bahia – quiser formar ao nosso lado para a campanha mais nobre que já terão homens políticos aqui pelejado e a que só serão indiferentes os baianos infelizes, a raça maldita dos interesseiros e dos desfibrados¹¹⁷.

O acordo para a constituição de uma frente única, ideal que foi tentado e somente tardiamente alcançado nas eleições de 1933, começou a ser elaborado no início de julho, a partir de um encontro que reuniu J.J. Seabra, João Mangabeira, Pedro Lago, Muniz Sodré, Simões Filho e outros políticos baianos. Na ocasião, ficou acertada a elaboração de programa de ação: “[...] O público espera, então, o movimento de opinião que se fará na Bahia, no sentido de prestigiar a atuação dos seus líderes, que levantam a bandeira da autonomia baiana, reivindicando para os baianos o direito de se dirigirem a si mesmos [...]”¹¹⁸

¹¹³ ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 379 (v. 1)

¹¹⁴ APROVADA a elegibilidade dos interventores. *O Imparcial*, Salvador, 06 jun. 1934, p. 1.

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ CONTINUA de pé a candidatura Juracy Magalhães. *Diário da Bahia*, Salvador, 04 mai. 1934, p. 1.

¹¹⁷ GRANDE campanha política em preparativo (Uma). *O Imparcial*, Salvador, 04 jul. 1934., p. 1.

¹¹⁸ LUTA em perspectiva na Bahia (A). *O Imparcial*, Salvador, 05 jul. 1934, p. 1.

Da mesma forma, a partir do mês de julho começam a ser publicadas em *O Imparcial*, vinhetas na primeira página, convocando os eleitores a se alistarem ou com dizeres tais que: “Quem não for eleitor perde o direito de cidadão brasileiro”¹¹⁹. Estava proposto o desafio de uma nova batalha eleitoral nas urnas e cabia todo o esforço possível para levar os eleitores a se cadastrarem perante a Justiça Eleitoral o que asseguraria o maior número possível de votantes nas eleições que aconteceriam em 14 de outubro de 1934.

As vinhetas que estiveram presentes nas páginas de *O Imparcial* durante a campanha revelam uma outra faceta do momento político da época que era a questão da orientação do eleitor sobre seus direitos e deveres para com a nação. Dentre as diversas orientações dirigidas ao eleitorado, uma delas dizia respeito ao voto secreto, uma conquista introduzida pelo Código Eleitoral de 1932, como o exemplo que segue:

Baiano:

O voto é secreto. Ninguém, só a tua consciência, saberá em quem depositas as tuas esperanças. Lembra-te que votar com a legenda “Governador – Octávio Mangabeira” é votar pela descravização da Bahia, é votar naqueles que vão fazer a Constituição do Estado.¹²⁰

Outra vinheta dizia:

Baianos:

O voto é secreto. Ninguém saberá em que chapa votareis. No gabinete indevassável estais sozinho, com a vossa consciência. Nem o chefe, nem o patrão, nem o superior poderá descobrir o vosso sufrágio. Votai coma chapa da “Concentração Autonomista”. Fechai os ouvidos às ameaças do governo. Votai com a Bahia¹²¹

Em comparação com as eleições de 3 de maio de 1933, o apelo cívico surtiria efeito levando às urnas um número bem mais significativo de eleitores. Considerando a soma dos votos computados pela Justiça Eleitoral, num total de 148.158¹²², em 1934, podemos concluir que o número de eleitores a registrar o seu voto foi 2,3 vezes maior do que no ano anterior, quando foram apurados 62 mil votos em todo o Estado¹²³. Isto

¹¹⁹ BAIANO. *O Imparcial*, Salvador, 04 jul. 1934, p. 3.

¹²⁰ BAIANOS. *O Imparcial*, Salvador, 12 out. 1934, p.3.

¹²¹ Idem

¹²² SAMPAIO, Poder e Representação: O legislativo da Bahia..., p. 162

¹²³ APPURAÇÃO eleitoral neste Estado. *Diário da Bahia*, Salvador, 24 jun. 1933, p. 1.

revela que a campanha polarizada entre juracistas e autonomistas conseguiu empolgar bem mais o eleitorado baiano.

Com a chegada de Octávio Mangabeira em 10 de agosto de 1934, a campanha autonomista, já a esta altura em plena atividade, ganhou o impulso que faltava para a disputa eleitoral. Um dos marcos do início da campanha foi a organização de uma grande recepção em homenagem ao ex-chanceler baiano no seu retorno à Bahia, cujos preparativos antecederam em muito a sua chegada¹²⁴. Dias depois, como uma espécie de rememoração ao incidente de 22 de agosto de 1932, quando 514 estudantes e professores da Faculdade de Medicina foram presos após uma manifestação em apoio a São Paulo, um grande comício foi organizado pela Ação Acadêmica Autonomista, no largo da Sé¹²⁵. Daí por diante os comícios ocorreram por toda a parte e as caravanas autonomistas passaram a visitar as cidades do interior do Estado divulgando a campanha em prol da “deshumilhação” da Bahia.

Comícios apoteóticos tiveram lugar em cidades importantes à época, a exemplo de Santo Amaro, onde Octávio Mangabeira foi recebido por uma numerosa multidão¹²⁶, Ilhéus¹²⁷, Bomfim (a Caravana do Sertão)¹²⁸, Cachoeira, Castro Alves, Jacobina, Morro do Chapéu¹²⁹. As caravanas partiram em várias frentes levando especialmente os representantes políticos de cada região. Assim, enquanto Octávio Mangabeira visitava Castro Alves, passando por Cachoeira, Luis Viana Filho, representante político da região do São Francisco e nordeste baiano visitava Jacobina e Bomfim. Dessa forma, promoveu-se uma intensa campanha, bem mais incisiva que a que se assistiu no pleito de 1933.

Os líderes da Concentração Autonomista também visitariam o sudoeste, passando por Jequié, Mutuípe e Conquista. A campanha não se processou sem que houvesse denúncias de violência de toda ordem. Assim, os autonomistas denunciariam nas páginas de *A Tarde* a tentativa de esvaziar uma concentração popular em favor dos

¹²⁴ CAMPANHA Autonomista (A) – A recepção do sr. Octávio Mangabeira na F. de Direito. *A Tarde*, Salvador, 18 ago. 1934, p. 2

¹²⁵ Idem. Neste dia é divulgado convite da Ação Autonomista Baiana convocando a população a participar do ato público.

¹²⁶ LUTA pela autonomia da Bahia (A) – Um dia de grande vibração cívica em Santo Amaro. *O Imparcial*, Salvador, 11 set. 1934, p. 1.

¹²⁷ CAMPANHA Autonomista (A) - Manifestações ao sr. Simões Filho em Ilhéus e Caravellas. *A Tarde*, Salvador, 05 set. 1934, p. 2.

¹²⁸ CAMPANHA Autonomista (A) A viagem triunfal da Caravana do Sertão – Grandes festas em Bomfim. *A Tarde*, Salvador, 21 set. 1934, p. 2.

¹²⁹ CAMPANHA Autonomista (A) – Parte hoje para Castro Alves a caravana chefiada pelo sr. Octávio Mangabeira. *A Tarde*, Salvador, 22 set. 1934, p. 2

autonomistas, em Santo Antônio de Jesus, onde jagunços teriam disparado contra a multidão a fim de dispersá-la, no momento em que Octávio Mangabeira se preparava para discursar. Da mesma forma é denunciada em Barreiras a ação de integrantes da Força Pública, sob a chefia do coronel e prefeito municipal Abílio Volney, que teria rechaçado a caravana autonomista a tiros de fuzil, impedindo a propaganda eleitoral da oposição¹³⁰.

Nos dias que antecederam a votação na capital, foram programados comícios diários em vários bairros, encerrando, no dia 11 de outubro de 1934 com uma grande concentração no Cruzeiro de São Francisco com a presença do líder Octávio Mangabeira, J.J. Seabra, Aloysio de Carvalho Filho, Moniz Sodrê, Nestor Duarte e Ruy Penalva. Na ocasião, *A Tarde* também denunciava práticas de irregularidades patrocinadas pela administração pública com o envio de recursos para as municipalidades às vésperas das eleições, a título de recursos para “melhoramentos públicos”¹³¹.

O comício que marcou o encerramento da campanha autonomista, classificado de “comício-monstro” pelos jornais *O Imparcial*¹³² e *A Tarde* levou uma multidão ao Cruzeiro de São Francisco para ouvir as lideranças da oposição. Após os discursos, os oradores se incorporaram à multidão e na passagem pela Rua do Colégio eles foram recebidos por onde passavam com palmas e flores “fazendo do desfile uma apoteose de glorificação”. A passeata dispersou-se após lançar “vivas à Concentração e à Bahia”¹³³.

O cenário tranqüilo que Juracy Magalhães enfrentou em 1933, quando as oposições foram, no máximo, barulhentas, no sentido de alardear protestos, apresentava em 1934 novas nuances e o domínio do processo eleitoral lhe escorria de certa forma das mãos. Juracy teve que enfrentar adversários fortes e muito mais combativos, em um clima de participação popular que não se assistiu nas eleições antecedentes. Desta forma, após iniciados os trabalhos de apuração dos votos, o chefe de governo da Bahia seria obrigado a escrever ao presidente Getúlio Vargas informando a revisão dos prognósticos iniciais:

¹³⁰ VIOLÊNCIAS em Barreiras – A Força Pública, armada de fuzil, atira contra os autonomistas. *A Tarde*, Salvador, 04 out. 1934, p. 2.; tiroteio DE Santo Antonio de Jesus (O). *A Tarde*, Salvador, 08 out. 1934, p. 1

¹³¹ DINHEIRO a rodo para a cabala eleitoral – O Tesouro remette centenas de contos aos prefeitos. *A Tarde*, Salvador, 08 out. 1934, p. 1

¹³² LUTA pela autonomia da Bahia (A) – A nossa capital vibrou, hontem, numa apoteose de civismo. *O Imparcial*, Salvador, 12 out. 1934, p. 1.

¹³³ COMMÍCIO monstro (O) – Uma assembléia immensa e vibrante acclamou a bandeira autonomista. *A Tarde*, Salvador, 12 out. 1934, p. 2

Tendo informado a Vossa Excelência que esperava só fizesse a oposição aqui cinco deputados federais e dez estaduais e como as apurações me têm trazido algumas surpresas desagradáveis, venho modificar meu prognóstico para sete e treze deputados, respectivamente, para a Câmara Federal e Constituinte Estadual.

Confesso a Vossa Excelência que tais resultados muito me aborreceram. Foram uma confirmação das incoerências democráticas Pleito livre e secreto, exercido por um eleitorado mais ou menos inculto, será sempre uma incógnita.

Penso que o ocorrido na Bahia se reproduziu, mutatis mutandis, nos demais estados.

Como demonstração da falta de espírito prático do eleitor, no exercer o direito de voto, bata referir a Vossa Excelência que perdi as eleições em Alagoinhas e Bomfim, onde foram relevantes os serviços públicos prestados por meu governo, e tive votação quase unânime em outros, nos quais minha ação administrativa poucos benefícios proporcionou às populações locais.

Do outro lado, o Sul do Estado, Ilhéus à frente, redimido economicamente pela Revolução através do Instituto do Cacau, assegurou ao governo uma maioria esmagadora. São as incoerências políticas desafiando a perspicaz observação dos sociólogos...

Apesar dos imprevistos e aborrecimentos a vitória do Partido Social Democrático foi incontrastável. [...]¹³⁴

O PSD de Juracy receberia 58,13% dos votos contra 31,84% da chapa Governador Octávio Mangabeira nas eleições de 14 de outubro de 1934, elegendo 29 deputados contra 13 da oposição para a Constituinte Estadual. Outras agremiações políticas participaram do pleito (*Aliança Trabalhista, Comércio e Trabalho, Integralismo, Proletários, Uni-vos*), mas tiveram votação inexpressiva. Conforme observa Consuelo Novais Sampaio, o Código Eleitoral vigente à época permitia que um grupo de apenas 100 eleitores registrasse a lista de seus candidatos no Tribunal Regional Eleitoral. De todas estas, a única agremiação que subsistiu à eleição de 1934 foi o Partido Integralista, que viria a desafiar a hegemonia do partido governista¹³⁵.

Antes mesmo da instalação da Constituinte Estadual Juracy havia conseguido atrair para a sua bancada três candidatos eleitos pela legenda *Governador Octávio Mangabeira*: Duarte Júnior, Fábio Costa e Raimundo Rocha. Duarte Júnior, grande proprietário e político tradicional no Recôncavo, alegou a inconsciência ideológica da Concentração Autonomista como razão para se desligar da mesma.

¹³⁴ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV. 11.13. Data: 13/11/1934

¹³⁵ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p. 163

O coronel Fábio Costa, também grande proprietário e filho do coronel Frederico Costa, declararia que seu nome fora incluído na chama dos autonomistas à sua revelia e que o seu prestígio teria sido usado pelo grupo, ao mesmo tempo em que o desprestigiavam. Raimundo Rocha que era contador, havia sido responsável por congregar parte dos comerciários a *Ação Comerciaria Autonomista*, da qual se tornou presidente. Também se queixava de não ter sido prestigiado pela Concentração Autonomista e aderiu ao PSD para garantir, também, seu mandato nas eleições suplementares. A bancada do PSD também sofreria uma mudança com a substituição, no dia 6 de maio de 1935 do candidato Humberto Pacheco Miranda pela deputada Maria Luiza Bittencourt, que seria a primeira mulher a ocupar uma vaga no Legislativo baiano¹³⁶.

A Assembléia Constituinte baiana foi instalada em solenidade ocorrida o dia 23 de abril de 1935, sob o comando do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Ezequiel Pondé. Na ocasião, foi eleita a mesa diretora, sendo presidida pelo deputado do PSD Manuel Correia de Menezes. O primeiro ato da mesa foi conduzir a eleição para governador do estado e senadores federais. A eleição do governador constitucional foi o primeiro ato realizado pela Constituinte estadual. Juracy Magalhães concorreu como candidato único. A bancada da oposição se retirou do plenário “a fim de não concorrer, nem com o voto contrário, com o golpe que se vai desferir contra a Bahia”. Octávio Mangabeira¹³⁷.

Juracy Magalhães considerou que o mandato que lhe foi conferido, apesar de sua eleição para governador constitucional ter se dado pela via indireta, tinha características de eleição direta. Seu argumento era que ao orientar os eleitores a escolherem seus representantes no Legislativo estadual havia feito a recomendação expressa que, escolhendo um nome do PSD, o eleitor estaria votando nele para governador, procedimento que teria sido também adotado por Octávio Mangabeira¹³⁸.

Após a eleição para governador, foi realizada a escolha dos representantes baianos para o Senado. Juracy Magalhães havia indicado dois nomes, João Pacheco de Oliveira e Antônio Garcia de Medeiros Neto, antigos rivais na política. Com base em acordo prévio, ambos deveriam receber a mesma quantidade de votos, cabendo depois, por sorteio, decidir a quem caberia o mandato de quatro ou de oito anos. Pacheco de

¹³⁶ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p. 167-169

¹³⁷ Ibid, p. 164 -165

¹³⁸ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 85

Oliveira, conforme revelou Juracy Magalhães, teria recomendado a seus aliados que votassem nele, obtendo assim a maioria e o mandato de oito anos. No momento em que foi consultado por Getúlio Vargas para recomendar um nome para presidir o Senado, Juracy optaria por Medeiros Neto. A esta altura, Juracy já havia indicado Marques dos Reis para ministro da Viação e Obras Públicas do governo Vargas¹³⁹.

Se a batalha eleitoral foi conquistada com algum esforço e se o interventor esteve desapontado com o fato de não ter obtido os resultados almejados no início da campanha de 1934, o fato é que ele se manteve à frente do governo estadual tocando a sua obra administrativa dentro da mesma linha de ação adotada desde o início da sua gestão como interventor.

Se por um lado o governador Juracy Magalhães conseguiu colecionar resultados abonadores do ponto de vista administrativo e econômico para a Bahia, no campo político ele viria a enfrentar novos dissabores com o aparecimento de novos inimigos contra os quais procurou agir com a mesma disposição repressora que havia até então adotado quando se tratava de enfrentar seus opositores mais combativos. Estamos no tempo de duas “ameaças”: de um lado o comunismo, bandeira do movimento da Aliança Nacional Libertadora, e de outro o integralismo da Ação Integralista Brasileira, que muitos dissabores trariam ao governador Juracy Magalhães.

¹³⁹ MAGALHÃES, *Minhas memórias...*, p. 77-78

4 NO VÁCUO DE IDEOLOGIA: DUAS CORRENTES ANTAGÔNICAS

Com o retorno do país à via democrática após as eleições constitucionais de 1934, que, além de legalizar o mandato de Getúlio Vargas, no plano federal, e de Juracy Magalhães, no plano estadual, também representou o sepultamento definitivo da República Velha, novos desafios seriam postos aos governantes. Estamos diante do surgimento de duas novas correntes políticas antagônicas, que ganharam impulso no Brasil da década de 30: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A primeira, de ideologia fascista e a segunda, comunista. Na Bahia, ambas as correntes foram responsáveis por proporcionar desgastes políticos ao governador Juracy Magalhães, como veremos a seguir.

O surgimento dos dois movimentos refletem, tanto na avaliação de Raymundo Faoro¹ quanto na de Thomas Skidmore², a crise do movimento liberal após a Revolução de 30. Faoro sustenta que o movimento da Aliança Liberal, que teve o papel de desarticular a chamada política dos governadores, ao assumir o poder, apenas se limitou a promover mudanças de caráter eminentemente político, como o voto secreto e a implantação do Tribunal Eleitoral, encarregado de supervisionar o processo eleitoral. Na prática, São Paulo e Minas Gerais continuariam a exercer o comando da República renovada³.

O processo revolucionário que culminaria com a elaboração da nova Constituição Federal, em 1934, resultaria numa reorganização política que esvaziaria as pretensões dos diversos grupos políticos que tiveram papel ativo no processo revolucionário de 30. A formalização do novo sistema político, em 1934, resultou,

¹ FAORO, Raymundo. Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. p. 679-700

² SKIDMORE, Brasil: de Getúlio a Castelo..., p.32-61.

³ FAORO, id., p. 687.

portanto, no enfraquecimento das linhas políticas produzidas pela Revolução de 1930, que, a esta altura, estavam superadas “por um novo gênero de ativismo político. A política no Brasil, como na Europa no começo da década de 1930, marchava para a radicalização”⁴.

O integralismo da AIB e o comunismo da ANL foram, conforme observa Skidmore, os primeiros movimentos políticos nacionais de orientação ideológica mais radical: “Os elementos da descosida Aliança Liberal, que haviam feito a Revolução de 30, não passavam de políticos locais, unidos apenas pelo desejo comum de derrubar a estreita elite governante da República Velha. Agora, tinham sido eclipsados por movimentos nacionais mais ambiciosos, mais disciplinados, de bases mais amplas e mais radicais”⁵.

A AIB foi criada em 1932 por iniciativa de Plínio Salgado. O movimento propagava idéias nacionalistas, defendia um Estado forte e altamente centralizador e tinha como slogan *Deus, Pátria e Família*. A AIB tinha características de um partido político e defendia um programa de inspiração fascista com o objetivo de implantar um estado corporativo sindical. Os integralistas, na avaliação de Raymundo Faoro, colheriam o legado deixado pela direita nacionalista da década de 20⁶.

No lado contrário estava a Aliança Nacional Libertadora⁷ (ANL), criada em 1935 e mantida pelo Partido Comunista, que buscava reunir, sob uma frente revolucionária e antifascista, operários, pessoas oriundas da classe média e das Forças Armadas. O avanço destas duas facções políticas e a simpatia que elas despertaram entre brasileiros de todas as classes sociais assustaram a elite e surpreenderam o governo, que não contava com tal projeção desses movimentos. Em todo caso, cabe observar que o radicalismo esquerdista não constituía uma ameaça real. O temor de uma revolução comunista seria habilmente usado como manobra política para a conquista do poder por Getúlio Vargas⁸, com a conivência das Forças Armadas, conforme será

⁴ SKIDMORE, op. cit., p. 40-41

⁵ Ibid., p.42

⁶ FAORO, Os donos do poder..., p. 699. Sobre o integralismo, ver também: BARROS, Alberto da Rocha. *Que é fascismo?*, Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

⁷ A Aliança Nacional Libertadora, criada pelo Partido Comunista em março de 1935 e que tinha como presidente de honra o ex-tenente Luis Carlos Prestes, defendia a luta contra o fascismo, o imperialismo e o latifúndio e reunia inúmeros simpatizantes do meio político da época. SILVA, Hélio. *A revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

⁸ FAORO, op. cit., p.699

explicitado posteriormente, quando da abordagem da preparação para o golpe de estado de 1937.

O discurso integralista conquistou adeptos nos mais variados níveis da sociedade, dentre os quais podem-se citar personalidades que tinham um papel importante na vida nacional enquanto funcionários do alto escalão do governo, políticos e até membros da igreja⁹. “A nova classe média, sem papel político na sociedade, desdenhada pela classe dominante, sente no credo verde a oportunidade de ajustar-se ao Estado, que a banira, durante quarenta anos, como parasitária e improdutiva”¹⁰, sublinharia Faoro, que acrescentaria a estes fatores, o pânico do comunismo.

O advogado e economista baiano Rômulo Almeida, que ocuparia postos importantes da administração pública nacional e a direção de grandes empresas públicas brasileiras até os anos de 1980, foi, na sua juventude, um adepto do integralismo. Na década de 1930, ele era tido entre os integralistas como “um líder que tinha futuro”, chegando até a dirigir um jornal pertencente à AIB, em Belo Horizonte¹¹.

A experiência de Rômulo Almeida, reconstituída em um depoimento prestado por ele ao Núcleo de História Oral da Fundação Getúlio Vargas¹², é reveladora do ambiente político que vicejava naqueles anos de 1930 e agitava a juventude da época. Simpatizante da Revolução de 30, ele revelou que chegou a se oferecer como voluntário ao capitão Agildo Barata, em Alagoinhas, para lutar ao lado das forças rebeldes, por volta do dia 22 e 23 de agosto, quando o movimento revolucionário caminhava para encerrar sua jornada.

Consagrada a vitória revolucionária, mas diante da demora para que o processo constitucional fosse restabelecido, Almeida se posicionaria ao lado dos estudantes baianos que deram apoio à Revolução Constitucionalista de 1932. Neste período, ele revelou que partilhava o ideal da juventude do seu tempo: a de que era preciso que eles

⁹ - O exemplo mais significativo de engajamento de um membro da Igreja Católica com os integralistas é D. Hélder Câmara, conhecido principalmente por seu papel à frente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e posteriormente como arcebispo de Recife e Olinda, ocasião em que assumiu uma postura crítica contra a ditadura militar implantada no Brasil a partir de 1964; mas, na juventude, D. Helder Câmara foi um simpatizante do integralismo. Citado por MARIN, Richard. *Un itinéraire singulier dans le catholicisme brésilien*. Ver: MATTOSO, Katia de Queiroz (org.). *Mémoires et identités au Brésil*. Université de Paris IV: Institut de Recherches sur les Civilisations de l'Occident Moderne/ Centre d'Études sur le Brésil/ l'Harmattan, 1996. p. 147-166.

¹⁰ FAORO, id., p. 699

¹¹ ALMEIDA, Aristeu et. al.. *Rômulo: o construtor de sonhos*. Salvador: Conselho Regional de Economia, 1995. p. 10.

¹² RÔMULO Almeida (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1934. Fita 1-A.

fizessem a sua própria revolução no Brasil. Como ele mesmo observou, tratava-se de uma idéia vaga, sem maiores convicções ideológicas.

Nesta época, em busca de uma ideologia que se ajustasse às suas aspirações, Rômulo Almeida chegou a ler autores marxistas. Mas a idéia do internacionalismo comunista lhe “parecia falsa”, conforme observou. Ele simpatizava apenas com a proposta de combater o imperialismo. Em meio à grande confusão ideológica em que se encontrava, estando no Rio de Janeiro, desempregado, chegou a freqüentar algumas reuniões da Aliança Nacional Libertadora, da qual falaremos a seguir. Mas essas reuniões lhe davam “uma sensação de irrealismo, de alienação”.

Com uma formação política que ele próprio classifica de “inquieta”, Rômulo Almeida acabou entrando em contato com alguns integralistas, entre eles, o padre Hélder Câmara. A partir do contato com grupos ligados à linha católica do Centro Dom Vital, ele acabou se inscrevendo no integralismo, dentro de uma linha sindical, a *Boitató*, que era, segundo ele, uma linha sindical nacionalista, muito ligada a pessoas que vinham da Semana de Arte Moderna de 1922, de onde havia emergido Plínio Salgado, e também ligado aos escritores Oswald e Mário de Andrade.

Daí passei dois anos nesse negócio, que foi uma experiência bastante interessante, mas sempre um grande conflito do nosso grupo todo com o negócio da milícia. Fiz muito trabalho no interior de Minas... cheguei a me filiar, fiz muita campanha e a nossa esperança era, em 37, a gente ter um grande resultado parlamentar [...]¹³

O idealizador e líder da AIB, o escritor Plínio Salgado, ingressou na política como membro do Partido Republicano Paulista (PRP) e, em 1929, foi um dos partidários da candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República. Mas, após a vitória de Vargas, afastou-se do grupo político deposto do poder e colocou em prática os planos para criação da AIB, que foi lançada em São Paulo em 1932 e teve uma projeção rápida, com a criação de várias ramificações nos estados.

Os núcleos integralistas que se espalharam pelos estados brasileiros tinham o objetivo de difundir as idéias contidas no “Manifesto Integralista”, elaborado por Plínio Salgado, e atrair novos adeptos. Um ano depois da sua criação, a AIB já contava com uma verdadeira rede instalada nas principais cidades do país. Para atrair novos

¹³ RÔMULO Almeida (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1934. Fita 1-A..

simpatizantes, a AIB promovia reuniões e encontros, tais como conferências e debates, congressos e marchas públicas, quando os afiliados se apresentavam uniformizados.

O primeiro congresso da AIB ocorreu em Vitória do Espírito Santo, entre 28 de fevereiro e 1º de março de 1934, quando Plínio Salgado foi aclamado chefe nacional e os chefes provinciais foram eleitos comandantes gerais das milícias¹⁴.

A escalada da AIB atingiu um nível tal que, em 1935, quando o Governo Federal decretou a interdição da ANL e perseguiu os seus membros, Plínio Salgado, enquanto simpatizante do governo, chegou a propor ao presidente da República, Getúlio Vargas, o reforço de “100 mil camisas verdes¹⁵ para lutar contra o comunismo”¹⁶. Esta atitude confirma também a tolerância do governo em relação aos integralistas, que mantinham um grupo paramilitar, protagonista de atos violentos ocorridos durante suas atividades – inclusive com vítimas fatais –, mas em relação aos quais o governo se mostrava indiferente, apesar das denúncias formuladas pela imprensa da época.

O crescimento surpreendente do integralismo no Brasil teve suas explicações em dois fatores distintos, segundo o cientista político Héglio Trindade¹⁷. De um lado, o movimento comandado por Plínio Salgado viria a preencher o vazio deixado pela Revolução de 30, diante da falta de definição ideológica por parte do Governo Provisório, enquanto, ao mesmo tempo, sua proposta nacionalista e altamente burocrática, com base no conceito de Estado-integral, marcada por rituais de iniciação e normas bastante rígidas, funcionaria como atrativo para conquistar novos milicianos.

Trindade revela que os ritos de iniciação ao integralismo começavam aos 4 anos de idade e prosseguiam até os 15 anos, organizando os chamados plinianos. O objetivo era promover a socialização ideológica das crianças com vistas a desenvolver sua personalidade e seu senso cívico, estimular a educação física e intelectual. Todo integralista com idade entre 16 e 42 anos era obrigado a inscrever-se na milícia integralista, que, além de organizar desfiles e promover a cultura física, também previa treinamento militar.

¹⁴ CARONE Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel. 1976, p. 209.

¹⁵ CARONE, id., p. 204-222; e ABREU, *Dicionário Histórico-biográfico...*, p.2807-2814 (v. 2). O integralismo chegou a ter uniforme próprio, aprovado pelo Ministério da Guerra em junho de 1934, que era composto de camisa verde, gravata preta, calça preta ou branca, casquete verde e sapatos, além do emblema do movimento, o sigma, aplicado no braço direito ou no casquete. Daí por que ficaram também conhecidos como os “camisas-verdes”.

¹⁶ SALGADO, 1937 apud CARONE, op. cit., p. 210

¹⁷ TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

O integralismo encontrou terreno fértil na mentalidade conservadora baiana e constituiu ao lado do autonomismo, sobre o qual discorreremos no capítulo anterior, uma das forças mais radicais de oposição ao chefe do governo baiano, Juracy Magalhães. Conforme observações do próprio Juracy Magalhães, “para meus adversários mais combativos, por exemplo, o caminho mais fácil era aderir à AIB, e este fato acabou me tornando o governador que mais aguerridamente lutou contra os integralistas”¹⁸.

O primeiro núcleo da AIB foi instalado na Bahia em 13 de junho de 1933 e se consolidaria em setembro deste mesmo ano. Em 1934, uma representação integralista concorreria às eleições de 14 de outubro para a escolha dos membros da Câmara Federal e da futura Assembléia Constituinte Estadual. No final das apurações, a legenda *Integralismo* obteve insignificantes 302 votos, ou 0,20% da votação naquele ano, em que mais uma vez o Partido Social Democrático (PSD), do interventor Juracy Magalhães, saiu-se grande vitorioso, obtendo quase 60% dos votos¹⁹.

O movimento penetrou, inicialmente, no meio operário, fazendo-se presente em sindicatos e associações de classe. A atuação da AIB não se limitaria, portanto, apenas ao ambiente das fábricas e sindicatos existentes à época, conforme revela Consuelo Sampaio, suas atividades eram constantes e incluíam, ainda, a realização de atos públicos, como comícios, concentrações esportivas, exibição de filmes e publicações.

As visitas à Bahia de Plínio Salgado, chefe nacional do integralismo no Brasil, em 1933 e 1935, foram decisivas para impulsionar o alastramento da AIB no Estado e garantir novas adesões²⁰. O movimento de tez fascista rapidamente conquistou o interior do Estado, fazendo-se presente, conforme Consuelo Sampaio, “dos sertões de Irecê à região cacauzeira”. Seus núcleos mais fortes concentraram-se no sul e no sudeste do Estado, onde havia uma forte migração italiana²¹.

Apesar dos números irrisórios no cômputo final das apurações de 1934, o movimento em franco crescimento se constituiria uma real ameaça no pleito municipal de 1936, quando o capitão Juracy Magalhães, então governador constitucional da Bahia, e o seu PSD assistiram à eleição de vereadores vinculados à AIB em regiões onde o partido da situação, até então, reinava quase absoluto, amparado pelas antigas oligarquias rurais depostas pela Revolução de 30. Candidatos integralistas foram eleitos

¹⁸ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 97

¹⁹ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p.114-163

²⁰ SAMPAIO, id., p. 116

²¹ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p.117

não apenas na capital, mas também no interior, em cidades como Jequié, Poções, Ipiáú (antiga Rio Novo), Mundo Novo, Itabuna, Maragojipe, dentre outras²².

Consuelo Novais Sampaio relata ainda que, em dezembro de 1935, a AIB contava, apenas no município de Ilhéus, com 700 eleitores, enquanto que em meados de 1936, na cidade de Tucano, situada ao nordeste da Bahia, mais de mil moradores “envergavam a camisa verde”. A historiadora aponta, ainda, no mesmo período, a presença de cerca de três mil integralistas na cidade de Ipiáú²³. Juracy Magalhães destacaria ainda Ilhéus como outro núcleo forte da AIB, que também teria ganhado a adesão, em Salvador, além de integrantes do meio universitário, de oficiais da polícia e do Exército²⁴. Em fins de 1934, no entanto, o chefe de Polícia da Bahia, João Facó, proibiria, terminantemente, que oficiais da Força Pública pertencessem à AIB²⁵.

Mas até se constituir uma ameaça do ponto de vista político, a posição inicial de Juracy Magalhães nem sempre fora de repúdio às idéias integralistas. Lembrando o vácuo ideológico ao qual se referiu Héglio Trindade e considerando que, por diversas vezes, Juracy se manifestara a favor da manutenção da ditadura, com vistas a assegurar a consolidação dos ideais revolucionários, conforme abordado nos capítulos anteriores, não é de se estranhar que ele se deixasse seduzir pela ideologia antiliberal e altamente centralizadora proposta pelo movimento direitista.

Em uma carta endereçada a Getúlio Vargas em junho de 1933, quando o movimento integralista começava a dar os primeiros passos no país, Juracy Magalhães revelava sua afinidade para com o movimento idealizado por Plínio Salgado:

[...] Sabe Vossa Excelência que, pessoalmente, minha orientação é pela adoção do integralismo no Brasil e se me sujeito aos dissabores das intrigas próprias do regime democrático, é porque desejo levar até o fim os meus esforços para que a Revolução não perca de todo o que conquistou à custa de tantos sacrifícios [...]²⁶

Mas a opinião do chefe de governo baiano mudaria rapidamente. Em um discurso proferido durante comemoração do aniversário do primeiro ano de sua eleição como governador constitucional, em 1936, Juracy Magalhães reafirmaria que havia

²² Ibid., p. 118

²³ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p. 117

²⁴ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 97

²⁵ CARONE, op. cit., p. 216

²⁶ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. CPDOC: Carta de Getúlio Vargas a Juracy Magalhães. Rio de Janeiro: FGV. GV.33.06.01/2. Data: 01/03/1933.

alimentado inicialmente simpatias pelo movimento integralista, mas também apontaria os fatos que o levaram a se distanciar da referida ideologia, da mesma forma que repudiava o comunismo, também em voga naquele momento político:

[...] Nunca, jamais poderia o comunismo sobre mim exercer qualquer sedução, a tanto se oporiam, inabaláveis, a acendrada confiança na eternidade da minha grande Pátria, a solidez da minha Fé, haurida na fonte puríssima das virtudes dos meus antepassados e a doce tranqüilidade de minha vida familiar.

O movimento integralista, ao revés disso, teve, até certo ponto, já o confessei, as minhas simpatias. Atraía-me a possibilidade de se construir tal movimento em força disciplinadora da mocidade, orientando-lhe a atenção para os sérios problemas político-sociais desta quadra tormentosa para a humanidade. Tanto porém que lhe descobri as características de fascismo em contrafação, tanto que se me revelou a sua hipocrisia com a freqüente variação de atitudes em camaleônico mimetismo, de acordo com as conveniências ocasionais, entrei de combatê-lo, franco, sincero, desassombrado.

Iludem-se, lamentavelmente, ou procuram solertemente iludir, os que vaticinam se defrontar ao Brasil, em futuro próximo, com a alternativa inevitável, com o dilema fatal: fascismo ou comunismo. Tais cassandras, ingênuas ou velhacas, buscam apoiar seu triste vaticínio na falsa noção de que em toda parte a Democracia periclita, entra em falência, agoniza. A afirmação tão repisada de que a Democracia está em crise deriva de errônea interpretação dos fatos. Deflue de se não distinguir a democracia puramente política, a Democracia formal, a Democracia individualista, baseada tão-só no liberalismo decorrente da Revolução Francesa da Democracia social, que, triunfante, a mais e mais se impõe, aos vários povos, a mais e mais se fortalece nas diversas nações, visando suprimir a luta de classes e promovendo pacificamente, por processos legislativos, a feliz solução da questão econômico-social.

O Brasil se manterá na equidistância das duas modalidades de extremismo, incompatíveis com a sua cultura, com a crença dominante em seu povo, com a sua mesma evolução histórica. Os vitoriosos princípios da Democracia social, integrados na Carta de 26 de julho, asseguram-lhe um futuro de paz e de progressivo engrandecimento.

Eis, aí tendes, Senhores, despretensiosa, mas cristalinamente expressa, a minha opinião sincera no que toca aos assuntos que ora mais preocupam, justificadamente, a todos os bons brasileiros [...].²⁷

Além de manifestar rejeição quanto às duas correntes políticas que se apresentavam como alternativas ideológicas nos anos de 1930, Juracy, em seu pronunciamento, também trazia à tona o conceito coletivo, muito vivo na época, de que

²⁷ ARQUIVO pessoal de Juracy Magalhães. CPDOC: Discurso pronunciado por Juracy Magalhães, Governador do Estado, no primeiro aniversário do seu Governo Constitucional, Impresso na Tipografia de “A Luta” – Vitória da Conquista, Bahia, 1936. Rio de Janeiro: FGV. JM 58f

a democracia enfrentava naquele momento uma de suas piores crises, tema que se fazia presente no discurso tanto do comunismo quanto do integralismo, que defendiam a implantação do Estado totalitário.

Em outro discurso, proferido por ocasião dos festejos do 2 de julho de 1935, ou seja, um ano antes do pronunciamento cujo trecho foi transcrito acima e três meses depois de ser eleito governador constitucional da Bahia, Juracy Magalhães recorreria a Ruy Barbosa para fazer um apelo aos baianos para que defendessem a democracia, que ele acreditava ameaçada:

[...] Nem se continue a dizer que esse é um país perdido. Do rumor das vozes que perdidas o declaram, é que resulta o seu perdimento. Somai essas unidades perdedoras e no seu total tereis a perdição do Brasil. Varrei essas unidades acobardadas, e o Brasil será um país, salvo, imperecível, inadmissível [...] ²⁸

Com uma clarividência que lhe era própria em termos de política, Juracy não hesitaria em colocar as duas correntes políticas no campo do exotismo e, apelando para um sentimento de nacionalismo, mais ancorado nos ideais militares, do qual era resultado, e nos ideais civilistas, que tomava emprestado de um de seus maiores representantes, o baiano Ruy Barbosa, lançaria sua guerra pessoal contra ambos, assim que percebeu os riscos que as duas ideologias, a seu ver, representavam à manutenção do *status quo* vigente. Assim, ele não hesitaria em aproveitar a data magna da Bahia para fazer seu alerta aos baianos, no intuito de tentar impedir a ascensão dos dois movimentos políticos no Estado:

[...] Entre todos eles, pela legitimidade de seus representantes constituintes, escolheu a nação brasileira a forma de governo definida na carta constitucional de 16 de julho: república federativa, regime presidencial com adaptações do parlamentar, tudo de acordo com as realidades da vida nacional. Regime de liberdade, favorecida a organização dos partidos e assegurada a vontade eleitoral através de um código que honra a nossa cultura, vinha marchando a nação por entre justificadas esperanças de paz e tranqüilidade duradouras. Eis senão quando surgem em campo as duas correntes extremistas – integralismo e comunismo disfarçado em aliança libertadora – pregando a subversão da ordem e a substituição do regime de liberdade em que vivemos pelo estabelecimento de autoridade, seja

²⁸ MAGALHÃES, Juracy. Minha vida pública na Bahia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 86-92 'Ode ao Dois de Julho': discurso pronunciado em 1935, na maior data da Bahia, da cidade de São Gonçalo dos Campos, onde Juracy Magalhães se encontrava convalescente.

de organização plutocrática nacionalista, ou de ditadura proletária internacionalista. Árvores exóticas que o “snobismo” de uns, a ambição de outros e a boa-fé de raríssimos tentam transplantar para o nosso meio, nenhuma possibilidade de êxito teriam se a corrente oposicionista democrática não lhes estivesse a favorecer o jogo perigoso com a prática perniciosa da política do “o que aí está não pode continuar”, do “tanto pior melhor”, do “dia virá”... e, ainda, do “Brasil está perdido [...]”²⁹

Outros discursos também pronunciados por Juracy ao longo de 1935 e 1936 nos revelam o seu estado de espírito em relação às duas ideologias. Se nas primeiras abordagens em torno do que ele considerava as ameaças comunista e fascista, ele se limitava a classificar estas duas correntes de “exóticas”, com o passar do tempo, as denominações ganhavam caráter irônico, senão depreciativo, principalmente contra o integralismo, contra o qual foi, sem sombra de dúvidas, mais veemente.

Assim, o integralismo passaria a ser chamado de “clorofila-albumina”, e o comunismo de “eritro-albumina”³⁰. Os integralistas seriam também chamados de “velhas cassandras indígenas”³¹, neste caso, a referência indígena remetia à saudação adotada pelos militantes, que, além de estender o braço direito, como no fascismo europeu, também pronunciavam a palavra “Anauê!”, vocábulo que, em tupi-guarani, era um grito de guerra ou uma saudação, que se traduz por “você é meu parente”³².

Juracy, que já fora partidário da manutenção da ditadura, no calor da conquista revolucionária, conforme nos referimos nos capítulos I e II, ao final de cinco anos à frente do governo da Bahia, ora como interventor, ora como governador constitucional havia se transformado num autêntico defensor da bandeira democrática. Isso se revelava nos seus discursos, não perdendo ele a oportunidade de se posicionar contra todas as formas de ameaça ao regime de liberdade, que considerava uma vocação natural da nação brasileira:

Patriótico é repeti-lo: a Democracia é o regime do Brasil. Urge perseverar na luta, sem quartel, às custas de todos os sacrifícios, contra os impertinentes propagadores das toxinas extremistas, assim dos que se abrigam na arrogância de atitudes pretensivas, como dos que se ocultam, nas dobras das conveniências aparentes, sob o manto

²⁹ MAGALHÃES, Minha vida pública..., p.86-92

³⁰ Ibid., p. 163. ‘A liberdade é como a hidra...’: discurso de agradecimento às homenagens prestadas por ocasião do segundo aniversário do Governo Constitucional, Abril/1937.

³¹ Ibid., p. 97. ‘Pregação democrática’: discurso de saudação ao governador Erônides de Carvalho, em 29/4/1936.

³² ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 2.813 (v. 3)

da mistificação e da covardia. Repila-se o ingênuo anseio dos integralistas de terem um tratamento especial, face às leis brasileiras. Não há como atendê-los na descabida pretensão. Apregoam, mercê de um raciocínio unilateral, a falência do regime. Encastelam-se nas caricatas encenações de força, prometendo imaginárias vinganças, só atingíveis aos que não experimentaram, em sua meninice, a ventura do embalo doce e saudável das estrofes do racial poeta Gonçalves Dias. A luta prosseguirá, inflexível, sem tréguas, tenaz e eficiente, até a completa extirpação dos teratomas extremistas, não brasileiros e antinacionais, do organismo brasileiro³³.

Juracy Magalhães talvez, naquele momento, estivesse atento a uma estratégia que Vargas empreendeu, manipulando a Ação Integralista Brasileira contra a Aliança Nacional Libertadora. Ao fomentar as divergências políticas entre os dois grupos, ele ia “produzindo nas mentes dos militares e da classe média um profundo pessimismo quanto à viabilidade de uma política aberta. No Brasil, como em todo o mundo político ocidental, o liberalismo estava seguramente perdendo terreno”³⁴. Essa estratégia abriria caminho para justificar a implantação da ditadura em 1937 e adquirir os apoios necessários à sua realização.

Transformada oficialmente em partido político em 1936, a Ação Integralista Brasileira lançaria, em 1937, a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República. Em 1935, a AIB já contava, nacionalmente, com 1.123 grupos organizados e cerca de 400 mil adeptos. Em um plebiscito interno organizado em 1937, o número de aderentes e simpatizantes dispostos a votar em Plínio Salgado chegaria a um milhão de votos potenciais. A realização de desfiles e concentrações de rua tornaram-se os meios usados pela AIB de demonstrar sua força política³⁵. Aos poucos, o integralismo revelava seus projetos mais ambiciosos.

Ao assumir o papel de partido político e se espalhar pelos sertões como uma espécie de epidemia, o integralismo passou a ter em Juracy Magalhães um inimigo implacável e que não sossegaria enquanto não conseguisse dissipar esta força, que conquistava sem controle a adesão dos sertanejos e, no plano federal, gozava da benevolência do presidente da República. Aproveitando-se do decreto do estado de sítio, que estava em vigor no país desde o levante comunista, ocorrido em novembro de

³³ MAGALHÃES, Minha vida pública..., p. 98. ‘Pregação democrática’: discurso pronunciado em 29/4/1936.

³⁴ SKIDMORE, Brasil: de Getúlio a Castelo..., p. 42

³⁵ ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 2814 (v. 3)

1935, em 3 de setembro de 1936 Juracy Magalhães ordenou o fechamento de todos os núcleos integralistas da Bahia, colocando o partido na ilegalidade no Estado.

De acordo com Edgar Carone, Juracy Magalhães, na Bahia, foi o governador que agiu com mais firmeza contra a AIB: sua intenção era “desmoralizá-los perante a nação”³⁶. O episódio provocou um grande mal-estar entre o governo estadual e a Presidência da República, conforme relato de Clemente Mariani, à época deputado federal e líder da bancada baiana na Câmara Federal. Clemente assumiria a tarefa de fazer a defesa do governador da Bahia.

Em depoimento ao CPDOC, ele revelou que, apesar de ter conhecimento da simpatia de Getúlio Vargas em relação aos integralistas, Juracy não hesitou em contrariar o chefe de governo ao decretar a ilegalidade do integralismo na Bahia. A iniciativa teria sido motivada a partir da interceptação, pelo governo baiano, de uma carta de Belmiro Valverde, que, segundo Mariani, era um conspirador, endereçada ao chefe provincial da AIB na Bahia, Araújo Lima, contendo instruções relativas a um golpe que estava sendo preparado:

Juracy pegou a carta, fotografou, deixou seguir o destino e pegou a resposta de volta. De forma que ficou caracterizado que estavam tramando, recebendo armas... a organização de pontos de combate, mapa localizando forças da polícia, forças do Exército, elementos infiltrados na Polícia, no Exército, mas que não tinham o domínio dessas guarnições... Professores da Faculdade de Medicina eram partidários, estudantes.[...] Com esse documentos em mãos, Juracy precipitou-se e mandou fechar a Ação Integralista. Ocupou todos os postos desses, prendeu os líderes, foi um escândalo. Juracy tinha violado a Constituição e contrariado o Governo Federal, cuja ordem era de manter a liberdade³⁷.

Além de ser incumbido de prestar esclarecimentos a Getúlio Vargas a respeito do episódio, Clemente Mariani também fez a defesa de Juracy Magalhães no plenário da Câmara Federal. Ele revelou que, após solicitar audiência particular com o presidente, teve que esperar alguns dias até que o encontro fosse confirmado, o que gerou grande tensão. A demora foi interpretada como uma desatenção ao governador baiano e era também uma prova de que Getúlio não havia gostado do ato praticado pelo governador da Bahia.

³⁶ CARONE, A República Nova (1930-1937)..., p.218

³⁷ CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 8-B. Código E-280

Passados três dias da solicitação da audiência, Juracy recomendaria ao parlamentar que, se ela não fosse concedida naquele dia, ele deveria tornar público o assunto em um pronunciamento na Câmara. Clemente afirmou que chegou a se preparar para fazer um pronunciamento em plenário quando, à noite, a audiência foi marcada, no Palácio Guanabara. Na oportunidade, o deputado baiano revela ter feito uma longa exposição explicando as razões do governador:

E no final, quando eu terminei, ele disse: “Eu agradeço muito ao senhor a exposição que acabas de me fazer, que me esclarece perfeitamente sobre o que se passou e louvo o governador da Bahia pela atitude corajosa que ele tomou, reprimindo esse foco de insurreição”. De modo que, então, eu já havia escrito para falar na Câmara, todos os dias adiando, no dia seguinte eu falei, com o Adalberto³⁸ embaixo da tribuna para provocar e criar um incidente, que eu consegui evitar, mas que poderia ter sido levado a conseqüências muito sérias. [...] Quando ele disse que nós tínhamos agido contra o pensamento de Dr. Getúlio, eu disse: estou autorizado por Dr. Getúlio[...]. Então expus longamente o assunto e ficou a situação esclarecida.³⁹

Clemente Mariani expôs na Câmara Federal todos os documentos da trama: cópia de uma circular na qual se pergunta o número de reservistas da milícia integralista, a possibilidade de alguma outra organização ou nomes fora do integralismo que se pudessem dar apoio em caso de uma ação militar. Trecho da carta de Araújo Lima em resposta a Belmiro Valverde dizia que “um grupo de brasileiros decididos, alheios a competições políticas, resolveu formar em todo o país uma arregimentação secreta e fulminante para eliminar na primeira tentativa todos aqueles que cada um de nós julgar comunista ou cúmplices dos mesmos, principalmente os que são conhecidos como elementos de direção”⁴⁰.

Com a medida, Juracy antecipara-se em um ano a Getúlio Vargas, que, um mês após o golpe de novembro de 1937, quando foi decretado o Estado Novo, dissolveu todos os partidos políticos, sem poupar a Ação Integralista Brasileira. Com isso, Getúlio eliminou as pretensões dos integralistas brasileiros de concorrer às eleições marcadas para 3 de janeiro do ano seguinte, quando seu chefe maior, Plínio Salgado, seria candidato a presidente do Brasil. Em reação ao fechamento da AIB, setores integralistas

³⁸ Adalberto Correia era o representante integralista na Câmara dos Deputados e integrava a Comissão de Combate ao Comunismo

³⁹ CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 8-B. Código E-280

⁴⁰ CARONE, , A República Nova (1930-1937)..., p. 218

do Rio de Janeiro organizariam, em maio de 1938, o que ficou conhecido como a “intentona integralista” ou o *putsch* integralista, quando homens ligados ao movimento invadiram o Palácio da Guanabara na tentativa de assassinar Getúlio Vargas. O *putsch* ocorreu em maio de 1938 e contou com a colaboração de alguns militares não-integralistas e anti-Vargas. De acordo com Thomas Skidmore, embora uma parte da guarda do palácio presidencial colaborasse com os insurgentes e a guarnição militar demorasse em enviar reforços, os guardas legalistas ajudaram Vargas e sua filha, Alzira, de arma em punho, a conter os atacantes, até que eles fossem levados pela polícia⁴¹.

Depois de 1938, o integralismo se desagregou enquanto formação partidária, embora a ideologia inspirada no fascismo europeu se mantivesse viva por intermédio de seus inúmeros simpatizantes que continuavam a fazer parte dos postos de comando políticos e administrativos durante o Estado Novo.

4.1 Uma certa liberdade aos camaradas

Com a proposta, principalmente, de combater o avanço do fascismo, foi fundada em 12 de março de 1935 a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A breve história da ANL pode ser resumida assim: em um manifesto apresentado em janeiro de 1935, na Câmara dos Deputados, foi anunciada a criação de um núcleo de resistência política, “um movimento popular amplo” – que não era um partido político – cuja presidência de honra seria concedida a Luís Carlos Prestes. Naquele momento, Prestes encontrava-se exilado na Argentina. Em fevereiro, o manifesto da organização foi apresentado publicamente e, no dia 30 de março, a ANL foi oficialmente instalada, em uma cerimônia realizada no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro.

O manifesto da ANL foi lido no plenário da Câmara dos Deputados, em janeiro de 1935, pelo deputado Abguar Bastos. Logo em seguida, os organizadores da ANL trataram de esclarecer que não se tratava de um novo partido político, mas de “um amplo movimento popular nascido da necessidade em que se achavam os brasileiros de emancipar-se economicamente do jugo estrangeiro e de libertar-se da Lei Monstro, já

⁴¹ SKIDMORE, De Getúlio a Castelo..., p.52-53; MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 97

em tramitação no parlamento”⁴². A Lei Monstro seria a Lei de Segurança Nacional⁴³, que estava sendo discutida pelos deputados brasileiros e que viria a ser sancionada em abril de 1935.

Tendo como núcleo de base o Partido Comunista Brasileiro, a ANL reunia socialistas, democratas e representantes de diversos setores sociais, como proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares, em torno de um programa que pregava, além do combate ao fascismo, a luta contra o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Defendia, ainda, a suspensão do pagamento da dívida externa e a nacionalização das empresas estrangeiras no Brasil.

Prestes, o “Cavaleiro da Esperança” – apelido emprestado do título de um livro de Jorge Amado⁴⁴, escrito em sua homenagem – , retornou do exílio em abril de 1935 e assumiu o cargo de secretário-geral do Partido Comunista. Após seu retorno ao Brasil, suas declarações feitas por intermédio da ANL revelavam que não se tratava mais de reproduzir as estratégias militares empreendidas nos anos 20, mas de estimular os movimentos de massa, as greves operárias e os movimentos militares. Entre os militares, a ANL contaria entre seus simpatizantes com dissidentes do “Clube 3 de Outubro”⁴⁵. A carta em que Luís Carlos Prestes comunica sua adesão à ANL é significativa desse novo discurso:

Adiro à ANL. Nela quero combater, lado a lado, com todos os que não estão vendidos ao imperialismo, desejam lutar pela libertação nacional do Brasil, com todos os que queiram acabar com o regime feudal em que vegetamos e defender os direitos democráticos que vão sendo sufocados pela barbárie fascista ou fascistizante. A miséria aumenta, o salário diminui, a pequena-burguesia se pauperiza e são gastos milhares de contos em armamentos. As classes dirigentes brasileiras e o imperialismo usam do terror para acabar com o

⁴² ABREU, op. cit., p. 108 (v. 1)

⁴³ A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 4 de abril de 1935. Ver: CARONE, Edgard. A segunda República. São Paulo: Difel, 1973. p. 58-64

⁴⁴ Jorge Amado publicou em 1942, na Argentina, a *Vida de Luís Carlos Prestes*; a primeira edição brasileira (à qual se sucederam seis outras), saiu em 1945, com o título *O Cavaleiro da Esperança*, quando o fim Guerra era previsto e a campanha pela anistia de Prestes, que se encontrava preso, atingia grandes proporções. Ver: AMADO, Jorge. O cavaleiro da esperança. 2. ed. Publicações Europa/América, 1982. p. 325.

⁴⁵ - Com o objetivo de assegurar a continuidade do movimento de 1930, os tenentes criaram o Clube 3 de Outubro, que eles planejavam transformar em um partido político de dimensões nacionais. Mas em razão de dissensões internas de caráter político e ideológico entre seus afiliados, os líderes não atingiram seus objetivos fazendo com que alguns tenentes assumissem atividades parlamentares e outros se tornassem colaboradores de Vargas. Outros, ainda, se envolveram com o Partido Comunista. FAUSTO, Boris. História do Brasil. 4. ed. São Paulo: USP, 1996, p. 340-352.

movimento de massas; a fascistização do governo Vargas é evidente [...] Só as lutas de massas poderão realmente impedir o crescimento e dominação do fascismo. [...] Aproximam-se no Brasil, os dias de lutas decisivas e cabe à ANL mobilizar e organizar as massas para o momento histórico que se avizinha: juventude, operários, camponeses, soldados, marinheiros, vinde à ANL⁴⁶

O fechamento da Aliança teve como antecedente a divulgação de um manifesto assinado por Luís Carlos Prestes, em 5 de junho de 1935, por ocasião das comemorações do 13º aniversário da revolta tenentista do Forte de Copacabana, ocorrida em 1922⁴⁷. O manifesto foi o argumento de que o governo precisava para colocar em prática medidas repressivas contra o Partido Comunista e contra os simpatizantes da ANL. Na realidade, desde a sua criação, o sucesso político e a evolução rápida da ANL⁴⁸ despertaram reações hostis por parte do governo.

No manifesto, Prestes declarava que a ANL era uma continuidade da luta de 1922 e convocava as massas para a revolução. Nele, Prestes declarava: “Aproximam-se dias decisivos”: os trabalhadores não querem se “submeter ao governo em decomposição de Vargas e seus asseclas nos estados”, que prometeram e não cumpriram suas promessas. E acrescentaria:

Só as grandes massas juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário, acabar com esse regionalismo, com a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impôs ao país⁴⁹.

O documento encerrava com palavras de ordem como: “Abaixo o governo odioso de Vargas! Abaixo o fascismo! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!”⁵⁰. A mensagem do referido manifesto não poderia agradar ao governo, que, apesar da sua aparência democrática, dava os primeiros sinais quanto à sua intenção de se manter no poder, mesmo que fosse a força,

⁴⁶ CARONE, A República Nova (1930-1937)...., p. 264. Ver também, FAORO, Os donos do poder...., p. 679-682.

⁴⁷ A primeira insurreição tenentista ocorreu em 1922; insatisfeitos com os resultados das eleições presidenciais, eles tentaram destituir o presidente Epitácio Pessoa para impedir que seu sucessor, Artur Bernardes, assumisse a Presidência da República. No entanto, a tentativa fracassou e o Forte de Copacabana, onde se aquartelaram os conspiradores, foi bombardeado. Dezoito tenentes se recusaram a se render e apenas dois sobreviveram Ver FAORO, Raymundo. op. cit., p. 673-679.

⁴⁸ Até maio de 1935, 1.600 sedes locais da ANL haviam surgido no País – SKIDMORE, Brasil: de Getúlio a Castelo...., p.41

⁴⁹ CARONE, op. cit., p. 265

⁵⁰ SKIDMORE, op. cit., p. 42

e a ANL representava um obstáculo importante, sobretudo após as declarações do seu líder, que lembrava que “cada um deveria assumir seu posto” pois se vivia uma situação de guerra e que era indispensável “se preparar ativamente para o momento do golpe”, para combater “o fascismo e o governo odioso de Vargas”⁵¹.

O manifesto de Prestes serviu de pretexto para a ação repressiva que levou ao desmantelamento e fechamento das células da ANL e do Partido Comunista em todo o País. A perseguição política e a prisão de membros e simpatizantes da ANL foram autorizadas e legitimadas pela Lei de Segurança Nacional, votada meses antes. Estes acontecimentos, no entanto, não desencorajaram os militantes da ANL, e, apesar da sua condição de clandestinidade, em 23 novembro de 1935, militares, com a colaboração de civis, insurgiram-se em Natal, no Rio Grande do Norte, em Recife, Pernambuco, e no Distrito Federal⁵².

Em um relatório apresentado aos militares do Exército em dezembro de 1935, para definir as medidas a serem tomadas em relação aos militares e civis presos após o levante comunista, Filinto Muller⁵³, chefe de polícia do Distrito Federal⁵⁴, sustentava que o plano vinha sendo articulado há vários meses e que a ANL havia sido criada como um organismo de fachada, “a fim de que formasse o ambiente necessário à revolução”. A ANL vigoraria por apenas um ano, segundo ele, e teria apenas o papel de, caso a revolução fosse frustrada, não provocar desgastes à imagem do Partido Comunista. Seguem, a seguir, trechos do documento:

Os últimos acontecimentos subversivos que abalaram o país não surpreenderam a Polícia Civil do Distrito Federal. Há muito tempo

⁵¹ Ver ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p.107-111

⁵² Após as medidas postas em prática por Vargas, na clandestinidade e em nome de uma revolução popular e da ANL, os comunistas se insurgiram em Natal, junto a sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores, em 23 novembro de 1935. No dia seguinte, o 29º Batalhão de Caçadores, instalado na vila militar de Recife aderiu ao movimento, sendo rechaçado por tropas do governo federal. No dia 27, a revolta eclodiu no Batalhão de Infantaria e na Escola de Aviação do Distrito Federal, mas o movimento foi rechaçado no dia seguinte. SILVA, Hélio. *A revolta vermelha - 1935*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969; ARAGÃO, gen. José Campos. *A intentona comunista de 1935*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1973. Ver CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1940-1945. A Revolução de 30: Seminário Internacional, Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1980. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 109-187.

⁵³ Filinto Muller antigo integrante da Coluna Prestes, “foi expulso como contra-revolucionário”; AMADO, op. cit., p. 234-242. A versão mais corrente, no entanto, insinua que Filinto Muller fugira com o dinheiro da Coluna que estava sob a sua guarda. Jornal A Platéia, 29/7/1935, citado por CARONE, op. cit., p. 337.

⁵⁴ - O relatório de Filinto Muller convenceu o governo a fechar a ANL pelo decreto assinado em 11 julho de 1935. Ver CARONE, op. cit , p. 337.

era esperado um golpe político militar sob forte participação de elementos notoriamente extremistas que, de certo tempo a esta parte, haviam tomado a vanguarda revolucionária.

Mais ainda. O movimento deveria irromper em vários Estados, obedecendo a um plano de grande envergadura. E, para que se possa formar um juízo seguro sobre os perigos que o Governo e o Regime ainda correm, vamos recapitular, em síntese, o desenrolar dos fatos que culminaram com a intentona comunista do mês passado [...]⁵⁵

O segundo semestre de 1935 foi marcado por uma repressão violenta por parte do governo. Prisões se sucederam, e o fato de ser simpatizante do movimento esquerdista ou um simples adversário político do governo era motivo suficiente para que se passasse a ser considerado um inimigo potencial. Usando como justificativa a tomada do poder por membros da ANL, o governo adotou medidas ainda mais severas, chegando a ponto de o Congresso renunciar às suas prerrogativas, permitindo ao presidente declarar estado de sítio em todo o território nacional durante 30 dias.

O medo do comunismo reuniu em torno de Vargas até mesmo seus adversários políticos, como se pôde observar com a complacência com que o Congresso aprovou, em 1936, as medidas de exceção solicitadas pelo governo⁵⁶. Entre estas medidas, destacam-se a prorrogação do estado de sítio até 1937 e a criação da Comissão Nacional de Repressão aos Comunistas⁵⁷, além da criação do Tribunal de Segurança Nacional, este último, encarregado de julgar os participantes da Intentona Comunista, uma designação adotada no meio oficial para designar a conspiração, talvez com uma intenção pejorativa⁵⁸.

Apesar do clima tenso em 1937, os entendimentos com vistas à escolha dos candidatos à sucessão presidencial tomavam corpo por conta das eleições marcadas para 3 de janeiro do ano seguinte. Dentre os candidatos mais cotados, podem-se citar Armando de Sales Oliveira, que tinha o apoio dos liberais paulistas, o escritor paraibano José Américo de Almeida, que era apoiado por governadores ligados ao governo federal, e Plínio Salgado, líder da AIB, que nesta época ainda contava com a simpatia do governo.

⁵⁵ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Getúlio Vargas a Juracy Magalhães. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV. 35.12.03/3

⁵⁶ SKIDMORE, op. cit., p. 43

⁵⁷ Decreto n° 702 de 21 de março de 1936. Ver CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1940-1945..., p. 109-187.

⁵⁸ *Intentona* - “[Do esp. intentona.] S. f. 1. Intento louco; plano insensato. 2.- Conluio e/ou tentativa de motim ou revolta”. HOLANDA, Aurélio Buarque. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 956.

Apesar das promessas de realização de eleições democráticas, a atmosfera de tensão em razão das medidas de exceção aplicadas pelo governo, dentre as quais o estado de sítio, era justificada pelo governo federal sob o argumento de impedir novas conspirações. Ainda assim, utilizando-se do pretexto de que a nação estava à mercê de um plano terrorista concebido pelos comunistas, o chamado Plano Cohen⁵⁹, Vargas dissolveu o Congresso e implantou o Estado Novo, em 10 de dezembro de 1937.

4.1.1 A Aliança Nacional Libertadora na Bahia

Em seu curto tempo de vida oficial e sob a chefia do tenente Agildo Barata, companheiro de combate de Juracy Magalhães durante a Revolução de 30, a Aliança Nacional Libertadora se transformaria em uma importante organização política no país. Na Bahia, ela foi instalada oficialmente no dia 30 de maio de 1935, presidida por Edgar Matta, advogado do sindicato dos estivadores. Com o propósito de atrair a simpatia dos baianos, a entidade recém-criada tratou de esclarecer, em anúncios publicados na imprensa local, que não tinha caráter subversivo e seu programa era basicamente centrado na postura anti-imperialista e antilatifundiária⁶⁰.

A ANL atrairia para suas fileiras desde intelectuais e profissionais liberais até operários e outros trabalhadores das camadas populares da sociedade, sendo estes últimos a maioria. Consuelo Novais Sampaio registrou, com base em pesquisa realizada por Robert Levine, a existência de apenas 89 membros da ANL na Bahia, espalhados por 16 células municipais.

⁵⁹ O Plano Cohen foi concebido por integrantes militares do governo Vargas, com a intenção de alarmar a sociedade brasileira e justificar o golpe de estado. A versão divulgada pelo governo à época foi de que o Estado-Maior do Exército havia descoberto um documento que seria um plano de combate de uma revolução comunista. Com o apoio dos integralistas, o Plano Cohen foi entregue a Góis Monteiro por um oficial integralista, o capitão Olímpio Mourão Filho, que por sua vez levaria o documento a Dutra e a Getúlio, que o utilizariam como justificativa para o golpe. No dia 30 de setembro, Dutra denunciou a trama comunista revelada pelo Plano Cohen, no dia 1º de outubro, o Congresso concedeu a suspensão dos direitos constitucionais que havia negado a Vargas no mês de junho, em outubro foi decretada intenção no Rio Grande do Sul, Estado que ao lado de São Paulo se colocou em oposição ao governo, enquanto que Minas Gerais apoiara o governo federal. Ver: SILVA Hélio. *Todos os golpes se parecem*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970. p. 385-387; CARONE, A república Nova (1930-1937)..., p. 366-371; SKIDMORE, Brasil: de Getúlio a Castelo..., p. 48

⁶⁰ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p.104

Assim como ocorrera com a AIB, a ANL também foi acolhida por integrantes da Faculdade de Medicina, que se tornou ponto de encontro da diretoria regional da agremiação política. Um núcleo também foi fundado na Faculdade de Direito, sendo aplaudido pelo deputado estadual Nestor Duarte, que se declararia simpático às idéias pregadas pelo movimento.

Uma das principais atividades da ANL em Salvador foi a realização do 1º Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular da Bahia, que ficou sob a coordenação de Edison Carneiro e Aydano do Couto Ferraz, com o apoio explícito do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dentre os temas abordados, destacaram-se a falência da educação, o avanço do imperialismo e o combate ao integralismo. Os confrontos entre integralistas e aliancistas dariam a tônica do período entre 1935 e 1937. A sessão realizada no dia 3 de junho do Congresso da Juventude viria a ser interrompida por manifestações de representantes integralistas, após críticas formuladas por um orador contra Plínio Salgado⁶¹.

Um outro episódio que ilustra o conflitos entre integralistas e comunistas ocorreu por ocasião de uma manifestação pública promovida pelos integralistas, um “meeting” dos camisas-verdes em “desafrenta à bandeira nacional ultrajada por pescadores de águas turvas que vivem por ahi agitando os meios operários”. De acordo com o relato reproduzido em *O Imparcial*, órgão de comunicação da AIB na Bahia, os integralistas saíram em defesa do pavilhão nacional que se encontrava com inscrições feitas por militantes comunistas (“Operários e camponeses! Este trapo é o symbolo da opressão Capitalista”). O único incidente verificado foi no momento em que um dos oradores falava ao povo e um comunista fez um aparte “cuja audácia lhe custou caro”⁶².

Juracy Magalhães afirmaria, em seu depoimento⁶³, que não precisou combater a ANL na Bahia, bastou apenas afirmar que ele era contra o movimento para conter a sua expansão no Estado. Em 1935, encontrando-se em São Gonçalo dos Campos, onde esteve recuperando-se de um problema de saúde, o governador baiano recebeu uma visita do capitão-tenente da Marinha Roberto Sisson, secretário-geral da ANL, encarregado da organização da Aliança Nacional Libertadora do Norte do País.

⁶¹ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p. 106-107

⁶² CAMISAS-VERDES do Brasil desafrentam a bandeira nacional (Os) – O espetáculo cívico de ontem. *O Imparcial*, Salvador, 6 jul. 1934, p. 1

⁶³ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p.93

Durante o encontro, Sisson expôs seus planos e esclareceu os objetivos da frente aliancista. O líder comunista era contrário à radicalização do movimento, conforme defendia o PCB, e, de acordo com Amélia Coutinho⁶⁴, se oporia à insurreição de novembro de 1935, que eclodiu em alguns estados do Norte e que ficou conhecida também como a *Intentona Comunista de 1935*, ou simplesmente a Revolução Comunista⁶⁵. Juracy se recusaria a apoiá-lo. Mas, apesar de ter dado a Sisson “inteira liberdade para contatar pessoas no Estado, não deixei de manifestar publicamente minha oposição a este movimento”. O problema da ANL e do comunismo em geral foi tratado durante um pronunciamento de Juracy na Rádio Sociedade da Bahia. De acordo com o chefe do governo baiano, nunca lhe escapara a certeza de que a ANL era “manipulada pelos comunistas”:

[...] E assumi esta posição com grande autoridade, não só porque não reprimi o movimento, mas também porque estimava vários integrantes da Aliança, inclusive meu irmão Eliéser Magalhães, meu cunhado Tomás Pompeu Acíoli Borges, Agildo Barata Ribeiro e outros companheiros que, embora merecedores do meu afeto, não se alinhavam politicamente comigo naquele momento⁶⁶.

Ele diria, ainda, que chegou até a “dar certa liberdade aos comunistas” durante o seu governo, citando um episódio envolvendo Carlos Lacerda, durante sua passagem pela Bahia, acompanhando uma caravana estudantil que cruzou o território baiano, passando pelo município de Carinhanha, na região do Rio São Francisco, fazendo a propaganda de José Américo. Cabe observar que Juracy era um dos mais árdios defensores da candidatura de Américo.

Com base no livro de memórias *O Partido Comunista que eu conheci*, de João Falcão, que foi um militante comunista e iniciou suas atividades políticas ainda na década de 1930, a visita de Carlos Lacerda à Bahia teria ocorrido no mês de setembro de 1937, durante a campanha de divulgação da candidatura de José Américo. A caravana, que teria chegado a Salvador trazendo estudantes cariocas, entraria na Bahia, vindo de Minas Gerais, pela região do Rio São Francisco. João Falcão observou que a caravana, formada por jovens “inteligentes, combativos e bons oradores”, daria impulso à campanha pró-José Américo pelo longínquo interior da Bahia, para onde também

⁶⁴ ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 5.497 (v. 5)

⁶⁵ Ibid. p. 3496-3497 (v. 4)

⁶⁶ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 94

estudantes baianos se dirigiram em outras caravanas como parte da campanha em favor do candidato⁶⁷.

Na ocasião da passagem de Carlos Lacerda pela Bahia, Juracy relatou que, a pedido de Victor Espírito Santo, ele teria telegrafado aos prefeitos do São Francisco para lhes solicitar que, “em nome da nossa amizade, recebessem bem os rapazes e dessem toda a liberdade à caravana”. Com a iniciativa, ele revelou que teria anulado uma intriga promovida pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que também telegrafara às autoridades locais para adverti-las de que a caravana reunia “um grupo de perigosos comunistas”. Juracy lembrar-se-ia ainda de uma anedota ocorrida na ocasião, envolvendo Lacerda e o coronel João Duque:

Em Carinhanha, os estudantes foram recepcionados pelo caudilho João Duque, que os deixou inteiramente à vontade para realizar seu comício, mas resolveu, por conta própria, fazer uma brincadeira com Carlos Lacerda: “Aqui, quando queremos eliminar um adversário, dizemos *remover*, e o telegrama do meu amigo Juracy manda prender os integralistas e *remover* os comunistas”. Esse telegrama, naturalmente, jamais existiu, conforme expliquei a Carlos Lacerda, anos depois, numa das caravanas da UDN: “João Duque brincou com você. Sentindo que você era comunista, quis lhe meter um medozinho e inventou a história do remover para você não pensar que estava inteiramente livre”. Carlos pareceu aceitar minha ressalva, mas depois citou esse episódio em suas memórias⁶⁸.

Mas, voltando ao tenso 1935, o ano se encerraria com a Revolta Comunista, que eclodiu em Natal, onde foi instalado o primeiro governo popular revolucionário, no dia 23 de novembro de 1935. Os rebeldes chegaram a resistir por quatro dias. A rebelião foi deflagrada por sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores, que assumiram o comando em nome da ANL, com o apoio de civis. O sucesso do movimento em Natal levou Recife a deflagrar a rebelião no dia 24 de novembro, protagonizada pelo 29º Batalhão de Caçadores.

Por uma falha de coordenação entre as lideranças do movimento rebelde do norte e os conspiradores do sul⁶⁹, o movimento somente foi deflagrado no Rio de Janeiro no dia 25, quando Prestes deu ordem para o início do levante no Rio de Janeiro.

⁶⁷ FALCÃO, João. O Partido Comunista que eu conheci. 2.ed. Salvador:Contexto e Arte Editorial, 2000. p. 25

⁶⁸ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 94

⁶⁹ SKIDMORE, Brasil: de Getúlio a Castelo..., p. 43

Neste mesmo dia, Vargas pediu ao Congresso para declarar estado de sítio em todo o território nacional.

Sob a liderança de Agildo Barata, o 3º Regimento de Infantaria tomou a frente da rebelião comunista no Rio de Janeiro, na noite de 26 para 27 de novembro. Outro foco rebelde foi registrado na Escola de Aviação Militar de Campo dos Afonsos. Ambos foram rapidamente sufocados pela ação do governo⁷⁰.

Na Bahia, a notícia da Revolta Comunista de 1935 chegou antes mesmo que o presidente da República tomasse conhecimento dos fatos. Conforme Consuelo Novais Sampaio, devido à precariedade dos meios de comunicação à época, todo comunicado tinha que passar obrigatoriamente pela Bahia antes de ser enviado para a capital federal. Isso permitiu ao governador baiano tomar a iniciativa de coibir manifestações rebeldes no Estado e também oferecer apoio à repressão do movimento ao governo federal, colocando à disposição de Vargas um batalhão policial e o contingente do 19º Batalhão de Caçadores. Como parte de seu compromisso com Vargas, Juracy garantiu ainda a fidelidade da bancada baiana na votação do estado de sítio no Congresso Nacional⁷¹.

O levante não chegou a se concretizar na capital baiana e se limitou à explosão de quatro bombas de clorato, que não causou danos físicos nem materiais, conforme observação do governador Juracy Magalhães em uma carta endereçada a Getúlio Vargas, datada de 23 de dezembro de 1935, um mês após a ocorrência da Revolta Comunista. Se a repercussão do movimento na Bahia foi pequena, a ação do governo baiano também não assumiria o caráter radical que marcou a repressão a que se assistiu no Rio de Janeiro, conforme admite o próprio governador:

Nesta conjuntura, a Bahia cumpriu elementar dever de solidariedade e gratidão, formando ao lado de Vossa Excelência, pela defesa da ordem e da continuidade de seu fecundo Governo. A repercussão do movimento foi mínima entre nós. Apenas redobramos de vigilância, limitando-se os comunistas, em suas atividades subversivas, ao lançamento de quatro bombas de clorato que, felizmente, não causaram danos pessoais ou materiais. Estão presos um professor da Escola Agrícola e mais umas cinco pessoas únicas, contra as quais tem o Governo elementos de convicção sobre seus propósitos subversivos. Adotei a orientação de não prender simpatizantes do comunismo, até mesmo professores do ginásio e das escolas superiores que, embora tenham feito uma campanha insidiosa e sejam os maiores responsáveis pela propagação dessas idéias no meio da

⁷⁰ ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 109 (v. 1)

⁷¹ SAMPAIO, Poder e Representação: o legislativo da Bahia..., p. 109-110

nossa mocidade, usavam, entretanto, de direitos assegurados pela benignidade de nossas leis, cujos efeitos não podem retroagir. Se a primitiva lei de segurança tivesse sido votada com a amplitude que desejávamos, a família brasileira não teria sofrido o cruel sobressalto de novembro⁷².

Como se depreende da leitura da citação acima, a Bahia estava longe de adotar o rigor com que o governo federal agiu no Distrito Federal. Evidentemente, no Estado, não havia um movimento comunista devidamente organizado e com número significativo. Os atos praticados, conforme se depreende da correspondência acima, se limitaram a quatro pequenos atentados a bomba sem grandes repercussões. Ao contrário do que ocorrera no Rio de Janeiro, onde todo simpatizante acabou sendo preso, na Bahia, Juracy preferiu respeitar as liberdades individuais previstas na Constituição e prendeu uma meia dúzia de pessoas contra as quais havia “convicções” a respeito de suas ações subversivas.

As explicações para tamanha condescendência no tratamento dado a Juracy aos comunistas, diferente do que ocorreu com os integralistas, um ano mais tarde, podem estar contidas na correspondência citada anteriormente, no trecho em que ele se refere à participação do seu irmão, Eliéser Magalhães nos episódios do movimento rebelde comunista:

Não quero terminar esta carta sem lhe falar de assunto profundamente constrangedor para mim. Refiro-me à situação de meu irmão Eliéser, o mais velho de todos nós, que auxiliou minha educação e aquele dos meus irmãos a quem sempre estive mais preso por laços afetivos e identidade de sentimentos. Por todos os motivos não podia abraçar a doutrina marxista. Entretanto, para preocupação minha e de toda a família, ele se tornou simpatizante do credo materialista, sendo amigo de ex-companheiros meus, cujas convicções ideológicas levaram a ocupar campo diverso daquele em que luto. Conversei seriamente com ele, repetidas vezes, tendo espontaneamente me afirmado não ter aceito um posto na Aliança Nacional Libertadora e de nada participaria enquanto Vossa Excelência e eu ocupássemos postos de Governo. Afirmou-me mais ser contra qualquer golpe violento, eis que desacreditava nesses processos, alimentando a convicção de que só seria tentada a posse do Governo na hipótese de quererem os integralistas depor as autoridades constituídas. O Anísio Teixeira também assim pensava, e seus livros fundamentais: *A Evolução*

⁷² MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 267-269: ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães para Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 1935.12.23.

Progressiva e Em Marcha para a Democracia atestam sua ideologia. Mostrei a Eliéser a situação falsa em que ficaria se ele se envolvesse em qualquer conspiração contra seu Governo, o que equivaleria dizer contra mim, pois em todas as circunstâncias correria a sorte de Vossa Excelência e de seu Governo. Disse-lhe de suas expressões quando, generosamente, se prontificou a facilitar-lhe a vinda para o Rio: “seria mais um amigo”... Afirmou-me que ficasse tranqüilo, declarando que não conspirara, nem conspiraria e nenhuma atitude tomaria contra nós. Apesar disso receei que suas ligações o levassem a algum constrangimento. Nada pedi por ele, mas soube das demonstrações a mais benévola estima de Vossa Excelência e de alguns outros amigos que compreendendo, inteligentemente, os dramas da vida humana e a angústia de minha situação, velaram pela sua sorte, escravizando-me a uma amizade a que correspondo com abundância de coração, e da qual participam os entes que me são mais caros.⁷³

Como na carta acima, Juracy Magalhães jamais esconderia o dilema pessoal que enfrentou em relação aos comunistas e à ANL, sobre a qual também declarou o seguinte: “Não estabeleci qualquer ligação política com a Aliança Nacional Libertadora, mas sofri muito por causa de meus vínculos sentimentais com alguns de seus membros”⁷⁴. Em seu depoimento ao CPDOC, Juracy admitiria a participação do seu irmão Eliéser Magalhães nos levantes comunistas de 1935. Conforme relatou, movido pelo idealismo, o irmão teria vendido a casa que possuía, na Rua Saint Romain, em Ipanema, no Rio de Janeiro, para ajudar financeiramente a ANL e estaria muito ligado ao então prefeito do Distrito Federal (RJ) Pedro Ernesto, além de personalidades como o educador baiano Anísio Teixeira e Hermes de Lima. Juracy afirmou inclusive a participação do irmão nos preparativos para a vinda de Prestes da Rússia, via Uruguai⁷⁵.

Em decorrência do levante comunista, tanto Pedro Ernesto quanto Eliéser Magalhães tiveram que se exilar do país. Ele seguiu para a Bahia, onde pediu o apoio do irmão. Com a ajuda de amigos de Juracy, Eliéser conseguiu fugir pelas caatingas do Nordeste e chegou a sofrer um infarto, ao qual sobreviveu. Após alcançar Recife, ele seguiu para a Europa clandestinamente. Ele viveu em Paris por alguns anos até se transferir para Buenos Aires, onde vários outros militantes comunistas foram igualmente se refugiar.

⁷³ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p 267-269; ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães para Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 1935.12.23.

⁷⁴ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 95

⁷⁵ Ibid, p. 95

O delegado Filinto Muller teria na ocasião telegrafado ao governador baiano recomendando-lhe que prendesse o próprio irmão:

Respondi-lhe desafortadamente que, se ele queria prender meu irmão, deveria tê-lo feito no Rio de Janeiro. Não admitia que me tentasse impor essa humilhação, e, além do mais, meu irmão já havia tomado rumo ignorado, conduzido por amigos meus ao interior da Bahia⁷⁶.

Podemos aqui lançar uma hipótese sobre o caminho percorrido por Eliéser Magalhães na sua rota de fuga após o golpe comunista de 1935. Antônio Risério, em *Adorável Comunista*, livro que traça a trajetória política de Fernando Sant'Anna, reproduz uma declaração de Sant'Anna na qual ele revela que, quando da chegada de Juracy Magalhães à Bahia, uma das portas que se abriram foram a do advogado Arthur Negreiros Falcão, que tinha boas relações com o Tribunal de Justiça – leia-se Pedro Ribeiro, à época presidente do Tribunal, e Clemente Mariani, seu filho.

Juracy era eventualmente convidado a almoçar com Negreiros Falcão, que, por sua vez, era primo de Fernando Sant'Anna, à época um jovem de 18 anos, recém-chegado a Salvador para completar os estudos no Ginásio da Bahia. Quando da organização das primeiras eleições legislativas após o golpe de 1930, Juracy teria convidado Sant'Anna a integrar o Partido Social Democrata, que então teria recusado a proposta em função dos ideais comunistas que começava a abraçar, a partir de seus contatos no Ginásio da Bahia. Sant'Anna era sobrinho de políticos do município de Iará, que estavam vinculados a Juracy Magalhães, graças, cabe frisar, aos laços de amizade com Negreiros Falcão⁷⁷.

Em 1937, quando foi decretado o Estado Novo e Juracy renunciou ao governo da Bahia, os estudantes ligados à extinta ANL e que integravam as caravanas da campanha pró-José Américo em viagem pelo Estado teriam conseguido escapar com a ajuda de Fernando Sant'Anna, que os levou para Iará para dali seguirem até Juazeiro, onde eles tomaram o vapor com destino ao Rio de Janeiro sem correr o risco de ser presos. Na ocasião, os estudantes e o próprio Sant'Anna teriam contado com a

⁷⁶ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 95

⁷⁷ RISÉRIO, Antonio. *Adorável comunista: história política, charme e confidências de Fernando Sant'Anna*, Rio de Janeiro: Versal, 2002. p. 59. Vide também Capítulo I, onde é citado um jantar oferecido a Juracy Magalhães logo no dia seguinte à sua chegada a Salvador, quando ele assume a interventoria da Bahia.

colaboração de Elísio Sant'Anna, que era prefeito de Irará e que seria preso na mesma ocasião, provavelmente acusado de ter ligações com membros do Partido Comunista⁷⁸.

Com base nesse episódio envolvendo os aliancistas de 1937, podemos lançar a hipótese de que, na sua fuga da Bahia, após a Intentona Comunista de 1935, Eliéser Magalhães possa ter contado com a ajuda de Elísio Sant'Anna, já que foi também tomando os rumos do sertão que Eliéser Magalhães conseguiria driblar a polícia, chegando ao São Francisco para dali seguir até Recife e tomar a Europa como destino.

Os dois episódios acima referidos são uma demonstração de que as relações afetivas com integrantes da Aliança Nacional Libertadora ou militantes comunistas do seu círculo de relações mais próximo foram fundamentais para explicar o porquê de Juracy ter sido tão condescendente com os comunistas, enquanto dispensava um tratamento nada tolerante aos integralistas. Mas as relações pessoais não explicam tudo. Diante da fraca penetração do comunismo na Bahia, em face do integralismo, que proliferava por todos os cantos do Estado, a realidade é que o movimento inspirado na ideologia importada de Moscou também não chegou a se constituir uma ameaça política para o governador baiano.

A tolerância de Juracy Magalhães em relação aos comunistas pode ser medida pelas declarações do então aliancista Carlos Lacerda, que teria se referido à Bahia como sendo um “valhacouto de comunistas”⁷⁹, onde comunistas e simpatizantes andavam soltos quando no resto do país a repressão era severa.

Quando Juracy Magalhães renunciou ao governo da Bahia, em 10 de novembro de 1937, após Getúlio decretar o golpe de estado, assumiu o posto o coronel Fernandes Dantas, que era o comandante da 6ª Região Militar. João Falcão⁸⁰ revela que, a partir da saída de Juracy do governo, recrudescceu a perseguição aos comunistas, antifascistas e democratas. Foi um momento em que se assistiu, segundo ele, a uma onda indiscriminada de prisões, incluindo professores universitários, profissionais liberais, além de operários, sindicalistas, estudantes e militares.

Alguns prefeitos também foram presos, como Elísio Sant'Anna, como já referido, Eusínio Lavigne, de Ilhéus, Pompílio Pamponet, de Baixa Grande e Mário

⁷⁸ RISÉRIO, Adorável comunista: história política..., p. 118-119

⁷⁹ Ibid., p. 102

⁸⁰ FALCÃO, O partido comunista que eu conheci..., p. 27-28

Cravo, de Alagoinhas. Octávio Mangabeira também foi preso nesta ocasião e partiu mais uma vez para o exílio⁸¹.

A repressão que se seguiu ao decreto do Estado Novo incluiu, além da perseguição a comunistas e simpatizantes, a queima e apreensão de livros considerados subversivos. Em 19 de novembro de 1937, 1.694 exemplares de romances de Jorge Amado foram retirados das livrarias e bibliotecas e foram queimados no pátio da Escola de Aprendizes de Marinheiros. Os romances de José Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos, além do livro *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, foram retirados da sala de leitura da Biblioteca Pública de Salvador e proibidos nas livrarias da cidade⁸².

Clemente Mariani avalia que o envolvimento de Eliéser Magalhães com os comunistas contribuiu para “perturbar a clareza” do pensamento político de Juracy, naquele momento, fazendo com que ele e também o próprio Mariani fossem tachados de comunistas, quando na realidade ambos eram contrários às idéias marxistas⁸³. A situação se complicaria especialmente durante o ano de 1937 e, em especial, após o fechamento das células da Ação Integralista Brasileira na Bahia, ocorrido em 1936, quando, a partir daí, os integralistas passaram a fazer ataques sistemáticos a Juracy, acusando-o de ser conivente ou simpatizante das idéias comunistas⁸⁴.

⁸¹ Outras pessoas presas na ocasião e citadas por João Falcão, entre professores universitários e políticos foram: Edgar Mata (fundador da ANL na Bahia), Orlando Gomes, Aliomar Baleeiro (político juracista), Estácio de Lima, José Carlos Ferreira Gomes, Ademar Vasconcelos, Álvaro Dórea, Nestor Duarte (deputado estadual, líder da oposição a Juracy), Fernando Tude de Souza, Álvaro Sanches, Enéas Guedes, Arruda Câmara (dirigente do PCB), João Gustavo, Oscar Noblat (líder sindical); os operários Manoel Batista de Souza (dirigente do PCB), João Pacífico de Souza, João dos Passos, Epifânio Enério de Souza e Amaro Lopes de Carvalho; o bancário Mutti de Carvalho Martins; os jornalistas Rui Santos, Jerônimo Sodré Viana (dirigente do PCB) e Rui Facó. Ver FALCÃO, op. cit., p.28

⁸² TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. São Paulo: UNESP Salvador: EDUFBA, 2001, p. 422.

⁸³ CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 1-B. Código E-280 Fita 1-B

⁸⁴ CLEMENTE Mariani (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 8-B. Código E-280

4.2 A conversão do tenente em democrata liberal

No dia 10 de dezembro de 1937, o governador da Bahia, sentindo-se golpeado e traído pelo amigo a quem havia devotado toda a sua lealdade e que naquele momento lhe virava as costas, praticando o ato autoritário de tomar o poder pela força, dirigiu-se à sede da Rádio Sociedade da Bahia para fazer seu último pronunciamento. Getúlio Vargas desvirtuara o ideal democrático alimentado pelos revolucionários de 1930, esvaziando o processo sucessório, ao decretar o golpe de estado de 1937.

Após seis anos à frente do governo da Bahia, três deles como interventor federal, aquele jovem cearense, que chegara ao Estado como um tenente revolucionário e que aprendeu nas terras de Ruy Barbosa a lidar com as artimanhas da política, dera grandes passos. O então “forasteiro” havia se convertido em um líder político popular, querido e admirado por grande parte dos baianos. Juracy deixaria de ser um simples prenome, para ter o significado de uma corrente política.

Ao pronunciar suas últimas palavras como governador constitucional da Bahia, selava-se um pacto de fidelidade, consolidava-se uma força política, construía-se um emblema, consagrava-se o *juracisismo*. Naquela hora em que se dirigiu aos baianos no seu adeus, Juracy selava o seu futuro político. O jovem tenente revolucionário havia-se convertido no democrata que, em 1945, retornaria à política como uma das maiores lideranças da Bahia, ao lado de Octávio Mangabeira, lutando pela reconstitucionalização do país. A despedida, seria, como demonstrou a história, o início do recomeço:

A trepidação da hora presente não permite falar à Bahia com a profundidade e serenidade desejadas.

Limito-me a dizer-lhe, a ela “*Mater* da nacionalidade”, que lhe não maculei a honra cívica com atitudes diferentes dos anseios e cultura de seus filhos.

Ao ato que neste instante se consuma no Brasil, opus, convictamente, todo vigor do meu patriotismo.

Que Deus se apiede do futuro da Pátria, única preocupação presente das atribulações do meu espírito.

Despeço-me da Bahia, com a tranqüilidade de quem procurou servi-la, sincero e entusiasta. Hei de tê-la em meu coração, lembrando uma fase de dedicados esforços pela Pátria e pela Democracia⁸⁵

O pronunciamento acima, em tom de protesto, pôs fim a um processo político que durou mais de um ano e no qual Juracy Magalhães figurou como um dos principais protagonistas, ao lado de Lima Cavalcanti, governador de Pernambuco, Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, Armando Sales de Oliveira, ex-governador de São Paulo, e José Américo, ex-ministro da Viação de Getúlio Vargas.

As eleições para a Presidência da República, oficialmente marcadas para 3 de janeiro de 1938, já haviam se tornado tema das conversas políticas desde 1935, de acordo com Raymundo Faoro, que atribui a Flores da Cunha, o governador do Estado, a iniciativa de antecipar o debate sucessório⁸⁶.

Getúlio Vargas trataria do assunto no início de 1936, numa carta endereçada a Juracy Magalhães, à qual o governador baiano responderia em 8 de fevereiro de 1936. Na correspondência, ele era consultado sobre o problema da sucessão presidencial e sugeria que Getúlio assumisse o papel de "árbitro" e de "encaminhador" natural da questão da sucessão, cabendo ao presidente a palavra final⁸⁷.

Na oportunidade, Juracy confidenciaria ao chefe de governo que a "consagração política" do seu governo na Bahia seria o presidente fazer a indicação do nome "de um político baiano, que também fosse nacional" à sua sucessão. Juracy faria, no entanto, ponderações: "Sei das mínimas possibilidades de verificação dessa hipótese, aqui aventada apenas para não fugir a esse cunho de sinceridade que desejo bem estereotipado em todas as minhas manifestações para com Vossa Excelência."⁸⁸

Mais tarde, quando começaram a surgir candidaturas para a disputa ao governo federal, Juracy proporia o nome de Medeiros Neto, que não ganharia impulso. Mas não se pode descartar que ao sugerir, em fevereiro de 1936, que o candidato fosse um baiano, Juracy estivesse pensando em seu próprio nome. Afinal, além de ter conseguido o feito de enfrentar a política baiana da República Velha e de se consagrar como um

⁸⁵ MAGALHÃES, Juracy. Minha vida pública na Bahia..., p. 171. Pronunciamento de Juracy Magalhães na Rádio Sociedade da Bahia, no momento em que ele renuncia ao cargo de governador da Bahia, em 10 de novembro de 1937.

⁸⁶ FAORO, Os donos do poder..., p. 700

⁸⁷ MAGALHÃES, Minas memórias..., p 272- 273 ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Carta de Juracy Magalhães para Getúlio Vargas. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV. GV 1936 02 08.

⁸⁸ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 273

eficiente administrador público, querido por grande parte da população do Estado, incluindo representantes das classes mais altas e mais populares, ele havia se tornado um político reconhecido nacionalmente.

Contava a seu favor, ainda, o fato de ser leal ao presidente da República, o que representava a garantia de continuidade ao projeto iniciado por Vargas. Além disso, Juracy, assim como Benedito Valadares, foi um dos poucos interventores escolhidos pelo próprio presidente, quando este esteve à frente do Governo Provisório. Todos estes fatos levam a crer que o jovem político possa ter acalentado naqueles primeiros meses de 1936 a possibilidade de ser alçado à condição de presidente da República, mas os fatos que se seguiram demonstram também que a idéia foi logo abandonada.

Poucos meses depois da troca de correspondência entre o presidente e o governador baiano, este último tomaria conhecimento da articulação de um golpe militar por parte da cúpula do governo federal, com a colaboração do Exército, com vistas a assegurar a continuidade de Vargas no poder.

O governador baiano ficaria a par dos fatos no dia 24 de junho de 1936, durante uma recepção na casa de João Marques dos Reis, que comemorava aniversário. Na ocasião, o então Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, relatou a Juracy que Getúlio Vargas tinha a intenção de permanecer no poder. O argumento era que Vargas considerava que a Revolução ainda não havia concretizado seus objetivos e propunha o prolongamento do seu mandato e dos governadores eleitos em 1934, proclamando um novo golpe de estado.

No dia seguinte, Juracy fora tratar diretamente do assunto com o presidente. O governador argumentou que era contrário ao golpe. “Acho que não realizamos uma obra de governo que nos imponha como insubstituíveis e penso que o nosso dever é assegurar a continuidade do processo democrático, passando o poder a nossos substitutos”. Estas teriam sido as palavras de Juracy ao presidente, conforme consta em seu depoimento ao CPDOC⁸⁹. De acordo com o relato, Vargas tratou de descartar a possibilidade de golpe, alegando que somente poderia aceitar esta possibilidade se obtivesse o consenso de seus amigos. “Se você veta, ela está afastada”, teria dito o presidente.

⁸⁹ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 106

No diálogo reproduzido por Juracy, ele retrucaria que não vetava a iniciativa, apenas se colocava contra e propôs a Vargas a sua substituição no governo da Bahia, a fim de que o presidente pudesse levar seus propósitos até o fim:

Não, presidente, eu não veto; sou contra; mas tenho de fazer uma operação de apendicite, e não custa dizer que não fiquei bom. Renuncio ao governo e o senhor me substitui por uma pessoa que se identifique com o seu pensamento político. Não posso continuar no governo, nem passar para o seu lado. O senhor está regendo a sua orquestra. Um instrumento desafina. No início o senhor olha, e sou eu; depois, já nem precisa olhar mais, porque sabe quem é o desafinado.⁹⁰

Juracy permaneceu no governo da Bahia, e aquilo que Vargas teria induzido o governador a acreditar que se tratava apenas de uma consulta, de fato era um plano cuidadosamente articulado e que se consumiria um ano mais tarde. Passados os anos, Juracy se questionaria sobre sua atitude. Ele ponderaria que, se tivesse se mantido aliado a Vargas, poderia ter contribuído para abreviar a duração do Estado Novo, que se estendeu de novembro de 1937 a outubro de 1945. Mas frisaria que sempre esteve convicto de ter tomado a atitude correta naquele momento: “Jamais titubeei em firmar posição contrária a qualquer interrupção do jogo democrático”, declararia 50 anos mais tarde⁹¹.

Com o desenrolar dos fatos, e conforme sustentam alguns autores⁹² que se debruçaram sobre o período que antecedeu o Estado Novo, constatou-se que Vargas não pretendia entregar tão facilmente o poder que acabara de conquistar e cuja continuidade era vetada pela Constituição de 1934. Para Thomas Skidmore, mesmo antes da revolta Comunista de 1935, Vargas começaria a articular o golpe de 1937⁹³.

Logo, quando escreve a Juracy Magalhães consultando-o a respeito da sucessão presidencial, no mês de janeiro de 1936, e, em junho do mesmo ano, encarrega o ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, de consultar o governador baiano sobre o seu apoio em caso de um golpe de estado, Vargas estaria apenas sondando a posição dos seus aliados mais fiéis.

⁹⁰ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 106

⁹¹ Ibid., p. 106

⁹² SKIDMORE, Brasil: de Getúlio a Castelo..., p. 46-60 e FAORO, op.cit., p. 698-703

⁹³ SKIDMORE, id., p. 42

Ciente de que o presidente planejava o golpe de estado e acreditando poder interferir para mudar o rumo dos acontecimentos, o governador da Bahia se dedicaria a forçar Vargas a se posicionar a respeito da campanha sucessória. Com este fim, aproveitou a ocasião da visita de Getúlio Vargas à Bahia, quando da inauguração do Instituto do Cacau, em 21 de novembro de 1936, para pronunciar um discurso que, ao mesmo tempo em que homenageava Vargas, também traçava o perfil do seu sucessor.

Habilmente batizado de *O melhor entre os mais capazes*⁹⁴, o discurso de Juracy, proferido durante um jantar oferecido ao presidente, no mesmo dia da inauguração do Instituto do Cacau, rendeu loas a Getúlio Vargas, destacou a sua capacidade de líder e de estadista e listou todas as realizações do governo estadual que, sem a ajuda federal, não teriam se concretizado. Ao final do pronunciamento, o governador da Bahia, reafirmando toda a fidelidade e compromisso do Estado para com o governo federal, trouxe à tona a questão da sucessão presidencial:

A Bahia vem dizer ao Brasil e a seu grande Presidente que o seu candidato, na oportunidade justa, só poderá ser um cidadão: *o melhor entre os mais capazes*.

A Bahia entende que será o melhor entre os mais capazes, aquele que possuir virtudes morais e cívicas assecuratórias da continuidade da grande obra do incomparável chefe da Revolução Brasileira.

A Bahia entende que será o melhor entre os mais capazes, aquele que, preliminarmente, garanta, com o aval de suas tradições e o endosso de seu passado político, a defesa racional da obra lapidar de 16 de Julho, o combate ininterrupto a todos os inimigos da Democracia; aquele que tenha ouvidos para ouvir os clamores de sua época, e coração para suavizar as injustiças sociais; aquele que saiba ver o interesse do Brasil antes de quaisquer interesses regionais o de facção; aquele que, por sua experiência já comprovada, saiba, em matéria econômico-financeira, despertar as riquezas potenciais e estimular e organizar as existentes num regime democrático de cooperação econômica; aquele que, fugindo aos “regimes” de degradação da personalidade humana”, possa realizar, “pela cultura e inteligência, a democracia da oportunidade”, de que falava o grande e vitorioso campeão da democracia norte-americana - Franklin Roosevelt; aquele que, a exemplo de Vossa Excelência, saiba manter todas as conquistas brasileiras no departamento das urnas livres e soberanas; aquele que, dotado de indispensável providência, não esqueça de que ao *dormientibus non succurrit jus*; aquele que entenda por administrar, o conjunto dos atos que importam em “prever, organizar, comandar, coordenar e controlar”; aquele que, com espírito filosófico, visão matemática e descortino científico, seja penhor seguro da manutenção do trinômio básico da Federação,

⁹⁴ MAGALHÃES, Minha vida pública..., p.137-149

nacionalismo e Democracia, e que tenha a sabedoria política de atualizar o regime democrático, adaptando as fórmulas e processos à realidade contemporânea; aquele, enfim, que venha a ser o mensageiro da prosperidade e grandeza do Brasil e da felicidade e harmonia dos brasileiros.

É esse o homem que a Bahia julga ser o *melhor entre os mais capazes*. Esse é que será o seu candidato à sucessão presidencial. Esse é que deve ser o candidato nacional à sucessão de Vossa Excelência.

Na escolha patriótica desse estadista, só com essas virtudes, à altura da sucessão, é que, estou bem certo, Vossa Excelência há de colaborar com os conselhos de sua alta sabedoria, com os avisos de sua profunda experiência e com os desvelos de seu incomparável patriotismo, na solução superior do problema magno da democracia brasileira, pelo qual interessa e palpita a ânsia de progresso e de aperfeiçoamento da alma imortal do Brasil [...] ⁹⁵

Quando pronunciou o discurso acima, o então governador da Bahia declarou não ter nenhum nome em mente e que sua intenção foi apenas a de trazer o problema à tona com o objetivo de forçar o surgimento de uma solução de consenso que contribuísse para solucionar a crise sucessória. O presidente receberia o pronunciamento do governador com insatisfação, conforme observa o próprio Juracy ⁹⁶. A iniciativa foi também uma forma de tentar forçar Getúlio Vargas a recuar nos seus propósitos continuístas.

Armando de Sales Oliveira já era candidato declarado à presidência, mas não tinha a simpatia do presidente Vargas. Naquela noite, após o jantar, Juracy relatou ter procurado Henrique Bayma, que havia sido presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo e deputado federal, para propor uma fórmula com vistas à sucessão:

Olha Bayma, Dr. Getúlio, evidentemente, não quer passar o governo. Precisamos criar uma fórmula política que lhe imponha a transmissão do cargo. Vocês não são tão amigos dele quanto eu; minha amizade pelo presidente impõe-me encontrar uma fórmula que seja do seu agrado. Não vou sugerir-lhe que apóie o Armando, que é contra ele. Não posso fazer isso. Vamos estudar uma fórmula que permita chegar a um candidato aceitável. Bayma, apesar de toda sua experiência, recusou minha oferta. Era a intransigência paulista... Sempre fui imaginoso em fórmulas políticas. [...] Nesse caso também engendrei uma fórmula. Eu, Flores da Cunha, Benedito Valadares, Armando de Sales e Lima Cavalcanti, quase todos amigos do dr.

⁹⁵ MAGALHÃES, Minha vida pública..., p.137-149 - Trecho do discurso de Juracy Magalhães proferido no dia 21 de novembro de 1936, durante jantar festivo em homenagem ao presidente da República Getúlio Vargas, em visita a Salvador para inauguração do Instituto do Cacau.

⁹⁶ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p.100

Getúlio, iríamos ao presidente e exporíamos o nosso pensamento, de que chegara a hora de se articular um nome para substituí-lo. Sugerir uma lista tríplice a ser submetida ao Dr. Getúlio. O primeiro nome era Armando Sales Oliveira, governador de São Paulo, que tinha sido escolhido interventor pelo próprio presidente. O outro, Medeiros Neto, presidente do Senado, homem da maior confiança do Dr. Getúlio, mais amigo dele do que meu. E, finalmente, José Américo, que era meu amigo, mas tinha sido ministro do Dr. Getúlio e mantinha com ele uma boa amizade.⁹⁷

E, assim, Juracy Magalhães partiu para a organização da citada fórmula a ser apresentada a Getúlio. Antes de procurar Armando Sales, no entanto, para fazer a proposta, Juracy achou conveniente ter o aval do presidente da República. Este o autorizou a dar os devidos encaminhamentos sobre a questão da sucessão presidencial, mas, quando se encontrava reunido com Sales, em São Paulo, o governador paulista recebeu a visita do deputado Pisa Sobrinho, portador de um recado do presidente. Por meio do emissário, Vargas desautorizava Juracy a tratar de qualquer assunto político: "O governador Juracy Magalhães vai conversar um assunto político por sua conta e risco", o presidente negava tê-lo nomeado seu mensageiro. A conversa teria sido encerrada naquele momento. Juracy escreveria a Vargas em seguida fazendo referência ao ocorrido e informando que aguardava ordens do presidente⁹⁸.

Enquanto alguns governadores tentavam montar uma equação que permitisse a continuidade do jogo democrático no país, durante o primeiro semestre de 1937, quando as duas candidaturas tomaram corpo, Vargas estava pondo em prática uma habilidosa estratégia com o objetivo de neutralizar estas forças.

A articulação, que reúne os governadores da Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco, seria, na visão de Raymundo Faoro, uma tentativa de retroação à antiga política dos governadores, ou, uma "política dos governadores reformada," como ele prefere chamar, tendo à frente o Estado do Rio Grande do Sul, que tinha a "presunção" de ser o "senhor do governo federal"⁹⁹. Assim, a antiga estrutura que a Revolução de 30 empenhara-se em destruir começava a se redesenhar no cenário nacional com o fortalecimento político dos estados e o retorno de São Paulo ao campo de batalha reivindicando a Presidência da República.

⁹⁷ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p.100

⁹⁸ Ibid, p. 102

⁹⁹ FAORO, Os donos do poder.... p. 700

Mas Vargas estava atento a todas estas movimentações e, se “por um lado, parecia cooperar com preparativos para a campanha presidencial, negociando com líderes estaduais; contudo, ao mesmo tempo, trabalhava para isolar os mais refratários dentre os mesmos”¹⁰⁰. O isolamento, na prática, traduziu-se por uma série de intervenções do governo no Distrito Federal nos Estados, começando pelos menores, como Mato Grosso, Maranhão, e incluindo os maiores, como o Rio Grande do Sul.

Com o apoio do general Góis Monteiro, as intenções de Vargas se faziam mais claras com a colocação em prática de uma estratégia de neutralização das lideranças políticas estaduais que representavam um entrave às intenções golpistas do presidente. Na Bahia, onde o governo era ocupado por Juracy Magalhães; em Pernambuco, governado por Lima Cavalcanti; no Rio Grande do Sul, sob o comando de Flores da Cunha; e em São Paulo, dos partidários de Armando Sales de Oliveira, o general Góis Monteiro empreendeu a substituição gradativa dos ocupantes dos altos postos militares.

Essa estratégia começou a ser implementada nos dois anos que antecederam o golpe e o propósito era poder contar com os novos comandantes, caso fosse necessário assumir o controle das milícias estaduais e das forças federais nos referidos Estados¹⁰¹. Na Bahia, o chefe militar encarregado deste papel seria o general Dantas, que assumiria o comando da 6ª Região Militar e o governo do Estado com a renúncia de Juracy Magalhães ao governo, em 1937.

Além de planejar a estratégia militar com vistas a garantir nos Estados a presença de militares aliados ao governo federal nos postos de comando, Vargas também soube manipular com exímia destreza o jogo das candidaturas, fazendo com que as movimentações em torno dos nomes cotados a sucedê-lo ganhassem vigor, ao mesmo tempo em que eram esvaziadas.

Em primeiro lugar, Vargas absteve-se de dar apoio ostensivo aos dois candidatos que se apresentaram para disputar as eleições e, com isso, deu vazão a uma situação de dubiedade e indefinição que, de alguma forma, contribuiu para enfraquecer o processo, ou pelo menos, para confundi-lo.

O candidato José Américo de Almeida, por exemplo, político e romancista da Paraíba, que fora um dos líderes da Aliança Liberal e porta-voz das medidas autoritárias

¹⁰⁰ SKIDMORE, Brasil: De Getúlio a Castelo.... p. 46

¹⁰¹ Ibid, p. 47-48

defendidas pelos tenentes nos dois primeiros anos após a Revolução de 30¹⁰², lançou-se na campanha eleitoral como candidato do governo. Cabe lembrar, ainda, que ele foi ministro da Viação do Governo Provisório de Vargas, o que reforçava ainda mais as suas credenciais de candidato do governo, sem esquecer que ele representava também os interesses do tenentismo. José Américo tentaria conquistar os eleitores da classe média, argumentando sobre a importância do voto enquanto instrumento de transformação política e econômica¹⁰³.

O candidato Armando Sales afastara-se do governo de São Paulo para disputar as eleições presidenciais, após uma bem-sucedida gestão administrativa. Ele tinha o apoio de uma aliança política recém-formada, a União Democrática Brasileira, e era considerado representante do constitucionalismo liberal. Seu discurso proclamava, essencialmente, a sua fé no processo democrático e alertava para os perigos da ameaça comunista e integralista. Considerava-se que ele tinha boas chances de ganhar a disputa eleitoral¹⁰⁴.

Em sua manobra política, o presidente da República alimentava as expectativas de que José Américo fosse o candidato oficial do governo, ao mesmo tempo em que alimentava as especulações em torno de algum movimento surpresa por parte do governo federal. Foi nesse contexto que foi lançada a candidatura de Plínio Salgado pelos integralistas, que aguardavam por uma definição por parte de Vargas¹⁰⁵.

A indefinição estratégica adotada por Vargas estimulou os governadores empenhados em contribuir para garantir a continuidade do processo político iniciado a partir da promulgação da Constituição de 1934 a articularem alternativas de forma a obter um posicionamento por parte do chefe de governo.

José Américo, por ser o candidato mais afinado com os tenentes e por representar um Estado do Norte, tinha a simpatia natural de Juracy Magalhães pela sua candidatura. No plano estadual, a oposição a Juracy se alinharia com a candidatura de Armando Sales, conforme observou Pedro Calmon¹⁰⁶, considerado pelo grupo político da corrente autonomista o “candidato da esperança”.

¹⁰² SKIDMORE, Brasil: de Getúlio a Castelo..., p. 45

¹⁰³ SKIDMORE, id.; e FAORO, op. cit., p. 701

¹⁰⁴ SKIDMORE, id., p. 44-45

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ PEDRO Calmon (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Fita 1-B. Código E-280

José Américo contava também com o apoio do governador de Pernambuco, Lima Cavalcanti, solidário à idéia de ter um presidente representante do Norte do país, e do governador de Minas, Benedito Valadares. Valadares, que chegou a participar das articulações iniciais em torno da candidatura de Américo, comprometendo-se a romper com o presidente, na última hora, manteria-se fiel a Vargas e daria suporte ao golpe de 1937¹⁰⁷.

A partir do momento em que pressentiu a indisposição de Vargas de ceder ao jogo democrático, e dentro da proposta de conceder a palavra final ao presidente sobre a sucessão presidencial, o grupo de governadores alinhados com a proposta de uma saída democrática para o processo sucessório proporia uma alternativa: a candidatura de um general do Exército e a retirada das candidaturas de Sales e Américo. Era a última cartada para tentar evitar o golpe de estado.

O então deputado pessedista Manuel Novais¹⁰⁸ declarou, em seu depoimento, que atuou, na ocasião, no final de outubro de 1937, como uma espécie de pombo-correio do governador baiano nessa articulação que propunha o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato. Novais acreditava que, se houvesse mais tempo para que a candidatura de Gomes ganhasse impulso, o golpe poderia ter sido evitado. Conforme relatou, no final, os candidatos Armando Sales e José Américo, que chegaram a polarizar a disputa pela sucessão e estariam dispostos a abandonar suas respectivas candidaturas para evitar a tomada do poder pela força. Destas articulações, de acordo com Novais, participavam tanto o grupo ligado a José Américo, tendo Juracy à frente, quanto o grupo ligado a Armando Sales.

O Rio Grande do Sul, que tomou posição ao lado de Armando Sales, representou um entrave às maquinações concebidas por Getúlio por ser um Estado forte, dotado de uma poderosa e numerosa milícia controlada pelo governo estadual. Pedro Calmon, que teve a oportunidade de visitar o Rio Grande do Sul como integrante da campanha de Armando Sales, revelou que o clima no Estado era de um conflito armado iminente.

A oposição a Flores da Cunha pusera em prática os preparativos para o seu *impeachment*, enquanto que, do ponto de vista militar, a antiga Brigada do Rio Grande do Sul era federalizada. Em seguida, o Rio Grande do Sul foi cercado pelas forças do Exército, obedecendo a uma determinação do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da

¹⁰⁷ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 99

¹⁰⁸ MANUEL Novais (depoimento), CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1984. Fita 3-A.

Guerra. O ato forçou Flores da Cunha a renunciar ao governo e exilar-se no Uruguai, deixando Armando Sales sem o seu principal aliado¹⁰⁹. Em 19 de outubro de 1937, foi decretada intervenção federal no Rio Grande do Sul¹¹⁰.

A partir daí, vários fatos se sucederam, sinalizando a iminência de um golpe de estado, que estava inicialmente programado para o dia 15 de novembro¹¹¹. No dia 8 de novembro, o ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, renunciou ao cargo, e no dia 9, o senador paulista Paulo de Moraes Barros ocupou a tribuna do Congresso para ler uma carta encaminhada por Armando Sales denunciando o golpe que se desenhava. No discurso, Moraes Barros descreve a movimentação do Exército em torno da Bahia e de São Paulo:

Sr. Presidente, ao se esboçar a campanha da sucessão presidencial, de par com o júbilo que esse evento causava às populações brasileiras, pesava sobre o espírito público a dúvida manifestada aqui, ali e além pela interrogativa: haverá eleição?

Essa dúvida não deixava de ser justificada.

Desde a declaração do Governador do Rio Grande do Sul de que a sucessão havia de ter lugar; desde a renúncia do Governador Armando Salles de Oliveira do Governo de S. Paulo que a má vontade do alto começou a se pronunciar contra o Estado de São Paulo, cortando-se as boas relações entre o Governo desses Estados e o Governo Central, entregando-se, desde logo, todos os postos que deste dependiam aos adversários da situação regional. [...]

Concomitantemente, ouvia-se por toda parte o boato – e sob o regimen do boato, infelizmente vive a nação há muitos meses – de que se projetava uma intervenção no Estado do Rio Grande do Sul, com o fim de depor o seu Governador.

Desta Tribuna, tive oportunidade de pedir informações a respeito da mobilização de tropas em direção àquele estado sulino. [...]

Mais tarde, diante de uma representação dos Srs. Ministros das pastas militares, o Sr. Presidente da República enviou mensagem ao Poder Legislativo, solicitando a decretação do estado de guerra, em face da grave comoção intestina existente no país, essa votada nesta e na outra Casa do Parlamento. [...]

Após a decretação do estado de guerra, pronunciaram-se mais ativamente as medidas militares de cerco ao RS e que culminaram pela deposição do Governador daquele estado. [...]

Consumada a modificação radical no Estado do Rio Grande do Sul, voltou-se a atenção do governo central para um outro signatário desse pacto, o Governo do Estado de SP, que, desde logo, viu as suas fronteiras com Minas guarnecidas por 8 batalhões da Força Pública mineira. [...]

¹⁰⁹ SKIDMORE, op. cit., p. 48-49

¹¹⁰ ABREU, Dicionário Histórico-biográfico..., p. 1736-1748 (v. 2)

¹¹¹ AMARAL, 1960 apud SKIDMORE, op. cit., p. 49

Anuncia-se agora que o terceiro estado signatário do pacto de defesa contra ataques possíveis à autonomia estadual – o Estado da Bahia – também está sendo alvo de umas tantas medidas militares tendentes a pôr-lhe apertado cerco.

De fato, é sabido – mesmo porque não era possível esconder – que um navio do Lloyd, o “Poconé”, saiu com destino a São Salvador, levando grande cópia de material bélico, cerca de 2.000 homens de tropa regular, 220 animais, bateria de obuzeiros, de canhões de tiro rápido e de artilharia pesada.

Também constou, ao mesmo tempo, que as forças estaduais de Sergipe e Espírito Santo eram mobilizadas em direção ao Estado da Bahia.[...] Este é o quadro que se desenha no grande cenário da política federal. [...]

Entretanto, Sr. Presidente, o ambiente nacional oferecia um panorama confortador, por enquanto, através muitos desses sucessos, as candidaturas presidenciais continuaram a fazer o seu caminho. O regime democrático era propellido na sua natural diretriz e a campanha iniciada processava-se calmamente.[...]

Hoje não há ninguém de boa-fé a acreditar que a deposição do Governador do RS e a compressão que ora se faz contra os Estados de SP e da Bahia sejam para reprimir o comunismo, causa articulada sempre, quer como fundamento de estado de guerra, quer das medidas extremas que vão sendo tomadas contra indivíduos e contra Estados da Federação. Esse Estado de cousas, é claro, mais do que todos os fatos ocorridos durante os primeiros tempos até a cessação da campanha presidencial, inquietava o espírito público. Era o extremismo do centro, a que já tive oportunidade de me referir nesta tribuna, em ação; era esse extremismo sae manifestando de forma alarmante, não já contra a possibilidade de prorrogação de um mandato, prorrogação aliás não permitida pelo nosso pacto fundamental, mas inquietação devida a essas providências extremas e aos boatos que circundavam¹¹².

Ao finalizar o discurso acima, o senador leu carta de Armando Sales Oliveira, datada de 8 de novembro de 1932, conclamando as forças militares do País a reagirem à tentativa de golpe e fazendo a defesa do regime democrático. Sales diria na carta lida em plenário que não renunciaria à sua candidatura como lhe quiseram impor.

No dia 10 de novembro de 1937, o Congresso era cercado pelo Exército e suas funções eram extintas. Vargas iria à rádio justificar o golpe, explicando que o Brasil devia deixar de lado a “democracia dos partidos” que “ameaça a unidade da pátria”. Descreveu o Congresso como sendo “um aparelho inadequado e dispendioso”, cuja

¹¹² ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas. Discurso do senador Morais Barros pronunciado na Câmara em protesto contra as medidas tomadas pelo governo nos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo e solicitando a permissão para a leitura de uma carta de Armando de Sales Oliveira, dirigido aos chefes militares do Brasil, denunciando um golpe de estado: CPDOC Rio de Janeiro: FGV. GV.c.1937.11 08/4.

continuação era “desaconselhável”. O Brasil não tinha outra alternativa, continuaria, a não ser instituir um “regime forte, de paz, justiça e de trabalho”¹¹³.

Enquanto no plano nacional o golpe desenhava seus passos, na Bahia, Juracy Magalhães enfrentaria um de seus momentos mais delicados politicamente, marcado por indisposições com o comandante da 6ª Região Militar, coronel Antonio Fernandes Dantas. Dantas telegrafaria ao ministro da Guerra, Eurico Dutra, denunciando Juracy por sua atitude pouco enérgica em relação aos comunistas, pela omissão do governo baiano em relação ao decreto do estado de guerra, que não estaria sendo cumprido no Estado, apesar de estar em vigor em todo o País, e comunicando ainda denúncias sobre a existência de numerosos depósitos de armamento clandestino pertencente ao governo do Estado¹¹⁴.

Os famosos caixotes de armamento levaram Juracy a se indispor seriamente com o comandante Dantas. Tratava-se, de fato, de fardamento para os policiais do Estado. A denúncia de que se tratava de armamentos teria sido feita por integralistas, e o assunto foi levado para a comissão estadual do estado de guerra, da qual eram membros o governador e o comandante da 6ª Região.

Juracy Magalhães seria convidado a aderir ao golpe de 1937, mas recusou-se e preferiu retornar à vida militar, da qual estivera afastado durante o período em que esteve à frente do governo da Bahia. Após entregar o cargo, Juracy permaneceria ainda por alguns dias na Bahia, refugiando-se na tranquilidade de Itaparica. No momento da sua partida da Bahia, Juracy revelou ter recebido uma calorosa homenagem da população baiana:

Eu estava traduzindo os sentimentos da Bahia. A prova disso é que, oito anos depois, liquidado o Estado Novo, quando voltei a disputar eleições, fui o candidato mais votado de todo o Estado. Aliás, mesmo antes da redemocratização, o povo baiano teve a oportunidade de demonstrar quanto carinho e respeito me devotava, em 1941, quando passei pela Bahia, a caminho de Recife, onde iria realizar manobras militares. Quando o navio em que eu viajava ancorou em Salvador, recebi a mais consagrada recepção de toda a minha vida. Três armazéns apinhados de gente, reunindo-se numa manifestação de tal vulto que Hélio Silva, em seu livro *Por que depuseram Vargas*, a considera o primeiro ato público de protesto contra o Estado Novo.

¹¹³ SKIDMORE, op. cit., p. 50

¹¹⁴ ARQUIVO pessoal de Getúlio Vargas.CPDOC Rio de Janeiro: FGV. GV.c.1937.11 02

Toda a oposição participou. Inclusive os comunistas que estavam escondidos na Bahia¹¹⁵.

Uma descrição do que foi o referido ato público consta de uma carta endereçada a Luísa Barreto Dantas, escrita em 1941 por uma senhora de prenome Maria do Carmo e que consta do acervo pessoal de Getúlio Vargas:

[...] Que deram sobre a passagem do Juracy aqui pela Bahia os jornais daí? Creiam que foi uma verdadeira apoteose. Dizem que manifestação igual só recebeu o Ruy Barbosa! Milhares de pessoas, a mais alta sociedade (quase o tribunal completo e mais aposentados, médicos, advogados, professores, alto comércio...) o acompanhou do cais até o Iate Clube. O povo, ao passar pelo palácio, gritava: “Entre, aí é o seu lugar, entre!” (Acinte ao atual governo que é antipático à maioria dos baianos, a Bahia está sufocada de impostos.) O Juracy Magalhães desembarcou no cais, sobre um tapete de 15 metros de flores, recebeu mais de 100 *corbeilles* que foram transportadas em caminhão para bordo. Esgotou o estoque de flores. O Iate Clube esteve abarrotado de gente por todo o dia, tendo havido almoço e jantar de mais de 600 talheres. Ninguém esperava tal recepção, tudo foi feito em surdina, os jornais deram um pequeno e simples convite-comunicação da sua chegada. A polícia absolutamente não contava com tal surpresa. Vieram de fora 5 bandas de música. A maioria do comércio fechou as portas na ocasião da passagem, isto tudo preparado em surdina. Para disfarçar, os jornais deram a notícia atribuindo a manifestação “ao Exército”, na pessoa de oficiais do Estado-Maior. Desculpa mais esfarrapada, há 15 dias por aqui passou o Ministro da Guerra e “ninguém não viu... nada!”, como diz o tabaréu. [...] A verdade nua e crua é que o Juracy Magalhães é realmente muito querido aqui, soube granjear amigos, fora de toda política. Ele foi recebido como “um amigo”, foi uma manifestação de amizade da maioria das famílias, da melhor sociedade¹¹⁶.

Com a reabertura política e a reconstitucionalização do país a partir de 1945, Juracy Magalhães se aliaria a outra importante liderança política baiana do século XX, Octávio Mangabeira. Sua vida política se estenderia até o ano de 1967, quando aposentou e passou a se dedicar à vida empresarial.

Com a saída de Juracy Magalhães do Governo do Estado, Getúlio Vargas nomeou o coronel Antonio Fernandes Dantas interventor federal na Bahia, que assumiu imediatamente o poder e já no dia 12 de novembro empossava os primeiros

¹¹⁵ MAGALHÃES, Minhas memórias..., p. 104-105

¹¹⁶ Ibid., p. 292-293. Carta de Maria do Carmo a Luísa Barreto Dantas, escrita em 1941.

auxiliares¹¹⁷. Sua administração foi breve e se limitou à nomeação de prefeitos e outras autoridades. Em 28 de março de 1938 assumiria em seu lugar Landolfo Alves, que ficaria à frente do governo baiano até 24 de novembro de 1942.

¹¹⁷ NOVO governo do Estado (O) – Tomam posse os auxiliares do coronel Fernandes Dantas. A Tarde, Salvador, 12 nov. 1937, p. 2

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período que encerra os sete anos transcorridos entre a Revolução de 30 e o Estado Novo foi marcado por uma ampla transformação no cenário político na Bahia. O Estado se manteve à margem do processo vitorioso comandado pela Aliança Liberal, que conduziu Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório, e isso implicaria total alheamento das lideranças do Estado do processo político que transformaria historicamente a República brasileira. Cabe lembrar que, à exceção do envolvimento de Seabra e de uma meia dúzia de estudantes, as idéias renovadoras difundidas pela Aliança Liberal não chegaram a ter uma penetração significativa entre os baianos, que preferiram acalentar o sonho de ter um representante do Estado na vice-presidência da República, com a candidatura de Vital Soares.

A designação de Juracy Montenegro Magalhães, em 1931, para a interventoria baiana, representaria a consolidação da Revolução de 30 no Estado. O então tenente adotaria ao mesmo tempo uma política de conciliação com as antigas lideranças, ao mesmo tempo em que, recorrendo ao uso da força, reprimiria as principais manifestações contra o seu governo, conseguindo assegurar o controle político do Estado.

Fiel à luta dos tenentes, Juracy não alimentaria, de início, ambições políticas. Empreenderia todos os esforços para a concretização dos chamados ideais revolucionários, um conceito vago que, na prática, significaria, essencialmente, a adoção do voto secreto e a implantação da Justiça Eleitoral, num esforço nacional para garantir a moralidade nos processos de representação política, em vigor durante a República Velha.

A interventoria serviria como oportunidade para o jovem tenente exercitar suas habilidades no campo da política, ao ter que garantir, num ambiente declaradamente hostil à sua nomeação, a governabilidade, que buscou construir a partir da formulação de alianças políticas, por vezes espúrias e contraditórias.

Assim, Juracy Magalhães se aliaria a antigas lideranças depostas pela Revolução de 30, mas contribuiria para a renovação dos quadros políticos ao trazer para seu lado jovens aspirantes ao ingresso na vida pública. Da mesma forma, aliou-se aos coronéis

do sertão e conseguiu submetê-los ao poder centralizado instituído durante a sua gestão, ao mesmo tempo em que promoveu uma renovação dos processos políticos no interior, ao implantar núcleos do partido situacionista, que modernizou o processo de representação no âmbito municipal.

As velhas práticas eleitorais não desapareceram, mas, sem sombra de dúvida, a organização partidária estabelecida pelo interventor resultaria numa estratégia altamente eficiente que provocou o esvaziamento de antigas desavenças políticas que marcaram o ambiente municipal na Bahia da Velha República. Juracy conseguiu pacificar os coronéis, após estes terem sido desarmados pela Revolução de 30, e manobrá-los com vistas a atender aos seus propósitos políticos.

Com uma estratégia que previa uma ação modernizadora, adotando novas práticas políticas, promovendo o reaproveitamento de antigos quadros e o lançamento de novos nomes no cenário político, Juracy plantou o juracisismo.

O juracisismo poderia ser apenas mais uma dentre tantas correntes políticas que se sucederam ao longo da história da Bahia. Mas seu caráter estadual revelava a sua especificidade: Juracy não se consolidou como um homem público identificado com a população urbana da capital, conquistou os sertões e se tornaria um verdadeiro mito na política estadual no século XX.

Não se pode perder de vista que o jovem tenente forasteiro, que chegara à Bahia, em 1931, como um aguerrido defensor de princípios de um modelo ditatorial e militar, ao renunciar ao Governo Constitucional, em 1937, havia se convertido num baiano (de coração) defensor de princípios caros aos autênticos homens da terra: a herança civilista de Ruy Barbosa.

A experiência de seis anos na Bahia, no convívio com importantes juristas de renome nacional, decerto transformaria o antigo tenente idealista que ajudou a realizar a Revolução de 30 tanto na trincheira militar, quanto nos postos de comando público que lhe foram conferidos (como interventor e governador constitucional).

Diante dos indícios de que Vargas pretendia não ceder ao jogo democrático que previa a sua substituição na Presidência da República, nas eleições marcadas para 3 de janeiro de 1938, Juracy seria um dos primeiros a se movimentar com vistas a forçar o presidente a encaminhar o processo sucessório. Sua batalha para assegurar a manutenção do regime democrático seria perseguida até os últimos momentos de 1937, até Getúlio Vargas decretar o golpe.

Ele não se deixaria convencer pelo terror de uma ameaça comunista e apostava que o país poderia continuar sua evolução política exercitando a prática democrática. A esta altura, já convertido ao legalismo constitucional, defendia o revezamento dos representantes populares nos cargos públicos, o pleno exercício do voto, a consagração política pela vontade popular.

Ao assumir os riscos de defender a preservação dos direitos constitucionais, ele remava na mesma direção do clamor que ouvia das massas. Havia escolhido o lado certo, havia adotado a estratégia certa, havia conquistado a fidelidade popular. Sua afinidade com as massas estava selada por um compromisso político, mas sobretudo por seu carisma pessoal.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivos

Arquivo Público do Estado da Bahia: documentação referente à administração pública nas duas gestões de Juracy Magalhães

Arquivo da Fundação Getúlio Vargas: arquivo pessoal de Juracy Magalhães e de Getúlio Vargas

Biblioteca Pública do Estado da Bahia: periódicos de 1930-1937

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: pesquisa nos periódicos publicados no período de 1930 a 1937

Periódicos consultados

A Tarde – 1931-1937

Diário de Notícias – 1931-1937

Diário da Bahia – 1931-1937

O Imparcial – 1931-1937

Depoimentos registrados no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas

Luiz Viana Filho

Antonio Balbino de Carvalho Silva

Régis Pacheco

Manoel Novais

Orlando Moscozo

Pedro Calmon

Clemente Mariani

Manuel Pinto de Aguiar

Rômulo Almeida

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves (coord.). Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001

AGUIAR, Manoel Pinto de. Desenvolvimento, planejamento e expansão demográfica. Salvador: Gráfica Universitária/UFBa, 1978.

_____. Abastecimento, crises motins e intervenção. Rio de Janeiro: Pilobiblion, 1985.

ALMEIDA, Aristeu et. al.. Rômulo: o construtor de sonhos. Salvador: Conselho Regional de Economia, 1995.

ALMEIDA, Gilberto de Wildberger. Política e Mídia na Bahia: a trajetória de Antonio Carlos Magalhães. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Comunicação, 1999.

ALMEIDA, Rômulo. *Traço da História Econômica da Bahia no último século e meio*. Planejamento, n. 1, set./out. 1973.

_____. Nordeste: desenvolvimento social e industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. O Nordeste no segundo governo Vargas. Fortaleza: BNB, 1985.

AMADO, Jorge. O cavaleiro da esperança. 2. ed. Publicações Europa/América, 1982

ANDRADE, Rachel Ma. de Araújo. Migração e Industrialização: o caso do CIA. 1973 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ARINOS, Afonso. Um praticante da democracia: Otávio Mangabeira. Salvador: Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.

AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1959.

_____. Les elites de couleur dans une ville brésilienne. Paris: UNESCO, 1953.

BALEEIRO, Renan. Notas de ver e ouvir. Salvador: Nova Alvorada, 1995.

BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

BASTIDE, Roger. Brasil, Terra de Contrastes. São Paulo: DIFEL, 1969.

BENEVIDES, Ma. Vitória. A UDN e o Udenismo: ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945 – 1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERBERT DE CASTRO, Renato. Biografia de Luis Viana Filho: 1930 – 1985. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BOAVENTURA, Eurico. Fidalgos e Vaqueiros. Salvador: Imprensa Universitária da Bahia, 1989.

BORBA, Silva Fraga C. Industrialização e exportação de fumo na Bahia. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BRITO, Luiz Navarro de. Luiz Vianna Filho. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

_____. As Eleições de 1978 e seus Resultados, In: BRITO, Luiz Navarro de. As Eleições Nacionais de 1978, Brasília. Fundação Milton Campos, 1979. (v. 2)

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Visão do Paraíso. São Paulo: Nacional, 1985

_____. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

CALASANS, José. Miguel Calmon Sobrinho e sua época: 1912 – 1967. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1991.

CALMON, Pedro. Memórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Edson. A cidade do Salvador. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

CARONE, Edgard. A República Nova (1930- 1937). 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1973.

CARVALHO José Murilo de - Forças Armadas e Política, 1940-1945. A Revolução de 30: Seminário Internacional, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1980. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

CASTRO, Nády de Araújo. Relações de Trabalho e Práticas Sindicais na Bahia. Salvador: UFBA, 1995.

CHAUI, Marilena. O que é ideologia ? 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHAUNU, Pierre. A história como ciência social. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Espelhos na Penumbra: o enigma soteropolitano – ensaio e bloqueio da autonomia política de Salvador (1947-1959). Salvador: UFBA, 1996

FALCÃO, João. O Partido Comunista que eu conheci. 2 ed. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000.

FÁLCON, Gustavo. Os coronéis do cacau. Salvador: Ianamá/UFBA, 1995.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998.

FAUSTO Boris. História do Brasil. 4. ed. São Paulo: USP, 1996.

_____. A Revolução de 30: Historiografia e História. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRANCO, Tasso. O Círculo do Poder na Bahia. Salvador: Franco Produções, 1990

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Os donos dos frutos de ouro. 1979. *Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.*

_____. “Eu vou para a Bahia”: construção da regionalidade contemporânea. Bahia Análise e Dados: SEI, Salvador, n. 4, v. 9, p. 24-37, 2000.

_____. A Bahia em pedaços/ou uma política de oligarcas e (neo)oligarcas. Revista do CEAS, Salvador, n. v. , p, 1994.

FREYRE, Gilberto. Ordem e progresso. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 18. ed. São Paulo: Nacional, 1982.

FURTADO, Celso. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFFEL, 1977.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

GUEIROS, José Alberto. O Último Tenente. Rio de Janeiro. Record, 1996.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia: 1930- 1964. 1982. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

HIPÓLITO, Lúcia. PSD de Raposas e reformistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLANDA Aurélio Buarque. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

JAMBEIRO, Othon (org.). Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação. Salvador: EDUFBA, 2004.

KRAYCHETE, Elza Souza. *A Indústria na Bahia: 1988 - Uma Interpretação a Partir de Ramos Industriais e Secções Produtiva. 1886*. Dissertação (Mestrado em Economia) — Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LE GOFF, Jacques, (dir). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo Enxada e voto. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997

LEVI- STRAUSS, Claude. Tristes tropiques (1955). Paris: Plon, 1965.

LINHARES, Hermínio. Contribuição à história das lutas operárias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

LINS, Wilson. Otávio Mangabeira e sua circunstância. Bahia. Conselho Estadual de Cultura, 1969.

MAGALHÃES, A. C. Política é Paixão. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

MAGALHÃES, Juracy. Defendendo o meu governo: explicações a Bahia a propósito de um livro de J.J Seabra. Salvador: Naval, 1934.

_____. Minha vida pública na Bahia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. Minhas Memórias Provisórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- MANGABEIRA, João. Oração de Paraninfo. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1984.
- MARIANI, Clemente. Análise do Problema Econômico Baiano. Revista Planejamento: SEPLANTEC, Salvador, v. 5, n. 4, p.55-121, out./dez. 1977.
- MARIN Richard. *Un itinéraire singulier dans le catholicisme brésilien*. In: MATTOSO, Katia de Queiroz. (org.). Mémoires et identités au Brésil. Université de Paris IV/ Institut de Recherches sur les Civilisations de l'Occident Moderne/Centre d'Études sur le Brésil/ l'Harmattan, 1996
- MATTOS, Arioaldo. O corta braço. 2. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.
- MATTOS, José Batista Freitas. ACM: o mito. Salvador: BDA Bahia, 1996.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia Século XIX: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MENDONÇA, Edízio. O Coronel Militão Coelho. Salvador: Gráfica Central, 1980.
- MENEZES, Jaime de Sá. Vultos que ficaram: os irmãos Mangabeira (Francisco, João e Otávio). Salvador: MF, 1977.
- MOREIRA LEITE, Dante. O caráter nacional brasileiro. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- NETO, Joviniano C. Eleições de 1986: o Fim de um Ciclo Autoritário. In: NETO, Joviniano C. O Voto da Mudança: eleições Bahia de 1986. Salvador: Serpro, 1986.
- NETO, Paulo Fábio Dantas. Espelho na Penumbra: o Enigma Soteropolitano. 1987. Dissertação (Mestrado em Administração) — Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- OLIVEIRA, Francisco. O Elo Perdido: Classe e Identidade de Classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, Franklin. Usinas dos sonhos do sindicalismo petroleiro na Bahia: 1954-1964. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996.
- PANG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

PINHEIRO, Israel. A política na Bahia: atraso e personalismos. Ideação: Núcleo Interdisciplinar de estudos e Pesquisas Filosóficas da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, v. 1. n. 4, p. 49-77, 1997.

_____. Otávio Mangabeira: um liberal no seu tempo. Vide e Verso, Salvador, n. 2, p. 5-8, set. 1997.

PRADO, Caio. Histórica Econômica do Brasil. 31. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Darcy - *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1975.

RISÉRIO Antônio. Avant-garde na Bahia. São Paulo: Instituto Lima BO e PM Bardi, 1995.

_____. Adorável comunista: história política, charme e confidências de Fernando Sant'Anna. Rio de Janeiro: Versal, 2002

ROLIM, Francisco S. C. Política nos Currais. João Pessoa: Acauã, 1979.

ROSA, Dora Leal. O mandonismo local na chapada diamantina. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador .

SALGADO, Plínio. Páginas de combate. Rio de Janeiro: Antunes, 1937

SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República (1930-1937). Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

_____. Justiça Revolucionária na Bahia de 1930. Revista da Academia de Letras da Bahia. Salvador, n. 39, 1993

_____. Partidos Políticos na Bahia na Primeira República: uma política da Acomodação. Salvador: EDUFBA, 1997.

SAMPAIO, Nelson. Eleições Baianas. Revista Brasileira de Estudos Políticos: UFMG, Belo Horizonte, n. 8, abr. 1960.

_____. As Eleições Baianas de 1962 Revista Brasileira de Estudos Políticos: UFMG, Belo Horizonte, jan. 1964.

SANSOT, Pierre. Les formes sensibles de la vie sociale. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.

SANTOS Edgard. Afirmações e Testemunhos. Salvador: UFBA, 1971.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Roberto Figueira. *Vidas paralelas*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1972.

SEABRA, J.J. *Devastação e Humilhação da Bahia*. Salvador: Cia. Editora Gráfica, 1933.

SERRA, Sônia. *O movimento: a História de um Jornal Militante*. 1987. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Hélio. *A revolta vermelha: 1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969

_____. *Todos os golpes se parecem*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970

SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático: Bahia 1945*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992

_____. *Âncoras de Tradição: luta Política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000

SKIDMORE, T.E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Tradução de Black into White; race and nationality in brasilian thought)

_____. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

SOUZA, Ma. do Carmo C. de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. São Paulo: UNESP. Salvador: EDUFBA, 2001.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974

UZÊDA, Jorge Almeida. O Jornal A Tarde Receita de Poder: a criação da Bahia nas eleições de 1950. 1994. Monografia (Especialização em Comunicação e Política) — Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. São Paulo: Melhoramentos/INL/MEC, 1975. (5 volumes)

VASQUEZ, Petilda. Intervalo Democrático e Sindicalismo na Bahia: 1942-1947. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VIANA FILHO, Luiz. 65 Anos da Política: Síntese dos Fatos da Academia de Letras da Bahia. Revista da Academia Salvador, n. 28, set. 1980.

VOVELLE. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ANEXOS

Manifesto do Partido Democrata à Nação¹

Bahianos. A comissão executiva do Partido Democrata da Bahia, ao dirigir-se, pela primeira vez, após o movimento revolucionário, em Manifesto, ao nobre e digno povo bahiano, cumpre, antes de tudo, o dever de congratular-se com esse mesmo povo pela vitória da Revolução, - sonho grandioso por tanto tempo alimentado e que veio arrancar o Brasil do despenhadeiro terrível que fatalmente o levaria à desmoralização e à falência.

Ninguém melhor para falar ao nosso povo, em nome da Revolução, do que o Partido Democrata [...] Partido que heroicamente se sacrificou, expondo-se ao martyrio pelo sublime ideal.

[...] Manifesto para a execução da parte mais grandiosa da estupenda obra revolucionária [...] a reconstitucionalização do Brasil.

Aliança de Políticos e militares:

[...] Assim, a Revolução de outubro foi a resultante da ação altamente patriótica dos políticos que constituíam a Aliança Liberal, auxiliados pelos elementos militares que, na impossibilidade, por três vezes comprovada, de vencerem, por si sós, a campanha, vieram entusiástica e patrioticamente se unir aos seus irmãos civis, ajudando-os nessa obra extraordinária de abnegação e patriotismo que, iniciada a 3 de outubro, em três septenários apenas, buscou liberar o Brasil do regime da opressão. [...]

A hora da nova Constituição

Não se pode mais hesitar um só instante. A reconstitucionalização do Brasil impõe-se com a força impetuosa das grandes necessidades. O momento é de ação! O instante é de trabalho. Soou a hora da nova Constituição.

¹ Os trechos do manifesto acima transcritos foram retirados do jornal *Diário da Bahia*, publicado em 15 de janeiro de 1932 p. 1.

[...]Não pode haver nação sem o regime da lei. Fora da Lei não há garantias, não há estabilidade, não há confiança. Ninguém poderá acreditar em um paiz que viva fora da respeitabilidade de um regime legal.

Acompanhando o Rio Grande

Reconhecendo plenamente as suas responsabilidades, o Rio Grande do Sul, pela palavra de fogo de João Neves, deu ao Brasil inteiro o signal ansiosamente esperado no início da marcha para a reconstitucionalização da nossa Pátria e o Partido Democrata da Bahia [...] colocando-se mais uma vez ao lado do glorioso Estado sulino [...] lança seu fervoroso apello [...] a Bahia de agora, honrando as tradições da Bahia do passado, cumpra nobremente o seu dever, lutando sem desfalecimentos, pela reconquista do regime legal.

A obra revolucionária

A Revolução não se faz para atirar o Brasil no caos da desordem, servindo de joguete nas mãos de uma minoria dominante a impor ao resto da nação os seus caprichos ou a sua vontade, numa retrogradação vergonhosa aos tempos que já se foram, em que, à falta de civilização, se cultivava humildemente o prestígio da força! Não, senhores! Muito ao invés, a revolução foi feita justamente para combater a prepotência dos homens de governo, para combater o abuso de poder, para acabar com as arbitrariedades praticadas [...]

Como, pois, consentir que a obra revolucionária seja de tal maneira anulada que volte a imperar o mesmo regime de ilegalidade apenas mudados os dirigentes da situação?

Um país sem Constituição é um país perdido, por que sem Constituição, não há Lei, não há Direito, não há Justiça, não há finanças. [...]

Pretender negar ao Brasil a volta do regime constitucional é um atentado inominável contra a Revolução [...]

A revolução não se faz para colocar os interesses supremos da Nação a serviço dos interesses individuais, e como o interesse da Pátria exige a reconstitucionalização, essa deverá ser feita o mais breve possível [...] Os verdadeiros revolucionários, aqueles que lutaram com lealdade, não hesitaram nem hesitarão ante qualquer sacrifício para que seja alcançada a finalidade revolucionária. E, ou a reconstitucionalização se faz com a maior rapidez ou essa finalidade fatalmente se perderá.

Ao regime da Lei

[...] Mesmo aqueles que por motivos de interesses pessoais (aliás indignos de se sobrepor aos interesses de ordem geral) não desejam a volta do regime legal porque julgam que a reintegração do país na ordem constitucional será possivelmente o ocaso de sua efêmera grandeza, esses mesmos não se animam a combater de frente a volta da Constituição e se limitam ao pretexto desvalioso da inconveniência da constitucionalização “imediate do país”. [...]

Na primeira fila dos combatentes

Falando à Bahia, a Comissão Executiva do Partido Democrata, ao concitar o povo baiano para formar ao lado dos seus gloriosos irmãos das coxilhas do sul, na primeira fila dos combatentes pela reimplantação da ordem constitucional, é justo que lhe apresente, como um motivo frisante da volta ao regime legal, o que se está passando em nosso próprio Estado.

Atitude lamentável

É profundamente lamentável seja a Bahia um dos Estados escolhidos pelo destino para dar ao resto do Brasil esse tristíssimo exemplo de traição à própria obra revolucionária.

O seu atual interventor, jovem tenente do glorioso Exército nacional, que havia, ao ser nomeado para esse cargo, recebido do sr. Getúlio Vargas preclaro chefe do governo provisório, instruções tão insistentes que redundaram em ordens terminantes de “governar a Bahia à margem dos partidos”, e que, ao chegar a esta terra, no desejo de ganhar a confiança ou a tolerância do seu povo, aos quatro ventos declarou a sua resolução definitiva de não fazer política e ocupar-se tão somente da administração, em má hora, num momento, decerto, o mais infeliz de toda a sua vida pública, resolveu mudar de rumo, deixando a administração quase abandonada, para dedicar-se de corpo e alma ao mister mais fácil de fazer política à moda do regime decaído.

Revolucionário dos mais ardorosos, o jovem tenente interventor da Bahia, tomado, talvez, do delírio das alturas, , como que se esqueceu da sua atuação em prol da vitória da

Revolução, para entregar o grande Estado que dirige às mãos perigosíssimas de um grupo de manhosos políticos do regime decaído, reacionários todos, todos ousados combatentes – dos maiores inimigos da Bancada de Outubro!

Saiba a nação

[...] O jovem interventor da Bahia está fazendo uma política condenável e facciosa, contrária aos interesses supremos desta terra, porque é feita com políticos estragados, nimamente viciados nos processos antigos de filhotismo e fraude eleitoral – e contrária aos princípios capitais da Revolução porque é feita com reacionários rubros e inimigos rancorosos e figadaes da grande obra revolucionária.

Atirado à interventoria de um grande Estado; recebido coma natural prevenção que impunham a sua mocidade e sua ignorância em termos de administração pública, o jovem militar, ainda ingênuo nos “trucs” da politicalha, não soube distinguir nos cantos de sereia com que alguns políticos o embalaram, a verdadeira significação desses cantores, que outra coisa não eram senão a tentativa audaciosa da ambição desenfreada de aproveitar a oportunidade de uma inexperiência quase pueril. [...]

Não é que condenemos, como já disse o benemérito chefe do nosso partido, “a política de confraternização dos brasileiros”, pelo aproveitamento de todos os valores reais na obra grandiosa da evolução do Brasil. Ao contrário. Um dos maiores erros, um dos crimes mais graves da situação decaída foi exatamente este, o de querer dividir a nação em vencedores e vencidos, criando a classe dos proscritos no próprio seio da Pátria. Mas não é essa nobvre política de fraternidade a que se faz na Bahia. Entre o aproveitamento de todos os bons elementos, pela escolha dos mais capazes, e a guerra sistemática aos correligionários em benefício dos adesistas, rubros inimigos da véspera e ardorosos amigos de hoje, vai imensa e profunda diferença.

Protesto veemente

E o Partido Democrata, por que se interessa verdadeiramente pela grandeza da Bahia, e porque verdadeiramente se interessava pela finalidade da Revolução, lança, por meio deste “MANIFESTO”, o seu protesto veemente, aos olhos da nação inteira, contra

esse procedimento do atual interventor da Bahia, por constituir o mesmo um crime de lesa-Pátria, sobretudo ser um crime de lesa-Revolução!

Apelo à Bahia

E a conveniência desse protesto vem atestar, mais uma vez, a necessidade urgente de constitucionalização do país, proclamada, langorosamente pelos líderes da política do Rio Grande, convencidos da responsabilidade que assumiram perante a nação, como pioneiros do grande movimento libertador, que deveria, consoante suas promessas, abrir novos horizontes aos destinos de nossa Pátria.

O Partido Democrata, em plena identificação com esses anseios liberais do valoroso Estado dos pampas, faz um patriótico apelo à Bahia para que junte os seus esforços aos esforços do Rio Grande nessa cruzada benemérita, em cujo êxito feliz está toda a salvação do Brasil.

J.J. Seabra

Xavier Marques

Lauro Villas Boas

Francisco de Freitas Guimarães

General João de Oliveira Freitas

Torquato Moreira

General Alberto Teixeira Ribeiro

Álvaro Ramos

Heitor Moniz

J.J. Souza Carneiro

Durval Gama

Leopoldo do Amaral

Com declaração de votos que publicaremos amanhã

Cosme de Farias

Moniz Sodré

Bahia, 8 de janeiro de 1932.